

NEARCO

REVISTA ELETRÔNICA DE ANTIGUIDADE E MEDIEVO

VOLUME 13, N.2 (2021)

TEMÁTICA LIVRE



ISSN 1982-8713



NEARCO
Revista Eletrônica de
Antiguidade e Medievo



Reitor

Ricardo Lodi Ribeiro

Vice-reitor

Mario Sergio Alves Carneiro

Centro de Ciências Sociais

Dirce Eleonora Nigro Solis

Extensão e Cultura – SR3

Claudia Gonçalves de Lima

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretoria

Jaime Antunes da Silva | Mônica Leite Lessa

Departamento de História

Chefe

Francisco Gouvea de Sousa

Programa de Pós-Graduação em História PPGH/UERJ

Beatriz de Moraes Vieira

NEA – Núcleo de Estudos da Antiguidade

Coordenadora Geral

Maria Regina Candido

Expediente

Editores

Prof^ª. Dr^ª. Maria Regina Candido
Prof. Doutorando Junio Cesar Rodrigues Lima
Prof. Doutorando Felipe Nascimento de Araujo

Responsáveis por esta edição

Prof. Doutorando Felipe Nascimento de Araujo
Prof. Doutorando Lucas Gesta Palmares Munhoz de Paiva
Profa. Especialista Raphaela Alves Belmont

Assistente Editorial

Prof. Mestrando Jerrison Patu de Melo Alves

Diagramadores

Prof. Doutorando Felipe Nascimento de Araujo
Profa. Especialista Raphaela Alves Belmont

Conselho Editorial

- ☐ Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- ☐ Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- ☐ Prof.^ª Dr.^ª Carmen Soares – Universidade de Coimbra
- ☐ Prof. Dr. Daniel Ogden - Exeter University London
- ☐ Prof. Dr. Devid Valério Gaia - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- ☐ Prof. Dr. Fabio Faversani - Universidade Federal de Ouro Preto
- ☐ Prof. Dr. Fábio Joly - Universidade Federal de Ouro Preto
- ☐ Prof.^ª D.^ª Liliane Coelho - Centro Universitário Campos de Andrade
- ☐ Prof.^ª Dr.^ª Margaret M. Bakos - Pontifícia Universidade Católica – RS
- ☐ Prof.^ª Dr.^ª Maria Cecilia Colombani - Universidad Moron - Universidad Mar Del Plata
- ☐ Prof.^ª Dr.^ª Maria do Carmo Parente Santos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- ☐ Prof. Dr.^ª Maria do Céu Fialho – Universidade de Coimbra

Conselho Consultivo

- ☐ Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan - Universidade Federal de Alfnas

- ☐ Prof.^a Dr.^a Carmen Leal Soares – Universidade de Coimbra
- ☐ Prof.^a Doutoranda Giselle Marques Câmara - Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro
- ☐ Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira- Universidade Federal de Pelotas
- ☐ Prof. Dr. José Roberto de Paiva Gomes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- ☐ Prof. Dr. Julio César Gralha – Univ. Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes
- ☐ Prof.^a Dr.^a Kátia Maria Paim Pozzer - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- ☐ Prof.^a Me. Miriam L. Imperizelle Luna da Silva – Univ. do Estado do Rio de Janeiro
- ☐ Prof. Dr. Moacir Elias Santos - Centro Universitário Campos de Andrade
- ☐ Prof.^a Dr.^a Renata Senna Garraffoni - Universidade Federal do Paraná
- ☐ Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari - Universidade Estadual de Campinas

A obra integra o Projeto de Publicação Antiguidade, sob direção da Prof.^a Dr.^a
Maria Regina Candido.]



**CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS / CCS/A**

Nearco: Revista Eletrônica de Antiguidade. - Volume 13,
n.2 (2021) – Rio de Janeiro: UERJ/ NEA, 2021 -: il.
Semestral. ISSN 1982-8713
História Antiga - Periódicos. I. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Núcleo de Estudos da Antiguidade.
PPGH/UERJ
CDU 931(05)

Capa: Raphaela Alves Belmont

Imagem: Coliseu em Roma. Fonte: foto por Felipe Nascimento de Araujo – acervo pessoal.

Editoração Eletrônica: Felipe Nascimento de Araujo; Jerrison Patu de Melo Alves
NEA - Núcleo de Estudos da Antiguidade

Rua São Francisco Xavier, 524, Pav. João Lyra Filho, 9º andar, sala 9030A, UERJ,
Campus Maracanã – Rio de Janeiro, RJ – E-mail: revistanearco@gmail.com

Site: www.nea.uerj.br Tel. (21) 2334-0227

Sumário

Editorial

Os Discursos em nossa contemporaneidade e os “Combates pela História”

Felipe Nascimento de Araujo; Jerrison Patu, 7-12

Dossiê

The Medieval Geography of Roger Bacon

Alyson Bueno Francisco, 13-25

Deuses e o Cosmos: Breve Análise Sobre a Noção de Divindade na Filosofia de Epicuro.

André de Oliveira Pereira; Fydel S. Santiago, 26-42

O Gênero Teatral Latino: dos Primórdios às Tragédias de Sêneca.

Douglas Castro Carneiro, 43-58

Historiografia da Revolta dos Macabeus: apresentação de obras para a pesquisa.

Edson da Silva dos Santos, 59-71

Cristianismos no Império Romano: perspectivas historiográficas.

José Petrúcio de Farias Júnior; Graziela Reis da Silva; Loysla Lara Santana Coelho Viana, 72-85

Garum, Fonte de Proteína dos Romanos.

Paulo Pires Duprat, 86-123

O Poder de *Eros* e a Deficiência de *Phronesis*: a imagem de si de Hêmon e Creonte Lida a Partir do *Agon*, no Terceiro Episódio da Tragédia *Antígona* (442/0 a.C.), de Sófocles.

Rodrigo de Miranda, 124-152

A Plebe Romana: Análise de sua Origem e Organização Política.

Sidney de Souza Barros, 153-168

Resenhas

“A África e o Mediterrâneo: Aproximações Contemporâneas”. Por Cláudio Umpierre Carlan, Raquel dos Santos Funari e Filipe Noé Silva (orgs.). [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020, 156 páginas - ISBN: 978620079086-6

Paulo Pires Duprat, 169-175

Editorial

Os Discursos em nossa contemporaneidade e os “Combates pela História”

The discourses in our present times and the “Combats for History”

Felipe Nascimento de Araujo¹

Jerrison Patu²

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ). Pesquisador integrante do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ) e professor do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da UERJ (CEHAM/UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de doutorado. Editor da Revista NEARCO. E-mail: felipefmna@gmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Pesquisador Integrante do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ) e Assistente editorial da Revista NEARCO. E-mail: jerrisonpatu@gmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.67780

Temos observado nas últimas décadas o surgimento de uma série de discursos oriundos das redes sociais e das mídias audiovisuais oriundas da internet, ou seja, meios como o *Facebook*, *Orkut*, *Youtube*, *Twitter*,¹ *Linkedin*, entre muitos outros. É interessante apontar que tais redes possuem suas especificidades midiáticas, às quais Aleida Assmann (2011, p. 161) define como meios (*medias*) que veiculam memórias e discursos de acordo com um determinado suporte físico. Em tal perspectiva, seriam

¹ Um exemplo da utilização da rede social Twitter como parte integrante de um *corpus documental* para o historiador se localiza no artigo intitulado “*Entre a Música Antiga Grega e o Funk Carioca: reflexões acerca dos aspectos sociopolíticos da música na Atenas Clássica do séc. V a.C. e no Brasil do início do séc. XXI*” (2021), no qual ao analisar os discursos desfavoráveis acerca do *funk carioca* no Brasil contemporâneo, me utilizei das mensagens do Twitter oficial de Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares (2019-atualmente), como exemplo de posicionamento antagônico ao gênero musical por parte de uma instituição pública brasileira. Para maiores detalhes, consultar ARAUJO, Felipe Nascimento de. *Entre a Música Antiga Grega e o Funk Carioca: reflexões acerca dos aspectos sociopolíticos da música na Atenas Clássica do séc. V a.C. e no Brasil do início do séc. XXI*. In: LEMOS, Maria Teresa Teresa B. (Org.). et al. *América Latina - Espaços Pluriculturais: Cultura, Etnicidade e Confronto*. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021, p. 100-119.

medias textos, imagens, tatuagens, locais, epígrafes, entre outros exemplos. Porém, mesmo com tais especificidades, tais redes ao veicularem discursos atendem a determinados processos de *formação discursiva*, a qual Eni Orlandi “define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada e um conjuntura socio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43). Logo, podemos assumir que um dado contexto histórico se relaciona de modo intrínseco com as formações discursivas inerentes às redes sociais. Considerando que desde o final da década de 10 (séc. XXI) concepções relacionadas com noções de *pós-verdade*, *necropolítica*, promoções de discursos de ódio e negacionismo científico, por exemplo, podem disseminar uma espécie de “anti-intelectualismo”. Consequentemente, acabam por ressurgir paradigmas que no decorrer do século XXI pareciam superados, como a recusa pós-moderna da História por exemplo. Porém, deve-se salientar que tal contexto não corresponde necessariamente a um fim da “História em migalhas”, pois a escrita da história de grupos delimitados, como os movimentos sociais reivindicando direitos das minorias sociais e políticas, continua a ser intensamente produzida e debatida. Desse modo, são produzidos questionamentos acerca de uma perspectiva majoritariamente teleológica, institucional ou de viés positivista (algo que ainda permeia o senso comum) que reivindicam uma autoridade universal² da História. Mas, o que seria essa autoridade universal?

Uma das possíveis explicações para tal questão se relaciona com as estruturas sociais, bem como suas permanências e transformações que ocorrem de acordo com as conjunturas históricas que produzem as formações discursivas. Elementos como conflitos sociais, crises econômicas, guerrilh³ consequentemente produzem *formações*

²² Keith Jenkins apud in CARDOSO. *No Limiar do Século XXI*. Revista Tempos, Vol. 1, nº 2, Dez, 1996, Rio de Janeiro, p. 7-31.

³ Alguns exemplos de conflitos são: a tomada de novos territórios na tentativa de ampliar a produção de bens, redistribuição e trocas, problemas de escassez de alimento, greves trabalhistas por falta de alimentos, entre outros.

ideológicas que refletem sentidos inerentes a um dado discurso. Em outras palavras, “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico” (ORLANDI, 2005, p. 42) no qual as palavras, textos, livros, mensagens, *tweets* e textos de *Facebook* são produzidos. Dessa forma, o sentido de qualquer discurso, assim como aqueles veiculados nas redes sociais, é uma relação dos sujeitos – que se utilizam da linguagem – com sua conjuntura sócio-histórica, não havendo formações discursivas sendo produzidas no vácuo, ou seja, não existe discurso sujeito e não há sujeito sem a ideologia (ORLANDI, 2005, p. 47) inerente dos conflitos de seu determinado contexto histórico.

Além disso, demarcamos também que esferas que relacionadas com a área econômica, o campo político, os estudos culturais e as abordagens da memória fazem parte de concepções holistas que são presentes em um corpo social, podendo ser considerados universais pelo fato destes campos abarcarem as ações humanas no tempo e espaço. Isto nos remete ao combate que Lucien Febvre travou pela história como toda ela social, por definição, possuindo diversas atividades e criações dos humanos de outrora⁴. Nessa perspectiva, os campos historiográficos são definidos simultaneamente pelas ações das sociedades, pelos seus problemas⁵ e pela sua conjuntura sócio-histórica que produz suas formações ideológicas que se multiplicam em discursos que são presentes nos documentos selecionados e analisados pelo historiador. Portanto, é interessa notar ao mesmo tempo que as sociedades simultaneamente suscitam questões e problemáticas⁶ aos historiadores, promovendo

⁴ FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa, ed. Presença, p,30

⁵ Em outras palavras, o método hipotético/ dedutivo aos quais o(a) historiador(a) se debruçará em sua análise e, certamente, não buscará num pequeno fato, muito menos de uma documentação fragmentadas e/ou ausente de informação, o ponto chave e total para sua interrogação e edificação do passado.

⁶ Quando citamos “problemática” estamos considerando sua definição conceitual dentro de um contexto referente à pesquisa histórica. Em linhas gerais, tal categoria de problema científico pode ser definido como uma “questão proposta para que se lhe dê solução (...)”. Em primeiro lugar, o problema científico deve ter uma natureza indagadora. Não precisa necessariamente se formulado como uma pergunta, mas deve pelo menos conter uma pergunta dentro de si. Em segundo lugar, deve apresentar

demandas específicas dentro de nossas temáticas de pesquisa,⁷ igualmente produzem discursos que correspondem diretamente a um dos objetos de pesquisa almejados pelo historiador em seu ofício. Um exemplo seria a supracitada questão das redes sociais *online* e suas relações com o negacionismo científico e discursos de ódio, algo recorrente em nossa atual conjuntura sócio-histórica que acarreta intensos e numerosos debates acerca disso tanto no meio acadêmico quanto nas áreas jornalísticas e nos próprios espaços *online* midiáticos como canais de *Youtube*, *Instagram* etc. Simultaneamente aos debates são produzidas formações discursivas e ideológicas que resultam em uma série de discursos, cujas análises interessam não somente aos historiadores, mas praticamente a todos os profissionais das Ciências Humanas.

Sendo assim, grosso modo, temos observado *in loco* cotidianamente a ocorrência de diversos “combates pela história” dentro de um contexto peculiar do séc. XXI em que existem elementos como a expansão da relevância das redes sociais e o aprofundamento das relações sociais por meio da internet (aprofundadas decididamente pelo contexto pandêmico da Covid-19). Certamente, o significado desses “combates pela história” difere significativamente daqueles estabelecidos por Lucien Febvre em meados do século XX, sintetizados na obra *Combates pela História* (*Combats pour l'Histoire*) originalmente publicado em 1952, onde uma de suas principais preocupações era promover a “história problema” dos *Annales*, frente à historiografia de caráter positivista voltada somente à suas cronologias, narrativas

clareza e precisão – o que implica em um recorte muito específico dentro do qual ele encontrará os seus limites”. Exemplo: “não é propriamente um problema historiográfico indagar qual é ‘a natureza ou essência das revoluções’ (...). Mas é um problema histórico corretamente delimitado indagar quais os ‘fatores econômicos que contribuíram para a eclosão da Revolução Francesa’” (BARROS, 2002, p. 277).

⁷ O que pode trazer um potencial debate acerca da “utilidade da ciência” e produção de uma História pragmática, visando atender à somente demandas que podem refletir uma serventia dentro do contexto histórico do capitalismo tardio/supermodernidade (AUGÉ, 2012) /globalização. Obviamente, a complexidade e extensão de tal debate são demasiadamente longos para o escopo desse editorial.

“heroicas” e histórias políticas estritamente factuais⁸ (FEBVRE, 1989). Em nossa contemporaneidade, face aos discursos negacionistas que endossam perspectivas “anti-intelectuais”, sendo muitas delas inclusive contra as universidades (sobretudo as universidades públicas), pode-se assumir que o termo “combates pela história” adquire outros panoramas e perspectivas, talvez compreendendo significações mais literais no sentido do “combate” pela própria perpetuação de nossos ofícios como historiadores.

Em suma, o combate pela ciência história igualmente se reflete da produção de teorias e métodos hipotéticos e dedutivos que vão de encontro às justificativas do passado para ações presentes, como foi feito pelos regimes classificados como autoritários e totalitários ao longo do século XX. Posteriormente, na conjuntura de transição para o século XXI, autores como Francis Fukuyama⁹ propagaram o “fim da história” porque acreditavam que o presente representava somente uma continuidade do passado e o futuro é apenas os seus reflexos. Por outro lado, atualmente determinadas vertentes do “fazer histórico”, situadas tanto dentro quanto fora do âmbito acadêmico, pretendem fazer histórias “de” e “para” sem analisar o contexto no todo.

Dito isto, esta presente edição apresenta as pesquisas cujas indagações nos fazem refletir sobre a importância da história antiga para a sociedade atual, demonstrando que a contemporaneidade constitui um dos pilares necessários para os questionamentos necessários ao ofício do historiador e dos profissionais das Ciências

⁸ Como exemplo do clamor de Febvre acerca dos “combates pela História” oriundo do contexto dos *Annales*, pode-se citar a passagem: “peço-lhes (se dirigindo aos historiadores) que vão para o trabalho à maneira de Claude Bernard, com uma boa hipótese na cabeça. Que nunca se façam colecionadores de fatos ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos deem uma História não automática, mas sim problemática” (FEBVRE, 1989, p. 49).

⁹ Sobre Francis Fukuyama e sua perspectiva do fim da história e das ideologias na década de 60-70 difundiram a tese neoconservadoras para dentro da política com importantes cargos através de Zbigniew Brezinsky e Jane Kirkpatrick. Ver CARDOSO. *Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaios*. BAURU, SP, ed. EDUSC, 2005, p. 29-30.

Humanas de modo geral. Sendo assim, para ilustrar como as demandas do tempo presente pode acarretar a produção acadêmica trazemos artigos que tratam acerca de diversas temáticas: a Geografia Medieval em Roger Bacon, tópicos acerca da filosofia de Epicuro, o teatro latino antigo, debates historiográficos acerca da Revolta dos Macabeus, Cristianismo(s) Primitivo(s), História da Alimentação na Roma Antiga, análise de *Antígona* de Sófocles e estudos sobre a plebe romana no período imperial. Boa Leitura!

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Felipe Nascimento de. *Entre a Música Antiga Grega e o Funk Carioca: reflexões acerca dos aspectos sociopolíticos da música na Atenas Clássica do séc. V a.C. e no Brasil do início do séc. XXI*. In: LEMOS, Maria Teresa Teresa B. (Org.). et al. América Latina - Espaços Pluriculturais: Cultura, Etnicidade e Confronto. Rio de Janeiro: Estudos Americanos, 2021, p. 100-119.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2011 (impressão de 2016).

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *Projeto de Pesquisa em História: da escolha do Tema ao Quadro Teórico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

CARDOSO. *Um historiador fala de teoria e metodologia: Ensaio*. BAURU, SP: ed. EDUSC, 2005.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa, ed. Presença, 1989.

ORLANDI, Eni P. *Análise e Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Editora Pontes, 6ª edição, 2005.

Artigos

The Medieval Geography of Roger Bacon

A Geografia Medieval de Roger Bacon

Alyson Bueno Francisco¹

¹ Doutor em Geografia (2017), Mestre em Geografia (2011), Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Franca. Foi bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo nas modalidades de iniciação científica, mestrado e doutorado. Possui 40 publicações em 2018 e 2019. Passou por todos os níveis de ensino em escolas públicas e universidade pública. Atuou profissionalmente nas Esferas Federal (IBGE), Estadual (professor no Centro Paula Souza e tutor em EAD pela FUNDUNESP) e Municipal (técnico em agrimensura). É pesquisador dos temas: erosão urbana, monitoramento de boçorocas, controle de erosão, geocronologia do Quaternário, empirismo e ensino de Geociências. E-mail: alysonbueno@gmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.66342

Abstract

During the Middle Ages, the Geography in England was based on descriptive studies with locations from the advances of astrology and mathematics. This Medieval Geography was presented by Roger Bacon, a Franciscan Friar who developed the study of optics and the astrological observations during the 13th Century. The proposal of Roger Bacon is influenced by Aristotelian philosophy, the geocentric Ptolemaic system and Scholastic, but already shows the search for a scientific study by the instruments to ensure the usefulness of knowledge. Roger Bacon contributed in Cartography with better precision by the use of coordinates with instruments such as the astrolabe, later widely used in the Great Navigations. The chapter Geographia of Opus Majus is an important document on the known world in the 13th century, featuring descriptions of all Europe, Mongol Empire, India and China. The science of Bacon relates the explanations of the phenomena of nature with the influences of the stars and cartographic details that have contributed to the consolidation of Modern Geography.

Keywords: geometry; instruments; analysis look.

Resumo

Durante a Idade Média foi produzida uma Geografia na Inglaterra baseada em estudos descritivos com localizações a partir dos avanços da Astrologia e da Matemática. Esta Geografia Medieval foi apresentada por Roger Bacon, um frade franciscano que

desenvolveu os estudos da ótica e das observações astrológicas durante o século XIII. A proposta geográfica de Roger Bacon é influenciada pela filosofia aristotélica, o sistema geocêntrico de Ptolomeu e a escolástica, mas já apresenta a busca por um estudo científico através dos instrumentos para garantir a utilidade do saber. Roger Bacon contribuiu na Cartografia com melhores precisões pelo uso das coordenadas com instrumentos como o astrolábio, posteriormente muito utilizado nas Grandes Navegações. O capítulo Geographia da obra Opus Majus é um documento importante sobre o mundo conhecido no século XIII, apresentando descrições de toda Europa, Império Mongol, Índia e China. A ciência experimental de Bacon relaciona as explicações dos fenômenos da natureza com as influências dos astros e precisões cartográficas que contribuíram com a consolidação da Geografia Moderna.

Palavras-chave: geometria; instrumentos; observações.

Introduction

The Geography became a science, based in the 19th century, by the studies of Alexander von Humboldt and Karl Ritter from the elaboration of theories and methods of research to analyze regions and territories.

However, since antiquity, the description of places from geometric and spatial knowledge supported by field measurement instruments has been an important step in the systematization of what would later become one of the main sciences, which is Geography.

The Greeks developed Philosophy through the relations between mythical thought and rational thought, whose observations of nature favored the development of elementary explanations of the pre-Socratic for the dynamics of nature. Among the leading philosophers, Aristotle (384–322 BC) influenced the Western World and belonged to the class of nobles and was an advisor to Alexander the Great (356–323 BC) presenting him with a map of the world knowledge as a circular and flat tactile, inducing the great emperor to conquer beyond the known world. Aristotle considered in his "world system" that the Earth was the center of the universe, proposing the geocentric system. Aristotle's geocentric theory was later taken up by Ptolemy.

In considering the Greeks' knowledge of astrology and spatial geometry, Aristarchus of Samos (310 –230 BC) was a Greek mathematician who developed the conception of the heliocentric system, considering that the Earth revolves around the Sun, sixteen centuries before Nicolaus Copernicus. Aristarchus concluded that the Sun would be 20 times farther from Earth than the Moon, but although it is about 400 times, its procedure was correct. Aristarchus also sought to calculate the diameter of the Moon in relation to that of the Earth, based on the shadow projected by our planet during a lunar eclipse and concluded that the Moon had a diameter three times smaller than that of the Earth, and the correct value is 3.7 times.

From the knowledge of geometry and field measurements, Erastotenes (276 – 194 BC) because it succeeded through topographic measurements and astronomical conceptions, calculating the circumference of the Earth. The Greeks possessed the gnomon (solar clock) from the empirical knowledge of the variation of the sun's rays and were already of interest the studies on the annual seasonality of the angles of inclination of the sun's rays. By fixing stakes in the cities of Alexandria and Siena, Erastotenes measured the differences in the shadows of the stakes and across the distances between the two cities, calculated the circumference of the Earth at approximately 40,000 kilometers.

Strabo (64 BC – 24 CE) was a philosopher, geographer and historian being considered for his geographical descriptions of the places, mainly for being the author of the work "Geographia", where he describes the regions of the African, Asian and European continents, that is, most of the world known in his time. This work is an encyclopedia with 17 volumes, presenting several maps in their descriptions. The descriptive and geographical proposal of Strabo guaranteed the introduction of idiographic studies in Geography, because the description of places represents the diversity of the world in view of the particularities of culture and nature.

Claudius Ptolomeu (90 – 168 CE) lived most of his life in Alexandria, the Egyptian city where the largest library collection of the time was found and by contact with Aristotelian philosophy and the astronomical knowledge of the Babylonians, developed a world-system centered on Earth. Ptolemy entitled his work composed of eight volumes of "Geographia", by which he presented the location of major cities of the Roman Empire through latitudes and longitudes. Despite presenting a map of the world knowledge at the time including areas beyond those dominated by the Romans, Ptolemy created the equidistant projection along the meridians and a central parallel, which despite the deformations, Ptolemy's Cartography became the most accurate of its time and later served as a reference for the studies of Gerard Mercator (1512-1594).

The geometric knowledge presented by the Greeks was maintained by the religious during the Middle Ages by associating the understanding of the world system with Aristotelian thought. In Oxford, England, the second university in Europe was created, whereby in the 12th century King Henry II banned students from attending the University of Paris. However, some students still sought contact with the French university, among them Franciscan students presented notorious knowledge, having as an example Roger Bacon.

Roger Bacon (1214-1294) was born in Gloucestershire, England, and entered Oxford University in 1227 in literature studies. Between 1241 and 1246, Roger Bacon dedicated himself to the teachings of Philosophy at the University of Paris, for which he met the works of Albert Magnus. In 1255, Bacon became Franciscan and seeks the ideal reform of the Church. In the 1250s, Roger Bacon is transferred to Paris where he has contact with the Catholic bishop of Narbonne, who later became Pope Clement IV. In 1266, then Pope Clement IV addressed a letter to Bacon and asks him to send his work with philosophical and theological reflections. Bacon's main work is "Opus Majus" (Necessary Works), faced with the need to reformulate the knowledge of the

time, completed in 1267, consisting of the parts: causes of errors, perfect wisdom, knowledge of languages, mathematics, optics, experimental science, and moral philosophy (REEGEN, 2006).

Throughout this article are presented the relations between the knowledge of astronomy and mathematics with the Geography proposed by Roger Bacon.

The Roger Bacon's experimental instruments

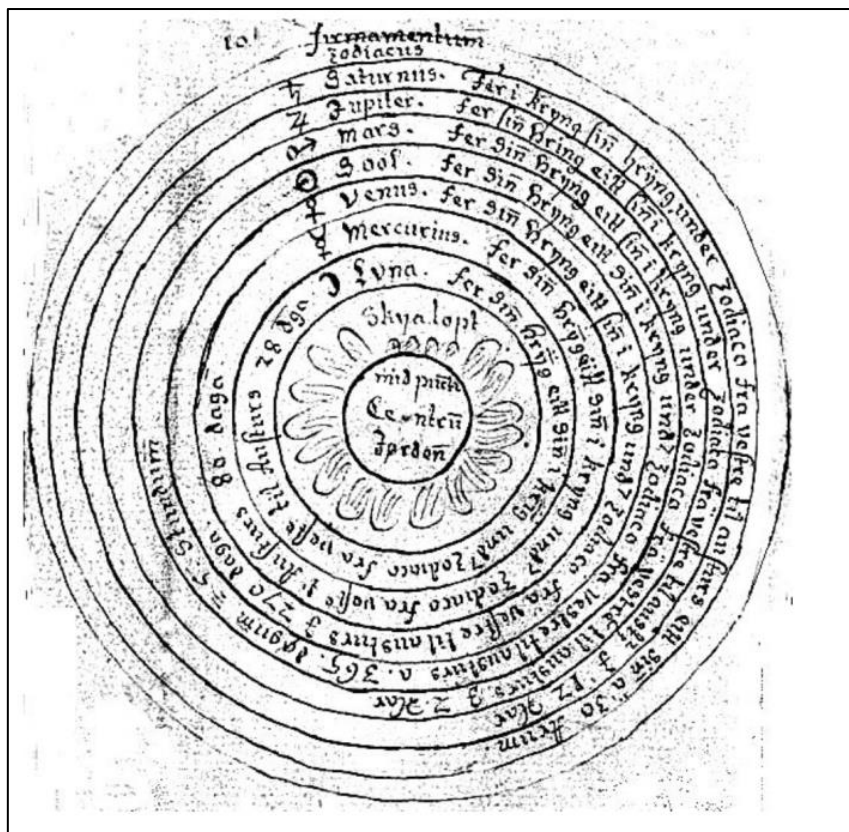
The University of Oxford was initially influenced by the catholic bishop Robert Grosseteste (1168-1253) regarding the studies of Aristotelian physics and developed advances in optics. In Reegen's view (2006, p. 13-14): “entre 1247 e 1250, o encontramos de volta a Oxford. Data desse período a indiscutível influência de Roberto Grosseteste sobre Bacon, embora este não tenha sido aluno dele”.

Grosseteste (1974) presents a knowledge based on dynamics of nature by the movements of celestial bodies, including the flow of tides and comets:

Embora os elementos participem da forma do primeiro céu, não são movidos pelo motor do primeiro céu com o movimento diurno [...]. Pensam, no entanto, alguns que a esfera do fogo está sujeita à circun-rotação do movimento diurno e como sinal disto colocam a circun-rotação dos cometas; dizem também que este movimento se estende até às águas do mar, de tal modo que dele proviria o fluxo dos mares. Todos, porém, que filosofam corretamente afirmam que a terra é imune deste movimento (GROSSETESTE, 1974, p.236).

The figure 1 shows the geocentric view presented by Robert Grosseteste.

Figure 1 – Geocentric Map's Grosseteste



Source: Grosseteste (1974).

Just as Robert Grosseteste, Roger Bacon was influenced by Aristotelian philosophy and Ptolemy's geocentric theory. In Bacon's view (2006b, p. 135):

A astronomia é capaz de produzir um astrolábio esférico, com o qual se descrevem todas as informações necessárias ao homem, a respeito do céu, segundo as latitudes e as longitudes exatas, tanto a respeito dos círculos como das estrelas, tendo por base o mecanismo descrito por Ptolomeu no livro VIII do *Almagesto*. Sobre isso já falei de alguma forma, contudo não claramente, conforme a teoria de Ptolomeu, pois, para isso seria necessário mais trabalho.

Roger Bacon presented the use of lenses for the observation of stars and celestial bodies and was later the result of Galileo's telescope. According to the philosopher "one can, in fact, put lenses, in such a way that what is far away seems

very close and vice versa, in such a way that one can read very small letters from a great distance, see any small things and make stars appear" (BACON, 2006c, p. 171).

On the importance of the astrolabe and other instruments to measure the positions of celestial bodies and produce astrological knowledge, Bacon (2006c) considers the "power" presented by instruments and mathematics before the necessary knowledge of the movements of celestial bodies, because through this knowledge it would be possible to understand natural phenomena such as tides. According with the author:

Todo o poder da matemática nada pode sem um instrumento redondo, descrito por Ptolomeu no *Almagesto*, com o qual se podem medir todos os corpos que estão no céu, conforme sua longitude e latitude [...] O experimentador genial e atento tem grande desejo de compreender de que modo o céu se move em movimento diuturno, devido a tal matéria e com tal artifício. Isso porque algo possível, porque muitas coisas são atingidas pelo movimento dos corpos celestes, como os cometas, as marés e outras coisas (BACON, 2006c, p. 174).

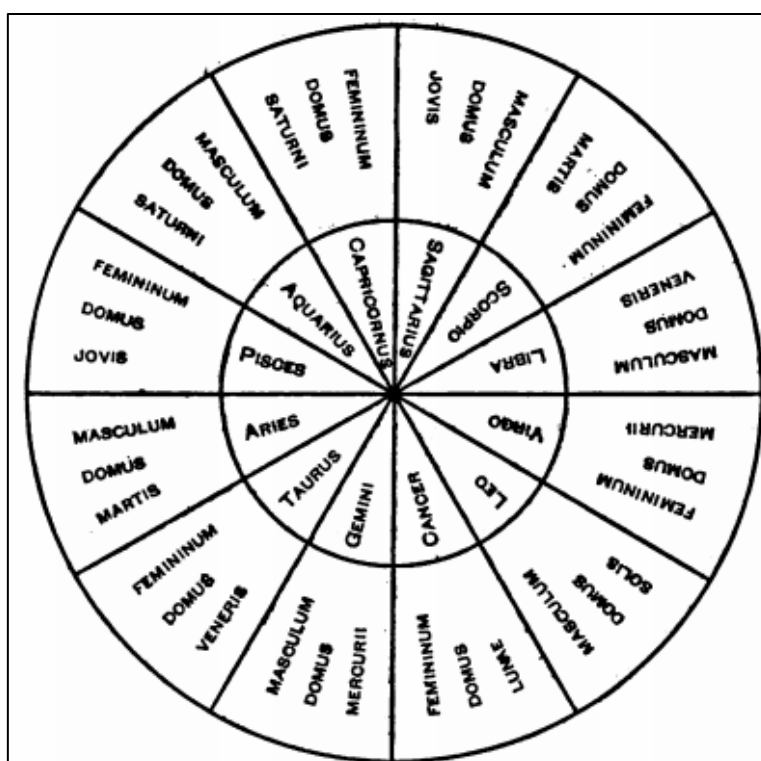
Through instruments such as the astrolabe, Roger Bacon made measurements of the angle of inclination of the sun's rays in relation to the horizon. The term meridian, widely used in Cartography, comes from the Latin meridians meaning noon, whose meridian represents latitude.

This philosopher presents the analysis performed at the equinox: "na latitude de Paris, a altura do sol ao meio-dia durante o equinócio é de 41 graus e 12 minutos" (Bacon, 2006b, p. 107). Regarding the height of the sun at high latitudes, Bacon (2006b, p. 112) states: "se passarmos deste lugar para a região setentrional até a latitude de 66 graus e 25 minutos, isto é, além da Escócia, onde no solstício invernal não há dia, mas somente acontece uma súbita aparição da metade do corpo solar sobre o horizonte".

In the study on astrology, Roger Bacon presented a kind of astral map containing the spatial distribution of constellations according to situations at a given time called “domus accidentals”.

The figure 2 presents a diagram by Roger Bacon on the spatial distribution of constellations.

Figure 2 - Roger Bacon constellations diagram



Source: Bacon (1900, p. 258).

Roger Bacon was one of the main forerunners of astronomy, optics and spatial geometry in the Middle Ages, and his knowledge was later used by Galileo Galilei (1564-1642). Through the results of his observations of the sky, he presented an important knowledge for the Great Navigations and their geographical descriptions have not yet been analyzed by contemporaries.

The climates and descriptions of the Known World

The precise knowledge of latitudes and longitudes, together with readings of Aristotelian philosophy on Meteorology, favored the emergence of a geographical theory of climate differentiation by Roger Bacon. According to Bacon (2006b, p. 111, our griffin):

Mas isso poderá acontecer nos **climas por nós conhecidos, que são sete**; porém, não é necessário que seja assim em todas as regiões do equador até ao polo. [...] De fato, na região em que a latitude [...] é de 24 graus e 25 minutos mais ou menos – isso acontece a quem mora perto do fim do segundo clima sob o trópico de Câncer, além de Jerusalém.

In addition to Ptolemy, Bacon was influenced by other authors such as Pliny the Elder, a Roman naturalist who presented a work containing 37 volumes called Natural History, with knowledge about Geography, Botany and Zoology. Pliny the Elder died observing the eruption of the volcano Vesuvius in the year 79 d.C.

In a part of the “Geographia” chapter in “Opus Majus”, Bacon (1900) presents the regional diversities in the Nile River basin, since in antiquity the Romans were impressed by the nature presented in the equatorial region of Aethiopiae (present-day Sudan). Bacon describes that the location of the source of the Nile River being a questioning of explorers for centuries, was already presented in the writings of Pliny the Elder, and this Roman author also described the existence of waterfalls, crocodiles and islands along stretches of the largest river in the world (there are discussions between this and the Amazon River about its extensions).

On the flood of the Nile River, important for Egyptian civilization to develop agriculture in an arid climate, Bacon (1900) presents the influence of the moon on river dynamics, by the positions of the constellations. The author states:

The new phase of the moon remains influential after the summer solstice, being gradually altered, whose position of the sun is influenced by Cancer, and stands out for the influences of Leo and Virgo (BACON, 1900, p. 321).¹⁰

In addition to the influences of Astrology in the explanations of natural dynamics in the Nile River basin, Bacon (1900) explains the natural phenomena relating astrological observations to Aristotle's theories about meteorology and the origin of waters in mountainous regions and Tales of Miletus on the formation of the Nile River delta.

Regarding Aristotle's theory of rainfall formation in the Nile River basin, Bacon (1900, p. 324) states:

Aristotle states that the winds during the summer, and in the direction of the east, form the clouds with a lot of rain and constitute the volume of water on the Nile River.¹¹

The existence of snow in the mountainous regions of Ethiopia and the explanations about the springs of the waters of the Nile River are presented by the theory proposed by Aristotle when questioning the explanation of Anaxagoras, because for Aristotle the cause of the volume of the waters of the Nile are the rains, as Bacon states (1900, p. 323):

Anaxagoras, presents his philosopher's opinion of the melting of snow during the summer in the mountains of Ethiopia and compared to the waters of the Rivers Po and Danube originated from the melting of snow in the Alps. Aristotle refutes this conception of the

¹⁰ Incipit autem crescere, ut dicunt, luna existente nova quacunque post solstitiumsensim, id est paulatimmodiceque, Cancrum sole transeunte, abundantissime vero in Leone, etresidet in Virgine.

¹¹ Sedin feratur sententia Aristotelis pro omnibusdicentis, quod in Aethiopia in aestate nostra sunt multaeploviaeet in hyemenullae et Nilus in illis regioni busoritur, unde augmentant urejus paludes et lacus; et addit, quod venti annuales determinati in aestate et orientales flant, et fugant nébulas ad regionesunde Nilus fluit quae dissolvuntur in lacusejus.

previous philosopher because he argues that the volume of the waters of the Nile River is much higher when compared to the volume generated by the melting of the snow, by which the action (force) of the winds becomes the cause of the volume of the waters.¹²

In the “Geographia” chapter in “Opus Majus”, Bacon (1900) presents the regional diversities with a more detailed part of the descriptions about Palestine, Judea and the areas presented by Biblical Geography (Jordan River, Dead Sea and Galilee).

In addition to the importance of the lands inhabited by the Hebrews, Bacon (1900) also presents a well-founded Geography in the locations from the constellations, over virtually all regions of Europe, the Caspian Sea, the Black Sea, the Middle East including the Tigris River basin and Euphrates Saudi Arabia and Asia Minor (Turkey).

Bacon (1900) presents an important description of the Basin of the Indo and Ganges rivers and on the Mongol Empire of Central Asia. In general, Bacon does not describe the African continent and Indochina, probably because Europeans had no contact with the peoples of Southeast Asia or the Japanese. However, China is a country already mentioned by Bacon, of which the philosopher calls it magna Cathaia.

In Geographia, Bacon is influenced by Greek mythology, referring to Tartarorum, being Tartarus, the inferior world to the Greeks ruled by Hades. In Geographia, Bacon considers Tartarus to be the Mongol Empire of Gengis Khan (1206-1227). Bacon was not in Asia, but presented the descriptions made by religious such as Father Johannes de Plano Carpini who was on a mission in the year 1246. Bacon (1900) is called “principal iter idolo latrae”, referring to 13th-century Buddhists present in Central Asia.

¹² Anaxagoras vero philosophus inducit opinionem magis probabile momnibus et dicit nivem lique fieri in aestate in montibus Aethiopiae et sic Nilum augmentari, sicut Rhodanus, et Padus et Danubius et hujus modi flumina prope Alpes crescunt ex nivium liquore. Aristoteles vero redarguit per hoc, quod ex multaniveparum de aqua generatur sed augmentum Nili est maximum quia regiones infundit latissimas et aliquandousquefluunt a longe sunt fortiones in fine, sicut ventiqui a longínquo veniunt, et qui de propínquo fluunt sunt impetuosiores in principio.

Later, Marco Polo (1254-1324) made expeditions from Europe to China and presented greater descriptions of this Mongol-dominated region.

Final considerations

Roger Bacon's Geography presents contributions to the thought of science that studies the spatiality of phenomena, whose field observations, and the accuracy of the analyses of the places need to be presented by geographers. Currently, field instruments and the global positioning system favor the geographer's work in spatial representations in Cartography.

The Aristotelian logic of analysis of phenomena by causes and construction of knowledge by empirical investigations is an important aspect inherited by modern science, and geography needs to present several epistemological methods in view of its thematic diversity. The search for the origin of modern and contemporary knowledge by the contributions of religious, who were also scientists, consolidates the methods to be built to base research on the problems presented in the current reality. The technological advance, already foreseen by Roger Bacon who idealized the use of instruments to produce knowledge, has become a reality and Geography needs to follow the advances in the various areas of knowledge, including a dialogue with the exact sciences for the spatiality of investigations in fieldwork.

Roger Bacon's experimental science came true with the progress of knowledge and scientific advancement thanks to the questioning of previous ideas, ecclesiastical and academic authorities, disruptions of old habits and courage of scientists to take on the challenges to apply experiments in the field and laboratory.

The empirical and experimental proposal aims to seek data in the field close to the reality of nature that presents dynamic and recent phenomena lead us to the need to take advantage of our technologies to measure these phenomena and present

prognoses. The diversity of nature favors a more integrated view of the researcher, that in the case of Physical Geography knowledge in the various areas is important in understanding the phenomena and developing proposals for environmental recovery.

References

BACON, R. *Opus Majus*. Londres: Williams and Norgate, 1900, introdução de John Henry Bridges. Disponível em: <http://capricorn.bc.edu> Acesso em: 20 ago. 2018.

BACON, R. Carta ao papa Clemente IV. In: BACON, R. *Obras escolhidas*. Porto Alegre: Editora Universitária São Francisco, Pensamento Franciscano v. 8: 41-92, 2006a, tradução de Jan G. ter Reegen.

BACON, R. A ciência experimental. In: BACON, R. *Obras escolhidas*. Porto Alegre: Editora Universitária São Francisco, Pensamento Franciscano v. 8: 93-157, 2006b, tradução de Jan G. ter Reegen.

BACON, R. Sobre os segredos da arte e da natureza. In: BACON, R. **Obras escolhidas**. Porto Alegre: Editora Universitária São Francisco, Pensamento Franciscano v. 8:159-188, 2006c, tradução de Jan G. ter Reegen.

GROSSETESTE, R. Sobre a luz ou a gênese das formas. In: Transformação p. 227-237, 1974, tradução de Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.

REEGEN, J. G. T. A vida e a obra de Rogério Bacon. In: REEGEN, J. G. T. Rogério Bacon: obras escolhidas. Porto Alegre: Editora Universitária São Francisco, Pensamento Franciscano v. 8: 09-40, 2006.

Deuses e o Cosmos: Breve Análise Sobre a Noção de Divindade na Filosofia de Epicuro

Gods and the cosmos: an analysis of the notion of divinity in Epicurus

André de Oliveira Pereira¹

Fydel S. Santiago²

¹ Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória), professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEDU-ES). E-mail: andre.oliper@hotmail.com.

² Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória), Coordenador e professor de pós-graduação da Unicristã. Membro do grupo de pesquisa sobre Linguagem da Religião (FUV) nos temas: metáfora, símbolo e imaginário. Membro do grupo de pesquisa Arqueologia do Antigo Oriente Próximo na UESP. E-mail: econ_fydel@hotmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.53799

Resumo

A noção de divindade em Epicuro rompe com as crenças vulgar e astral presentes em sua época. A primeira por ter uma noção irreal sobre a divindade e a segunda por retirar a liberdade do homem. Epicuro não desconsidera a existência das divindades, mas afirma que a noção sobre elas não corresponde à verdade.

Palavras-chave: Divindade; Cosmos; Epicuro.

Abstract

The notion of divinity of Epicurus breaks with the vulgar and astral beliefs present in his time. The first for having an unrealistic notion about divinity and the second for taking away man's freedom. Epicurus does not disregard the existence of divinities but affirms that the notion about them does not correspond to the truth.

Keywords: Divinity; Cosmos; Epicurus.

Introdução

A exortação de Epicuro a Meneceu questiona uma série de possibilidades existentes de seres que habitam fora das limitações humanas e temporais. Sua preocupação não reside em determinar a existência dos deuses. Isso é irrelevante. Eles existem. O que não existe é a noção que a maioria do povo faz dos deuses.

O objetivo de Epicuro não é construir uma argumentação sobre a existência dos deuses, nem mesmo sobre a noção equivocada do povo em relação a divindade. Sua carta a Meneceu se prende em determinar as ações pelas quais os homens podem alcançar a felicidade. Sua filosofia é uma filosofia prática, uma filosofia das pequenas ações do cotidiano que podem conduzir o indivíduo a felicidade.

Sua preocupação é uma síntese de sua filosofia que orienta Meneceu a domesticar seus desejos para evitar as frustrações pelos desejos não realizados. A simplicidade da vida é a verdadeira essência da felicidade.

A felicidade é resultante das ações e decisões humanas. Os deuses não têm qualquer relação com isso. As divindades se ocupam de seus próprios prazeres, distantes das mazelas da realidade humana. Como entidades superiores eles não se ocupam de uma realidade inferior.

Epicuro refuta a noção de divindade na crença vulgar e na crença astral, que eram as correntes religiosas de sua época. A primeira por ter uma noção irreal sobre a divindade e a segunda por retirar a liberdade do homem. A felicidade, enquanto bem maior, só pode ser alcançada quando o homem se sente livre até mesmo do temor de uma divindade que o castiga ou de quem espera favores.

A Filosofia de Epicuro

O filósofo do jardim, Epicuro, tinha por certo que a filosofia tinha uma forte vinculação com a existência, e está feliz. Pode-se, a priori, definir que sua filosofia era uma filosofia da felicidade. Tal compreensão se faz necessário, considerando que é a partir dessa base que Epicuro ergue todos os seus argumentos.

Assim, torna-se imperioso a compreensão sobre felicidade em Epicuro. O objetivo da filosofia, afirmava ele, era tornar a vida melhor, ajudando a encontrar a felicidade. Não deveria a filosofia se ocupar com generalizações, abstrações ou mesmo especulações. Antes, o papel que cabia a filosofia era ser prática. Ela deveria transformar o modo de vida das pessoas para que essas tivessem uma vida plena e feliz. Aqueles que se juntavam a ele no jardim não deveriam apenas ouvi-lo, mas colocar em prática seus ensinamentos. Em sua Carta a Meneceu, Epicuro discorre sobre como a felicidade se projeta em todos os aspectos da vida de forma prática.

De início ele é enfático com Meneceu sobre a necessidade de dedicar-se a filosofia como instrumento da felicidade. O convite a filosofia era irrecusável, quer fosse novo ou velho. Negar-se a fazer essa reflexão equivale a dizer que também “passou a hora de ser feliz (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 5)”.

A mudança de pensamento que Epicuro se referia era a adoção de um estilo de vida mais simples, sendo consciente das limitações, mas principalmente reconhecendo que todos buscam o prazer. É essa busca pelo prazer que move os homens, que justifica as ações, que constrói argumentos e sustenta seus valores.

A buscar pelo prazer é uma forma de afastar a dor e o sofrimento e aumentar a felicidade (WARBURTON, 2021 p. 23). Sabendo que nunca será

possível ter tudo e satisfazer todos os desejos, é preciso reconhecer que o caminho da felicidade exige um estilo de vida mais simples, visto que assim, não se desejaria impossibilidades e, desta forma, não haveria frustrações. A felicidade estaria no contentamento das coisas que podem ser realizadas e alcançadas na medida da força pessoal.

Para os dias atuais, seria como dizer que é inútil e fonte de sofrimento desejar a compra de um avião ou mesmo um iate, quando não se dispõe de recursos para tal. Isso não apenas impõe o sofrimento, frustração e desesperança, bem como adia a verdadeira felicidade. A felicidade está em desejar o possível e, portanto, é uma possibilidade realizável.

Ressalte-se, contudo que, Epicuro não está advogando uma negação da vida ou mesmo apagamento dos desejos e prazeres que estes proporcionam. Sua filosofia não propõe isso. Antes, sua perspectiva era que os desejos precisam ser realistas, condizentes com a realidade individual e não podem impor ao desejante uma ânsia desesperada e atormentadora que termine por aniquilar a vivência da felicidade das coisas simples que estão ao seu alcance.

Para reconhecer os desejos que poderiam ser nocivos a existência, Epicuro diferencia três tipos de desejos humanos. No primeiro grupo, existem os desejos naturais e necessários. Esses desejos são essenciais a existência humana, como bebida, comida, sono e afeto. A felicidade somente é realizada após a satisfação desses desejos. No segundo grupo, estariam os desejos naturais, embora desnecessários. Embora oriundos das necessidades humanas, podem ser abdicados. Exemplo são o desejo de viagens infindas, bebidas e comidas demasiadas. No último grupo estão os desejos inúteis ou desnecessários. São desejos que não agregam coisas verdadeiras a existência, mas apenas resultam em falsas impressões alheias, tais como a fama e poder.

Desta forma, não se deve pressupor que sua filosofia se assemelhe ou mesmo proponha um amortecimento do corpo. Sua filosofia se estende para além de tal empobrecimento. Ela é uma filosofia da vida, da existência e da felicidade que se realiza no corpo. Enquadrar-se em situações que aflijam o corpo e, portanto, a existência, impede a felicidade.

Nesse sentido, a felicidade não está para além do indivíduo, mas na liberdade de suas ações e decisões pessoais. Algumas implicações podem ser auferidas dessa posição de Epicuro. A felicidade tem aspectos materialistas, reais e concretos. No entanto, apesar de ser materialista Epicuro nega tal determinismo na busca pela felicidade, afirmando que em sua filosofia a felicidade é baseada na liberdade moral de cada indivíduo. Essa moral, não obstante, é provinda das sensações, ou seja, daquilo que é real e concreto, e não produto de uma subjetividade. Ou seja, a felicidade não está determinada pelo materialismo, mas pela moral que move as ações. Sobre isso Epicuro lembra Meneceu: “Mais vale aceitar o mito dos deuses, do que ser escravo do destino dos naturalistas” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 125).

O alerta de Epicuro a Meneceu não era desprovido de razão. Ocupar a mente com desejos vãos tem repercussões em todas as áreas da vida. Se os desejos interferem na existência humana, estes devem ser domados, para que se possa aproveitar o gozo das coisas simples.

Em sua filosofia Epicuro revela que essas preocupações quando elevadas para um plano além-mundo, poderia trazer mais sofrimento do que felicidade. Mesmo porque ao fazer isso, o indivíduo retiraria de si a responsabilidade moral por agir em prol de sua existência e, portanto, em realizar a sua felicidade.

Na carta a Meneceu, Epicuro destaca em diversos pontos como a felicidade guarda vínculos com a noção que se tem da divindade. Tendo uma

visão prática de sua filosofia, Epicuro rejeita os modelos de crença na divindade que existiam em sua época. Para ele a felicidade não poderia ser produto de um jogo de interesse de divindades, se é que existiam, distantes e indiferentes a vida dos homens.

Ainda que, de forma comum, seja atribuída a Epicuro a alcunha de ateu, este não o era. Sua filosofia de imanência não permite tal anacronismo. Contudo, é preciso conhecer as crenças existentes em sua época e os contrastes de sua filosofia com essas crenças.

A Crença Vulgar e a Religião Astral

Em suas reflexões, Epicuro percebeu que as crenças sobre a divindade sustentavam um perigo não aparente. Duas crenças disputavam as noções sobre a divindade na sociedade em sua época: a crença vulgar e a crença astral. Para esclarecer esse perigo e sustentar sua posição, Epicuro aborda essas duas crenças na carta a Menesceu.

Em primeiro lugar, considerando a divindade como um ente imortal e bem-aventurado, como sugere a percepção comum de divindade, não atribuas a ela nada que seja incompatível com a sua imortalidade, nem inadequado à sua bem-aventurança; pensa a respeito dela tudo que for capaz de conservar-lhe felicidade e imortalidade. Os deuses de fato existem e é evidente o conhecimento que temos deles; já a imagem que deles faz a maioria das pessoas, essa não existe: as pessoas não costumam preservar a noção que têm dos deuses. Ímpio não é quem rejeita os deuses em que a maioria crê, mas sim quem atribui aos deuses os falsos juízos dessa maioria. Com efeito, os juízos do povo a respeito dos deuses não se baseiam em noções inatas, mas em opiniões falsas. Daí a crença de que eles causam os maiores malefícios aos maus e os maiores benefícios aos bons. Irmanados pelas suas próprias virtudes, eles só aceitam a convivência com seus semelhantes e

consideram estranho tudo que seja diferente deles (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 16).

Em suas considerações, Epicuro afirma que a crença vulgar sustenta suas noções sobre a divindade em suposições. Essas crenças não são erguidas sobre impressões reais sobre a realidade, mas em suposições vazias, falsas e sem qualquer correspondência com o real. Em suas palavras “os juízos do povo a respeito dos deuses não se baseiam em noções inatas, mas em opiniões falsas.”

Suposições irreais e insustentáveis na realidade e impressões verdadeiras que correspondem aquilo que é verdadeiro são colocados a prova por Epicuro.

As falsas suposições sobre a existência da divindade acarretavam consequências práticas na vida do povo. Uma delas dizia respeito sobre a noção corpórea da divindade. Epicuro não contesta a existência dos deuses ou mesmo entra em debate aprofundado sobre isso, afinal isso seria perde-se naquilo que estava tentando esclarecer. Para ele a existência dos deuses é uma realidade incontestável. Contestável era a imagem que se tinha deles. Sua posição é firme: “os deuses de fato existem e é evidente o conhecimento que temos deles; já a imagem que deles faz a maioria das pessoas, essa não existe” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 20).

A imagem que o povo tinha sobre a divindade não correspondia a uma verdade ou realidade que pudesse ser provada. Era uma imagem construída de forma artificial, erguida de forma subjetiva e criativa. Não havia qualquer referencial ou modelo que correspondia as imagens projetadas.

Se a imaginação era o critério aferidor da verdade na construção da noção da divindade, isso poderia corresponder a inúmeras possibilidades, tão variadas quanto a capacidade dos povos de se projetar nesse modelo.

Xenófanos de Colofão considerado “um andarilho sem moradia fixa” (REALE, 1990, p. 23) que precedeu Epicuro já havia levantado essas suspeitas.

Os etíopes são negros de nariz chato os trácios de olhos verdes e ruivos. Mas se tivessem mãos os bois, e os leões, quando pintassem com as mãos e compusessem obras como os homens, cavalos como cavalos, bois semelhantes aos bois pintariam a forma dos deuses e fariam corpos tais como fosse o próprio aspecto (SANTORO, 2011 p. 16).

A artificialidade dos argumentos que sustentava a noção da divindade na crença vulgar era assim falsa e sem qualquer correspondência com a realidade. Doutra parte, a crença vulgar tinha como pressuposto que a ira e o favor das divindades podiam ser alcançados por oferendas e sacrifícios. Bons rituais podiam atrair a bondade das divindades e afastar os maus presságios e a infelicidade dos homens. Em sentido contrário, o desleixo em relação as oferendas tornam o indivíduo merecedor de castigos.

A crença vulgar era assim, uma relação sustentada em ganhos e perdas. Esse falseamento não correspondia a realidade dos fatos. Na concepção de Epicuro, as divindades são imortais e bem-aventuradas, não se podendo atribuir “a ela nada que seja incompatível com a sua imortalidade, nem inadequado à sua bem-aventurança” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 18).

Para ele, as divindades são felizes em sua existência e sem qualquer motivo para se envolver nas questões terrenas dos homens. Homero já afirmara essa constatação sobre a independência dos deuses gregos.

(...) Atena subiu ao Olimpo, onde, como é sabido, reinam imperiosos os deuses, não molestados por ventos, nem por tempestades, nem pelo frio do inverno. O Olimpo penetra no Éter acima das nuvens. Lá a luz se difunde clara. Lá os bem-aventurados folgam o dia todo (HOMERO, *Odisséia*, canto VI, 40-45).

Ocupados em sua existência, os deuses desfrutam de benesses infindas, sendo inconcebível sentirem-se atraídos pelas mazelas humanas. Como ele observa: “Irmanados pelas suas próprias virtudes, eles só aceitam a convivência com seus semelhantes e consideram estranho tudo que seja diferente deles” (EPICURO, *Carta a Meneceu*, v. 25).

O homem que tenha por objetivo alcançar o favor divino com oferendas, se revela um insensato, pois ao esperar dos deuses uma melhoria na vida se exime da responsabilidade pelas próprias ações que podem, verdadeiramente, trazer felicidade. Em suas palavras “é estúpido pedir aos deuses o que se pode procurar por si mesmo” (SV, 65).

Colocar o destino pessoal na mão de deuses distantes e indiferentes a existência humana equivale a viver ao acaso, guiado pela incerteza e a inconstância. Para Epicuro, para resolver essa realidade de permanente insegurança é preciso retomar o próprio destino e guiá-lo com sabedoria, visto que

a sorte não é uma divindade, como a maioria das pessoas acredita (pois um deus não faz nada ao acaso), nem algo incerto, o sábio não crê que ela proporcione aos homens nenhum bem ou nenhum mal que sejam fundamentais para uma vida feliz, mas, sim, que dela pode surgir o início de grandes bens e de grandes males. A seu ver, é preferível ser desafortunado e sábio, a ser afortunado e tolo; na prática, é melhor que um bom projeto não chegue a bom termo, do

que chegue a ter êxito um projeto mau (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 130).

No entanto, apropriar-se do próprio destino exige liberdade e, este é um atributo impensável aos seguidores da crença astral. Um dos fundamentos da crença astral era a imutabilidade e inevitabilidade do destino. Tal como os astros possuem uma trajetória inevitável e são habitados por almas divinas, a existência humana tem um destino inevitável. Essa era uma tradição herdada de Platão.

Ao atribuir a impossibilidade de mudar o destino, os seguidores da crença astral eliminam a liberdade de alterar uma trajetória da existência que, por sua natureza, jamais se dobra aos desejos do homem. O homem estaria assim preso em um ciclo impossível de romper.

No entanto, a natureza humana é complexa. E responder de forma minimamente satisfatória a todos os questionamentos que envolvem a existência não poderiam estar sob uma única competência, quer fosse dos astros ou religiosa. A realidade da vida é rica e não cabe num único olhar. Ela está inserida no mundo, na história e na cultura.

É essa inquietude sobre o existir que Epicuro recomenda a Meneceu: “Medita, pois, todas essas coisas e muitas outras a elas congêneres, dia e noite, consigo mesmo e com teus semelhantes” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 138).

O homem é o único que deseja compreender por que sua existência é cercada de medos, desejos, tristezas, necessidades, traumas, angústias e frustrações. Se tantas vontades lhe são dadas, por que tantas limitações? E se tantos desejos lhe acorrentam como é possível dizer-se livre?

Esses e outros questionamentos ocupam o pensamento do homem. Seja de forma sofisticada ou simples, confessando ou sofrendo privadamente, todos enfrentam ou são devorados por dilemas existenciais.

O homem existe a partir de suas escolhas. Contudo, enquanto as opções tendem ao infinito, o ser humano é finito. Um verdadeiro cardápio de opções é oferecido todos os dias, atraindo, seduzindo e prometendo infinito conhecimento, prazer, felicidade e poder. Todas encantam, contudo, meditar sobre elas poderá fazer com que se viva “como um deus entre os homens” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 141).

Epicuro rejeita a religião astral, afirmando que os astros são apenas “esferas de fogo aglomeradas (DL, X, 90)”, não sendo, contudo, os corpos dos deuses. Desta forma, os astros não teriam qualquer influência sobre o destino dos homens. A trajetória dos astros não corresponde a vontade dos deuses, tampouco a existência dos homens é governada pelos astros. De igual forma, preocupar-se com deuses inexistentes seria também uma inutilidade.

A Noção de Divindade na Filosofia de Epicuro

Epicuro é contado entre os filósofos pré-socráticos. Deve-se, portanto, avaliar os fundamentos desse grupo e como Epicuro, a partir dessa tradição, constrói sua filosofia sobre a noção de divindade.

Uma correção ou esclarecimento é necessário. Pré-socrático não se refere exatamente a um período anterior a Sócrates. O termo não tem um objetivo cronológico ou uma datação específica. Antes, sua funcionalidade consiste em informar uma sucessão de ideias. Estes ainda estavam divididos em, pelo menos, quatro escolas de pensamento: escola jônica, escola pitagórica ou itálica, escola eleática e escola efésica. Apesar de separados por

escolas, suas buscas coincidiam na tentativa de explicar a origem do mundo quanto do próprio indivíduo a partir de argumentos lógicos e racionais. Desconsideram para isso as abstrações religiosas. Os pré-socráticos antecederam Sócrates em suas ideias, mas muitos foram seus contemporâneos e dialogaram diretamente com o questionador da Grécia.

Ademais, Sócrates é figura narrada apenas nos escritos de Platão, seu discípulo. Sua presença em Platão é tão marcante que especulações são recorrentes sobre sua existência. No entanto, se a filosofia tem um representante maior, este é Sócrates (WARBURTON, 2019 p.1).

Uma característica dos pré-socráticos foi seu rompimento com a noção espiritual para explicar a realidade. Para estes, a realidade deveria ser explicada a partir de argumentos racionais. Suas aspirações estavam na vontade de combater o misticismo religioso que se colocava como explicação única, em detrimento da razão. Os primeiros filósofos, chamados precisamente de “físicos, naturalistas ou cosmólogos propunham a seguinte questão: como surgiu o cosmos?” (REALE, 1990, p. 12).

A resposta, a priori, não poderia vir de fundamentos religiosos, metafísicos e espiritualistas. Os corpos são átomos em movimento que se formam e se decompõem seguindo princípios lógicos em um “dinamismo Universal” (REALE, 1990, p. 17). Deixa-se claro que, além do motor primário da *Physis*, há também um movimento que gera e sustenta todas as coisas.

Em seus momentos finais, o pensamento pré-socrático sofreu uma mudança relevante no que diz respeito à inserção da filosofia nas questões da vida cotidiana e na esfera pública.

É nesse contexto que Epicuro fundamenta sua noção de divindade. Ele não aniquila a divindade, mas a secundariza em sua reflexão. Sua presença não se essencializa como preponderante para a vida, mas ao contrário, desgastar-

se em relação a imaginações e hipóteses sobre sua imagem, suas vontades, desejos e sentimentos apenas traria tristezas, infortúnios e pesar. Supor e interpretar a vontade da divindade em relação aos desígnios humanos tão somente colocaria o ser humano no acaso do perigo constante.

Divindades existem, isso era um fato, mas não a noção que se tinha sobre elas. A rejeição não estava nas divindades, mas no falseamento dessa imagem. Para Epicuro, fazer essa distinção não o tornava um incrédulo, um tolo ou sacrílego. Isso somente ocorreria se a noção distorcida fosse assegurada pela maioria. “Ímpio não é quem rejeita os deuses em que a maioria crê, mas sim quem atribui aos deuses os falsos juízos dessa maioria” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 22).

Esse distanciamento dos deuses não era recente. Xenófanes de Colofão já havia proposto algo semelhante ao afirmar que “um deus é o supremo entre os deuses e os homens; nem em sua forma, nem em seu pensamento é igual aos mortais” (PENSADORES, 1996 p.26). Essa noção equivocada sobre a divindade possui raízes antigas. Era uma herança da tradição homérica de retratar a vida, alicerçada em motivações e intenções divinas. No entanto, ao inserir os deuses na dimensão terrestre, Homero os humaniza com todas as características comuns aos indivíduos. Não apenas a bondade os domina, mas principalmente os desvios de caráter tão comuns aos tiranos e mais infame dos homens.

Desde o princípio todos têm aprendido segundo Homero, mas Homero como Hesíodo atribuíram aos deuses/ tudo quanto entre os homens é infâmia e vergonha/ roubar, raptar e enganar mutuamente (SANTORO, 2001, p. 11).

Havia uma contradição entre a imaginação que se fazia das divindades, lindas, perfeitas e irrepreensíveis em sua morada e a noção popular que as

retratava cheia de apetites, desejos, iras, rancores e traições. O indecifrável humor dos deuses era um fator que sempre pesava contra o indivíduo. Determinar corretamente suas vontades era um tatear no quarto escuro de olhos vendados a procura de um gato preto.

A manutenção de uma noção de deuses que podem ter sua ira aplacada por oferendas, ritos e oblações transtorna o caminho dos homens, que vivem sob o constante perigo de transigir com a vontade divina.

Analisando essa situação sob outro ângulo, pode-se questionar a existência e necessidade dos males como oriundos da vontade divina. Se estes são a fonte dos malefícios, por que os sofrimentos atingem até mesmo o mais devoto dos homens? qual o prazer que a divindade tem em ver o sofrimento? e, por que não o extinguem definitivamente? Estes questionamentos são atribuídos a Epicuro por Lactâncio.

Ou bem, diz Epicuro, Deus quer suprimir o mal e não pode; ou ele pode e não quer; ou ele nem quer e nem pode; ou ele quer e pode. Se ele quer e não pode, então é impotente e isso não convém à Deus; se ele pode e não quer, ele é invejoso, mas isso não pode conferir vantagem a Deus; se ele nem quer nem pode, ele é de uma só vez invejoso e impotente, sendo assim, ele não pode ser Deus; se ele quer e pode, somente o que convém à Deus, então de onde vem o mal? Ou por que Deus não o suprime? (US, 374).

Os questionamentos de Epicuro não objetivam eliminar a noção da divindade, mas demonstrar as distorções por trás dos muitos argumentos sobre sua forma de agir na existência humana.

O medo que acompanha os homens os torna piedosos. Sabendo que os males podem alcançar sua vida de forma inesperada e inexplicável é preciso que o medo seja substituído pelo temor e respeito. Afinal, nunca se sabe quando o homem será usado como exemplo de castigo aos seus pares.

Por outro lado, receber bens e satisfações por parte da divindade que proporcionem a felicidade doméstica os homens, os torna dóceis, mas imprudentes sobre a própria existência. Se cabe a divindade proporcionar a felicidade, cessam as motivações pessoais no agir, visto que toda ação deve ter um selo de aprovação divina. Ao final, a felicidade alcançada não é do homem devoto, mas da divindade.

Não se elimina apenas os desejos pessoais, mas também se naturaliza uma padronização em relação a eles. Os muros da diferença que marcam a existência humana são derrubados.

A prudência nesse caso aconselha que o homem sábio, não considere a noção de divindade defendida pela maioria, mas que também não desconsidere a existência da divindade. Nesse momento, surge então a questão: os deuses existem, mas, que deuses?

Para Epicuro o debate sobre a noção da divindade é infrutífero. Não é possível determinar a forma da divindade baseado em suas ações. Seus corpos são, assim, indeterminados. O ser humano é incapaz de sequer imaginar a forma ou mesmo seus contornos corporais. Como bem lembra Epicuro, “eles só aceitam a convivência com seus semelhantes e consideram estranho tudo que seja diferente deles” (EPICURO, Carta a Meneceu, v. 25).

A felicidade não está sujeita aos desejos da divindade. Ela é resultante das escolhas pessoais e disso as divindades não se ocupam.

Considerações Finais

A divindade no período pré-socrático era essencial para os devotos da crença vulgar e da crença astral. A observação crítica de Epicuro era que a maioria do povo possuía uma noção incorreta sobre a divindade.

Deuses existem, mas isso não deve ser objeto de preocupação dos homens. O que deve ocupar os pensamentos humanos são as ações simples que lhe propiciem a verdadeira felicidade.

A distância entre a realidade corpórea das divindades e a imaginação dos homens é intransponível. Qualquer imagem é apenas suposição sem base no real. A proposta de Epicuro é que a noção de divindade não seja baseada no temor, mas no respeito, principalmente no silêncio destas em se manterem distantes do cotidiano dos homens.

Referências Bibliográficas

Documentação

EPICURO. *Antologia de textos*. In Epicuro, Lucrécio, Sêneca e Marco Aurélio. Trad. Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Carta sobre a Meneceu*. São Paulo: UNESP, 2006.

PLATÃO. *A República*. Introdução, tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 13. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012

Bibliografia

PENSADORES, Os. *Os pré-socráticos: fragmentos, Doxografia e Comentários*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga: Vol. I*. São Paulo: Ed Loyola, 1990.

_____. *História da Filosofia Antiga: Vol II*. São Paulo: Loyola, 1994.

RUSSELL, Bertrand. História da filosofia Ocidental. São Paulo: Ed nacional.1957.

SANTORO, Fernando. *Filósofos épicos I: Parmênides e Xenófanés – Fragmentos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

WARBURTON, Nigel. *Uma breve história da filosofia*. 5ª ed. Trad. Rogério Bettoni. Porto Alegre: L&PM, 2019.

O Gênero Teatral Latino: dos Primórdios às Tragédias de Sêneca

Latin Theatrical Genre: From the Origins to the Tragedies of Seneca

Douglas Castro Carneiro¹

¹ Pós-doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, sob supervisão da professora Monica Selvatici, Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e graduado em história pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: douglascarneiro229@gmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.50707

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar o gênero teatral latino desde suas origens até as tragédias senequianas. Os dramas latinos foram um dos primeiros gêneros literários que se estabeleceram em Roma nos espaços dos festivais públicos e religiosos da sociedade romana.

Palavras-chave: Roma, Tragédias, Sêneca.

Abstract

The aim of this article is to analyze the Latin theatrical genre from its origins until the tragedies of Seneca. The Latin dramas were the first genres to establish in Rome using public and festival religious in roman society.

Keywords: Rome, Tragedies, Seneca.

O objetivo deste artigo é analisar, em termos gerais o gênero teatral latino, desde suas origens, até as tragédias de Sêneca. Os dramas latinos foram um dos primeiros gêneros que se estabeleceram em Roma, em especial nos festivais públicos e religiosos na sociedade romana. De acordo com Pierre Grimal (1978, p.79), em 364 a.C. o senado romano fez vir da Etrúria, bailarinos e músicos e os princípios dos jogos

cênicos. De acordo com W. E Beare (2011, p.35), a época do século III a.C., havia atividades teatrais em diversas partes da Itália em Roma, por exemplo. Nesta o cenário teatral consistia em brincadeiras improvisadas com a presença de música e dança, bem como a influência religiosa, que auxiliava na formação das representações teatrais latinas devido a sua vinculação com ritos religiosos (LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libre*, VII, 2-4). Segundo Tito Lívio:

Por isso não se levou a cabo nada mais do que mereceu ser registrado, sem excertuarmos que para conseguir a paz dos deuses [...] Entre outros recursos para aplicar a cólera divina organizavam-se também às representações teatrais, era uma novidade para um povo guerreiro, pois seu único espetáculo havia sido o circo. A partir daí, os histriões tiveram em mão, um cantor por sua voz quando era reservada para os diálogos. Uma vez que, com este sistema, as representações teatrais foram afastando-se do riso e de uma chance incontrolável o que foi se transformando em arte e as representações das obras teatrais.

Na fronteira sul do Lácio existe uma espécie de fábula atelã¹³, que mostra os diversos tipos de situações anômalas. Todas as tragédias latinas eram adaptações das peças gregas junto com suas formas dramáticas para uma audiência romana (BOYLE, 2004, p.24).

Além disso, se nos voltarmos para as discussões propostas por Christopher Star (2015, p.238), veremos que a origem da tragédia latina se dá após a vitória de Cartago, em especial a Primeira Guerra Púnica¹⁴, com a performance de uma tragédia grega

¹³ Um estilo de drama cômico que possuía estereótipos semelhantes aos palhaços, com o uso de máscaras, participação de humor frequentemente associada às atividades sexuais. Esse tipo de entretenimento dramático associado à cidade de Óstia na Campânia e parece ser muito mais antiga do que a explosão dramática no final do século III a.C. (BOYLE, 2004, p.12).

¹⁴ Os conflitos mais celebrados, e mais devastadores, foram às primeiras Guerras Púnicas, contra Cartago. A primeira durou mais de vinte anos (de 264 a 241 a.C.), a maior parte dela travada na Sicília e nos mares em volta, exceto a desastrosa incursão romana no território cartaginês, no norte da África. O conflito terminou com a Sicília sob controle romano — e após uns poucos anos a Sardenha e a Córsega também, embora o epitáfio do filho de Barbato exagere um pouco suas realizações afirmando que ele “capturou” a ilha (BEARD, 2015, p.177). A segunda guerra púnica marca na história de Roma o começo de um processo de transformações que produziu grandes mudanças na estrutura do estado e da

traduzida por Lívio Andrônico, que era de origem grega em 240 a.C. nos jogos romanos *ludi romani*- a qual pretendia honrar Júpiter *Optimus*. Como sugere Florence Dupont (2006, p.145), o teatro latino inaugurado por Lívio Andrônico¹⁵, tornou-se parte do teatro latino que iniciava e terminava com espetáculos cênicos ou na forma de danças. A autora aponta algumas questões que consideramos relevantes para a compreensão da teatralidade latina. De acordo com as suas palavras:

A tradição do teatro grego para os romanos é um ato religioso, uma expiação (*piaculum*), como boa parte das inovações culturais acompanhadas na República. Lívio Andrônico era um poeta e um tradutor. Foi um desses estrangeiros trazidos para Roma, assim como por intermédio de concursos, dentro de uma política de inovação que força uma originalidade da civilização romana. A inovação romana se apresenta como um ato conservador e que correspondia a uma situação de crise (DUPONT, 2006, p. 147).

Posto isto, Dupont (2006, p.154), afirma que as tradições literárias assim como as tradições religiosas são inseparáveis do teatro romano. A religião romana é geralmente apresentada nas análises modernas como uma religião altamente ritualizada, com poucas concessões à expressão religiosa (BELTRÃO, 2006, p.131).

Desse modo, a prática da *supplicatio* aproximava-se das performances dramáticas com seus movimentos e gestos, já que os coros se organizavam para cantar as orações enquanto caminhavam ou dançavam em procissão. Ao invocar os deuses, os suplicantes faziam gestos com as mãos, ajoelhavam-se e proferiam as súplicas durante a procissão, em especial no momento de encontro com a divindade

sociedade. As novas condições originavam-se em parte das repercussões que teve para a Itália na Segunda Guerra Púnica consistindo na decadência e proletarização do campesinato itálico (ALFÖLDY, 1989, p.65).

¹⁵ Nascido por volta de 280 a.C. e falecido em 205 a.C., é autor de obras que sobreviveram em fragmentos tais como *Aquiles*, *Egisto Agamêmnon*, *Cassandra*, *Ajax*, *Andromeda*, *Danai*, *Hermione*, *O Cavalo Troiano*, *Tereu*, *Andrômaca*, *Procne*, *Ino*, *Gladiolos*, *Ludius*, *A Adaga*, *O jogador*, *Odisséia* (GRATWICK, 2008, p.82).

representada, simbolicamente, pela presença de suas estátuas ou seus leitos (*puluinaria*) nos templos (SILVA, 2019, p.143). De acordo com John Scheid (2001, p.241), os sacrifícios encontravam-se no centro dos cultos. Dependendo do contexto e das divindades que eram honradas havia uma grande variedade na maneira como os sacrifícios eram realizados, no uso de incensos e libações. Os detalhes de um sacrifício eram igualmente influenciados por um contexto ritual em todas as grandes cerimônias religiosas.

Embora, o trabalho de muitos autores republicanos tenha sobrevivido em fragmentos, podemos identificar características de seus estilos, motivos e tópicos em tragédias pessoais. Nesse sentido, inserimos em nossa argumentação discussões sobre Gneu Névio¹⁶. De acordo com Gesine Manuwald (2011, p. 139), este começou a produzir suas peças após Lívio Andrônico, a época da primeira guerra púnica. Tal informação aparece em sua obra *O Canto da Guerra Púnica*.

Nesse sentido, entendemos que os primeiros dramaturgos romanos compuseram peças leves e sérias, desenvolvendo, dessa forma uma estética dramática que, de certa maneira, recebia influência do estilo grego (GRATWICK, 2008, p.92).

Assim, a partir de 235 a.C., Névio foi um poeta ativo em Roma; não só produziu tragédias e comédias, mas também poemas épicos. Das tragédias latinas, apenas alguns fragmentos sobreviveram entre os séculos III a II a.C. na forma de citações de autores clássicos. De acordo com Elaine Fantham (2005, p.118), Névio falava latim e tinha idade suficiente para lutar na Primeira Guerra Púnica.

Além de *Danaís*, é ainda citado por *Andrômaca* *Ifigênia* e *Licurgo*. Assim, podemos afirmar que os fragmentos não nos permitem maiores análises, inclusive isso

¹⁶Nascido entre os anos de 280 a.C. a 200 a.C. Suas obras que sobreviveram em fragmentos foram: *O canto da Guerra Púnica* dividido em sete livros dos quais sobreviveram apenas fragmentos, escreveu também peças que possuía o modelo grego. Tais como *Ariolo*, *Clamidaria*, *Demétrio* e *Andrômaca*, *Danaí*, *Cavalos Troianos*, *Ifigênia*, *Licurgo* (GRATWICK, 2008, p.100).

se aplica aos principais escritores trágicos como, por exemplo, *Ênio* (239 a.C. – 169 a.C.), *Pacúvio* (220 a.C. – 130 a.C.) e *Ácio*¹⁷ (170 a.C. – 80 a.C.) (SCHIERL, 2015, p.67).

O terceiro autor que pontuamos é Quinto Ênio. Conforme Mario Erasmo (2008, p.18), Ênio, experimentou um contato inicial com a cultura grega devido à sua terra natal estar localizada ao sul da Itália. Assim, como Nêvio serviu como militar, depois de ter sido trazido para Roma por Márcio Pórcio Catão, cultivou amizades importantes com homens de estado. Nesse âmbito podemos observar que:

As tragédias de Ênio trouxeram ao mundo romano ao palco, o qual contribuiu para o crescimento recíproco da realidade entre o palco e fora dele que começou com Nêvio. Assim como *Nêvio*, *Ênio* escreveu *praetextae* e incorporou elementos romanos em suas tragédias. Completo desenvolvimento de alusões meta-teatrais por Ênio leva ao crescente reconhecimento teatral fora do palco. Se os romanos pudessem se ver no palco, seria inevitável que eles reconhecessem as alusões teatrais fora do palco. Assim Ênio abriu caminho para Pacúvio e Ácio para explorarem mais a retórica e antecipar a nebulosa realidade dentro (ERASMO, 2005, p.280).

Podemos observar que as tragédias de Ênio transformaram a realidade do palco, pois reflete de certa forma, uma espacialidade política, cultural e social do momento em que o autor vivia. Logo, “Ênio estruturou o caminho para Pacúvio para explorar a retórica e antecipar a visão da realidade, fora do palco, durante o final da República” (ERASMO, 2004, p.22).

Temos, por exemplo, os fragmentos dos Anais de Pacúvio (FISCHER, 2012, p.10).¹⁸ Em conformidade com E. H Warmington (1982, p.20-21), este nasceu na região da Calábria por volta de 220 a.C., filho da irmã do poeta Ênio.

Dirigiu-se a Roma, juntando-se ao círculo literário do Lácio, passando grande parte de sua vida escrevendo suas tragédias. Pacúvio tornou-se amigo de Ácio, seu

¹⁷ Nasceu por volta de 170 a.C. e faleceu em 89 a.C. *Aquiles, Medeia, Hécuba, Antígona, Patrício, Egisto*, entre outros (SCHIERL, 2015, p.68).

¹⁸ Nascido em 220 a.C. e falecido em 130 a.C. (WARMINGTON, 1936, p. 35).

contemporâneo e sucessor na tragédia romana em 140 a.C., quando este tinha oitenta anos. Pacúvio teria lido sua obra *Atreu* para Ênio.

Ao mencionarmos Lúcio Ácio, contemporâneo de Pacúvio, veem-se em suas peças a utilização de títulos e elementos gregos. Além disso, várias tragédias eram baseadas na *Iliada* ou possuíam temas fundamentados no ciclo troiano (FANTHAM, 2005, p.143). De acordo com Zélia de Almeida Cardoso (2005, p.20), Lúcio Ácio era original e com grande capacidade descritiva, explorou temas de heroísmo e terror. Suas obras agradavam ao público e, por exigência deste, a tragédia de sua autoria (*Clitemnestra*) foi levada em cena em 55 a.C., ao ser inaugurado o teatro de *Pompeu*.¹⁹

Ao final da República Romana, ocorreu aquilo que estudiosos das tragédias republicanas tais como Warmington (1982), Wilkinson e Schierl (2015) afirmam ser uma decadência desse gênero literário. De acordo com Sander Goldberg (2007, p.574), a existência dessas peças aparece somente em fragmentos de obras de poetas – como, por exemplo, Cássio de Parma-pois elas se perderam. À época de Augusto,²⁰ a literatura latina chegou ao seu auge, contudo, poucos autores se dedicaram às tragédias.

“Em 12 a.C., da única tragédia de Ovídio, intitulada *Medea*, sobreviveram alguns fragmentos” (KENNEY, 2008, p.130). Ovídio retomou um antigo tema trágico

¹⁹ Nesse espaço temporal, podemos considerar Marco Túlio Cícero (103 a.C. – 43 a.C.), estudado como político e homem das letras e mencionado em algumas tragédias (WILKINSON, 2012, p.230). Cícero esclarece aspectos diferentes das tragédias republicanas, demonstrando interesses em fenômenos linguísticos. Podemos ressaltar que escreveu “em uma época na qual a tragédia desempenhava um papel fundamental na vida cultural de Roma” (SCHIERL, 2015, p.78-80). Petra Schierl deixa claro haver referências a antigos poetas e tragediógrafos (Andrônico, Ênio e Pacúvio) em obras tais como: *Pro Sestio*, *Sobre o orador* e *Tusculanas*.

²⁰ Devemos nos atentar ao fator de que a forte e recorrente menção aos feitos de Augusto e ao próprio *Princeps* está intrinsecamente associada aos incentivos realizados pelo mesmo a muitos aspectos sociais e culturais, incluindo os poetas e seus escritos, por meio dos círculos literários, especialmente os que giravam em torno das figuras de Mecenas e de Messala Corvino (MEDEIROS, 2015, p.30).

com o qual compôs a tragédia *Medeia*, que foi lida numa sessão pública e hoje é considerada perdida (CARDOSO, 2005, p.21).

Após o governo de Augusto, poucos tragediógrafos sobreviveram como *Marmelio Escadauro* e *Publio Pomponio*. Durante os jogos comemorativos da vitória de Otávio em Ácio, foi representada, em Roma, a tragédia *Tiestes*, da autoria de *Lucio Vário Rafo*, da qual só resta um pequeno fragmento. No momento em que as tragédias não eram mais representadas nos espaços públicos, já em meados do império, apenas as tragédias senequianas sobreviveram. Como se observa, o gênero trágico senequiano inspirou-se nas tragédias de Eurípedes e Ésquilo, mas readaptou os dramas latinos da época republicana, utilizando-se, sobretudo, o épico e o lírico (CARDOSO, 2005, p.33). Dessa forma,

As lendas mitológicas que fornecem o assunto a ser desenvolvido, são em muitos casos reformulados em alguns de seus pormenores. Em *As Troianas*, por exemplo, a ocultação de Astíanax, no túmulo de Heitor parece ser uma criação senequiana, em *As Fenícias*, diferentemente do que ocorre em Sófocles, Jocasta assiste ao duelo dos filhos, em *Medéia* a feiticeira mata uma das crianças diante do esposo, em *Fedra* a confissão feita pela madrasta à ama é original, bem como o expediente de que esta se vale para salvaguardar a honra da filha de criação, acusando Hipólito diante do povo de Atenas (CARDOSO, 2005, p. 35).

Neste sentido, procuramos apresentar as tragédias de Sêneca e quais são as devidas importâncias diante dessa realidade que nos é apresentada as nove tragédias *Hercules Furioso*, *Troianas*, *Fenícia*, *Medeia*, *Fedra*, *Édipo*, *Agamêmnon*, *Tiestes* e *Hércules no Éta* (SANCHES, 2012, p.10) – bem como uma tragédia apócrifa, *Otávia*. Não obstante, apresentaremos nos próximos parágrafos estas tragédias para nossos leitores: *Hercules Furioso* passa-se em Tebas. Em uma explosão de ciúmes e ódio, Juno dá vazão a sua frequente frustração. Não só Hércules saiu vitorioso de todos os trabalhos que lhe foram impostos, mas por meio deles tornou-se um bem-feitor e mesmo aposta sua imortalidade. As fúrias o deixam louco e contaminado pelo assassinato, desejam que Hercules volte para o submundo.

No primeiro canto (125-204), o coral canta às primeiras tarefas as primeiras tarefas dos pastores e dos marinheiros e em seguida descreve como os moradores da cidade completam seus deveres (BILLERBECK, 2014, p.49). No segundo ato (205-523), *Hércules* é ameaçado pelo usurpador *Lico*, o velho *Anfítro*, *Megara* e seus filhos refugiam-se no altar de Júpiter. O tirano a todo custo força *Megara* a se casar com ele e como parte de sua estratégia, deprecia maliciosamente os feitos heróicos do herói ausente.

No terceiro ato (592-894), com o orgulho de ter superado o senhor do submundo, *Hércules* encontra a luz do dia e Juno, que lhe propõe outro obstáculo, que ironicamente será ele mesmo. No quarto ato (895-1137), em comemoração ao seu triunfo sobre *Lico*, *Hércules* prepara uma oferta de agradecimento (para os deuses). De repente, a loucura abate as crianças e ataca *Megara*. *Hércules* cai no chão, vencido por um sono entorpecedor. O ato atroz de *Hércules* provoca tristeza em si, já que seus filhos estão mortos.

No quinto ato (1138-1344), *Hércules* desperta de seu sono profundo, e tenta voltar à realidade. Em uma explosão apaixonada do desamparo, recorre ao suicídio. Finalmente, *Hércules* recupera-se e segue seu fiel amigo *Teseu* para Atenas.

A segunda tragédia que apresentamos é *Troianas*. Nesse texto pertencente ao ciclo troiano, tem-se uma versão dos fatos, após a guerra finda, especificamente sobre as resoluções, por parte dos gregos, do destino das troianas. Em 1179 versos, os personagens se apresentam: Hécuba, Taltíbio, Pirro, Agamêmnon, Calcante, Andromaca, um ancião, Astíanax, Ulisses, Helena, Políxena, um mensageiro e o coro das troianas.

Com a cidade de Tróia destruída, os gregos ansiavam por retornar a Grécia, mas a sombra de Aquiles, aparecendo exigindo a imolação de Políxena sobre seu túmulo. A partir da divergência de Pirro e Agamêmnon sobre o sacrifício da troiana, consulta-se o

adivinho Calcante, que confirma o pedido, ao qual se soma também a morte de Astíanax.

A execução das mortes é o que motiva as ações, aciona os personagens e encerra a peça. A peça se inicia com o lamento de Hécuba, rainha troiana, sobre seu destino e o de Tróia (v. 1-65). Um coro de troianas acompanha, lastimando a destruição da cidade e as mortes de Príamo e Heitor (v. 67-162). No primeiro episódio (v. 164-408), Taltíbio relata o aparecimento da sombra de Aquiles e seu pedido: o sangue de Políxena, pela mão de Pirro, deve regar o seu túmulo (CARNEIRO, 2019, p.83).

A terceira tragédia apresentada é Fenícias. Ao contrário é uma peça que propõe à primeira leitura várias indagações. O texto é reduzido em 664 versos, compondo duas partes distintas que tanto poderiam ser consideradas dois episódios justapostos de uma peça única. O prólogo, os coros e o epílogo presentes nas demais obras aqui são ausentes, e não se pode abordar construção, unidade e progressão de uma unidade dramática (CARDOSO, 2005, p.30). A longa cena de abertura é construída em torno de uma mudança gradual do foco da percepção de Édipo e de sua própria culpa para um retrato cada vez mais ameaçador de seus filhos, cujo destino pode gerar uma tragédia (FANTHAM, 1983, p. 42).

A quarta tragédia é Medeia. Esta história se desenvolve em Corinto, diante do palácio real. As personagens são *Medeia*, esposa de Jasão, a ama de Medeia, *Creonte*, rei de Corinto, Jasão, os filhos de *Medea* e *Jasão*, o coro de coríntios e o mensageiro. A tragédia senequiana inicia-se com a crise e a tensão psicológica de Medeia quando esta clama em desespero pelos deuses a fim de se vingar da infidelidade de Jasão.

A quinta tragédia é Fedra. É considerada uma das peças mais envolventes deste autor pelos estudiosos. A ação dramática é mais coerente do que nas outras peças, o coro é integrado à ação e muitas vezes anunciam a chegada e as falas de

outros personagens. A data da composição dessa peça é de difícil determinação, embora possamos supor que foi escrita no final do reinado de Cláudio.

O monólogo de Hipólito na abertura de *Fedra* tem um formato insólito em comparação com a fala. Isso pode ser verificado primeiramente pela métrica empregada. Ao invés do prólogo habitual, a peça tem início com o canto de Hipólito (LONHNER, 1999, p. 50). Ao final do primeiro ato, canta o poder do amor como tema. A ama diz a Fedra que ela está nas garras da paixão e o palácio é aberto para revelar uma cena, já que Fedra é mostrada ansiosa. A pedido da ama, Fedra pede a Diana que traga *Hipólito* sobre o controle de Vênus. Aparentemente essa oração é respondida e *Fedra* solicita a Hipólito que abandone sua resistência ao amor. Este responde com uma justificativa de sua própria ação. *Fedra* confessa seu amor e ele a repudia. *Hipólito* foge e a ama busca abrandar o sofrimento de *Fedra*.

O segundo ato termina e o coro comenta a morte de Hipólito. Voltou ao submundo e perguntou por que seu palácio estava entregue ao pesar. O discurso de *Teseu*, no qual ele almeja o filho até a morte como um dos seus desejos que prometeu a ele seu pai Netuno. Em diálogo com sua ama, Fedra lamenta-se por ser esposa de *Teseu* e pela dor que toma conta de si e tira-lhe a tranquilidade, pois está loucamente apaixonada por *Hipólito*, seu jovem enteado. A sua ama e confidente da paixão que lhe consome repreende-lhe de forma incisiva, aconselhando-lhe, demovendo-a de seus perversos destinos (PIRATELI, 2010, p.30).

A sexta tragédia que iremos abordar é Édipo. A peça inicia-se com um monólogo de Édipo, que reclama sobre a peste em Tebas e sobre a natureza traiçoeira do reino a ele outorgada depois de sua morte em Corinto. *Édipo* consultou o oráculo de Delfos e este disse que iria matar seu pai e se casar com sua mãe. A praga que assolava a cidade é descrita com detalhes (TOCHTERLE, 2014, p.42). No primeiro ato (1-211), que serve para o prólogo, *Édipo* e *Jocasta* lamentavam sobre a peste. No segundo ato (202-508), do seu retorno de Delfos, Creonte anuncia a vontade do deus

Apolo e que se expie a morte de Laio e que a peste não cesse antes que o assassino seja descoberto. No terceiro ato (509-763), *Creonte* comunica que os indícios das práticas adivinhatórias o sinalizam como assassino de *Laio*. *Édipo*, convencido de que seu pai era Políbio, não aceita como resposta em uma conspiração para destroná-lo e matar *Creonte*.

No quarto ato (764-914), começa a se suspeitar de *Édipo* por causalidade, aquele que matou seu pai sem o saber, se dirigiu a Delfos e perguntou a idade de *Laio*. Um ancião enviado por *Merópe* e pelos coríntios informa sobre a morte de *Políbio*. *Forbas*, que era pastor de *Cíteron*, reconheceu *Édipo* como o antigo menino da profecia. No quinto ato (915-997), o mensageiro relata como *Édipo* decidiu arrancar os olhos e como isto constou em sua decisão. O coro, seguindo a doutrina estoica de que todos estão submetidos a um destino, trata de desculpar *Édipo*. No quinto e último ato (998-1061), *Jocasta* comete suicídio e *Édipo* vai para o exílio.

A sétima tragédia é *Agamêmnon*. Em 1012 versos, *Sêneca* apresenta a volta de *Agamêmnon*,²¹ rei de Micenas, depois de dez anos de guerra em Troia, retorna para sua casa e narra como é recebido. A peça tem início com a aparição da sombra de *Tiestes*, o qual prediz o assassinato de *Agamêmnon*, compondo-se, assim, o prólogo.

Então, no párodo, um coro de argivas canta a força da *Fortuna* que causa reviravoltas, especialmente nos palácios, causando incertezas e inseguranças. Em sua primeira aparição, no primeiro episódio, *Clitemnestra*, que se uniu a *Egisto*, filho de *Tiestes*, durante a ausência de *Agamêmnon*, se mostra titubeante frente à ideia fomentada pelo amante de matar o rei de Micenas, filho de *Atreu*. A nutriz procura acalmá-la e fazer com que abandone as intenções funestas, mas *Egisto* surge para fomentar a dor e o desagravo da rainha, instigando-a a agir. Neste momento, no

²¹ *Sêneca* inspira sua obra na peça homônima de *Ésquilo*, que fazia parte da trilogia de *Oréstias*, no qual se incluem *Eumênides* e *Coéforas*. Foi representada pela primeira vez em Atenas no ano de 458 a.C.

primeiro estásimo, o coro de argivas exalta Febo e, ao final do canto, anuncia a chegada do soldado Euríbates, o qual é conhecido por sua fidelidade ao rei.

Agamêmnon. Inicia-se o segundo episódio. É Clitemnestra que o recebe e pede notícias do marido. O mensageiro, então, anuncia a chegada do rei a Micenas, narrando longamente à viagem turbulenta, causada por uma tempestade que atingiu a frota grega, as quais muitos estragos sofreram.

Surge, então, acompanhada de um coro de troianas, Cassandra, a sacerdotisa de Febo e profetisa de Troia, que também pressente a morte de Agamêmnon, o qual entra, em seguida, rejubilando-se pela vitória e pela chegada.

O coro de argivas, no terceiro estásimo, canta as façanhas dos discursos de Clitemnestra. Conforme Marco Aurélio Rodrigues (2017), é fato que Sêneca não tinha apenas a obra de Ésquilo como fonte, visto que, em outros momentos da mesma trama, enfoca tragédias como *Electra* de Sófocles e *Ifigênia em Áulis* de Eurípedes e outros sete dramas que compõem uma temática semelhante. Portanto, nos parece coerente considerar que o teatrólogo latino teve contato com essa obra. De acordo com William Calder (1986, p.29), existe uma grande inovação no *Agamêmnon* de Sêneca, se o compararmos com a obra de Ésquilo. O dramaturgo grego havia removido Orestes de cena, colocando-o sobre os cuidados de um aliado. Esta cena descreve uma dramatização desnecessária de um discurso dos mensageiros.

A oitava tragédia é Tiestes. Apesar da incerteza relativa à cronologia das tragédias, a ampla teoria aceita a datação de Tiestes aos últimos anos de Sêneca com base em motivos estilísticos e métricos (TORRE, 2014, p.506). A estrutura dessa obra divide-se na seguinte atuação: no primeiro ato (1-175), *Tântalo* é tirado do inferno por uma fúria e obrigado a alentar infames ódios contra seus netos. O coro de anciãos implora aos deuses para que impeçam os males e os crimes que avançam contra a casa de *Pélope*. No segundo ato (176-403), *Atreu* decide vingar-se de seu irmão com um guarda do séquito.

Tomando pé da discórdia entre os irmãos, o coro crítica a ambição dos poderosos. No quarto ato (622-884), no banquete infame os filhos de *Atreu* são oferecidos como manjares narrados pelos próprios mensageiros. No quinto ato (885-1112), feliz o ímpio *Atreu* conseguiu vencer o seu irmão, uma vez que eram oferecidos os manjares, assim como aparentemente convida seu irmão a beber, deseja ver seus filhos e apresenta seus filhos para seu irmão e descobre o que aconteceu.

Nossa última tragédia foi *Hercules* no éta. A peça é constituída da seguinte forma: No primeiro ato (1-232), *Hercules* dispõe-se a fazer um sacrifício e demonstrar por que é digno de ir para os céus. No segundo ato (232-705), *Hercules* tem em mão uma túnica envenada e *Djanira* encontra-se louca. No terceiro ato (706-1130), ao observar que a túnica de *Hercules* esta envenada esta resolve colocarr o fim a sua própria vida. No quarto ato (1131-1606), *Hercules* queixa-se e acredita que é indigno de uma morte por engano. O coro pede ao sol que mostre que *Hercules* veio a falecer. No quinto ato (1607-1996), *Filoctete* narra à morte de *Hercules*. Ele é transladado a assembleia dos deuses e por fim é celebrada a apoteose. Em suma, compreendemos a importância destes trabalhos e procuramos não nos estender já que nosso objetivo principal era apresentar estes autores e concluirmos com uma breve apresentação do corpus trágico pertencentes a Sêneca.

Considerações finais

Neste artigo procuramos apresentar uma breve explanação sobre a origem do gênero teatral latino. Analisamos Tito Lívio. Apresentamos Lívio Andrônico, Nêvio, Ênio, Pacúvio e Accio. Ressaltamos que as tragédias latinas tinham uma conexão com a religiosidade romana, sendo que a historiografia contemporânea demonstrou que estes atos religiosos eram na verdade puramente rituais. Durante o início do império romano, sobram-nos apenas nomes Marmélio Escadauro e Publio Pomponio e Lúcio Vário Rafo. E por fim, as tragédias senequianas que sobreviveram completas.

Referências Bibliográficas

Documentação

LÍVIO, Tito. *Historia de Roma desde su fundación*. Traducción Sierra. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. *História Social de Roma*. Lisboa: Edições 70, 1989.

BEARE, William. E. *Roman Stage: A Short History of Latin Drama in The Time of the Republic*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

BEARD, Mary. *SPQR - Uma História da Roma Antiga*. Tradução Luis Reyes Gill. Rio de Janeiro: Ed. Planeta, 2017.

BELTRÃO, Cláudia. A Religião na Urbs. In: SILVA, Gilvan. Ventura.; MENDES, Norma. Musco. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*, 2006, p.131-159.

BILLERBECK, Margareth. Hercules Furens. In: DAMSCHEN, Gregory; WAIDA, Mario(ed). *Companion to Seneca Philosopher and Dramatist*. London: Brill, 2014. p. 425-434.

BOYLE, Anthony. J. *An Introduction to Roman Tragedy*. London: Routledge, 2004.

CALDER, William. The Size's of Chorus in Seneca's Agamemnon. **Classical Philology**, Chicago, v. 70, p. 32-35, 1975.

CARDOSO, Zélia. A. *Estudos sobre as Tragédias de Sêneca*. São Paulo: Alameda, 2005.

CARNEIRO, Douglas de Castro. Imagens da Morte nas Troianas de Sêneca. *Nearco* (Rio de Janeiro), v.11, p. 73-90, 2019.

DUPONT, Florence. *L'Acteur-roi-le theatre dans la Rome Antique*. Paris: Belles Lettres, 2006.

ERASMO, Mario. *Roman Tragedy: Theatre to Theatrically*. University of Texas, 2005.

ERASMO, Mario *Reading Death in Ancient Rome*. Columbus: Ohio University Press, 2004.

FANTHAM, Elaine. Roman Tragedy In: HARRISON, Stephen. (Eds) *A Companion of Latin Literature*. London: Blackwell Publishing, 2005, p.116-129.

GRATWICK, Adrian S. Drama. In: EASTERLING, Patricia. E.; KENNEY, Edward. J. (Eds.). *The Cambridge History of Classical Literature*. Harvard University, 2008, p. 77-137.

GRIMAL, Pierre. *O Teatro Antigo*. Tradução Antônio M. Gomes da Silva. Coimbra: Edições 70, 1978.

GOLDBERG, Sander. M. The Fall and Rise of Roman Tragedy Boston. *Transactions of the American Philological Association*, v. 126, p. 265-286, 1996.

GOMES, Erick; M; O. *Relações entre Amicia e Patronato no Principado romano: uma leitura das representações de Augusto na obra lírica de Horácio (século I a.C.)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

KENNEY, Edward. J. Predecessors. In: KENNEY, Edward .J.; CLAUSEN, Wendell. V. (Eds.). *The Cambridge History of Classical Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.115-140.

LOHNER, Jose Eduardo dos Santos A utilização de Recursos Formais na Tragédia *Phaedra* de Sêneca. São Paulo: Letras Clássicas, V.1 n.3, p.163-180,1999.

MANUWALD, Gesine. *Roman Republican Theatre*. Cambridge: Cambridge University, 2011.

MEDEIROS, Mariana. C. *Entre a ausência e o desejo: considerações acerca das representações das relações amorosas romanas em Epistulae Heroidum de Ovídio (I a.C./ I d.C.)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

PIRATELI, Marcelo. MELO, José Joaquim Pereira. A arte dramática senequiana: instrumento para a formação humana. In: Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, 27-28 de abril de 2010, p.1-10.

RODRIGUES, Marco. A. Mito e História em Persas de Ésquilo. *Vocábulo*, v. 12, p. 1-18, 2017.

SANCHES, Cintia. Martins. *Phonissae de Sêneca*: Um estudo introdutório, Tradução e Notas. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Araquara, 2012.

SCHEID, John. *The Gods, The State, and the Individual Reflections On Civic Religion in Rome*. University of Pensilvania, 2001.

SCHIERL, Petra. Roman Tragedy – Ciceronian Tragedy? Cicero's Influence on Our Perception of Republican Tragedy In: HARRISON, Gregory. W. M. (Ed.). *Brill's Companion of Roman Tragedy*. Boston: Brill, 2015, p. 110-135.

SILVA, Suiany. B. Os *prodigia* e a *pax deorum*: uma análise da *supplicatio* expiatória em *Ab Vrbe Condita Libri* de Tito Lívio (século I a.C.) Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

STAR, Christine. *Seneca Tragicus and Stoicism* In: DEMETRIOU, Kyriakos; ROBERTIS, E. D. (Eds.). *Brill's Companion to the Reception of Senecan Tragedy Scholarly, Theatrical and Literary Receptions*. Boston: Brill, 2015, p.34-56.

TOCHTELE, Karlheinz *Hercules Furens* In: DAMSCHEN, Gregory; WAIDA, Mario (ed) *Companion to Seneca Philosopher and Dramatist*. London: Brill, 2014, p.483-492.

TORRE, Chiara Thyestes DAMSCHEN, Gregor HEIL, Andreas(org). *Brill's Company to Seneca Philosopher and Dramatist*. Brill, New York: 2014, p. 501-514.

WARMINGTON, Edward. H. *Remains of Old Latin Livius Andronicus and Naevius*. Loeb Classical, 1982.

WILKINSON, Stephen. *Republicanism During the Early of Roman Empire*. London: Continuous, 2012.

Historiografia da Revolta dos Macabeus: apresentação de obras para a pesquisa

Historiography of macabean revolt: presentation of works for research

Edson da Silva dos Santos¹

¹ Mestrado em História (2020) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Licenciatura em História (2017) pela mesma universidade. E-mail: edsonsilva511@gmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.61971

Resumo

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar obras historiográficas que discutam a Revolta dos Macabeus (167-164 a.C.) ocorrida na Judeia. Além disso, este trabalho visa trazer passagens dessas obras e contribuir para que futuros pesquisadores tenham conhecimento dos teóricos que analisaram o evento. Em outros termos, pretende-se dar impulso a estudos que venham a ser realizados. Por fim, para alcançar tais objetivos, vamos cursar um caminho que se constitui de menção a autores e suas obras, e, de interferências para mostrar os pontos em comuns (ou incomuns) entre eles.

Palavras-chave: historiografia; Judeia; Revolta dos Macabeus.

Abstract

The main objective of this article is to present historiographical works that discuss the Maccabean Revolt (167-164 BC) that occurred in Judea. In addition, this work aims to bring passages of these works and contribute for future researchers to have knowledge of the theorists who analyzed the event. In other words, it is intended to give impetus to studies that may be carried out. Finally, to achieve these goals, we will take a path that consists of mentioning authors and their works, and interferences to show the points in common (or unusual) between them.

Keywords: historiography; Judea; Maccabean Revolt.

Introdução

Uma viagem no tempo nos é instigada por um evento na história judaica que foi denominado por estudiosos como “A Revolta dos Macabeus”²². Na narrativa fornecida pela Bíblia de Jerusalém (Livro 1 Macabeus), tal revolta eclodiu em 167 a.C. na Judeia após um rei, Antíoco IV Epífanes, querer forçar os judeus a seguirem práticas gregas, ou seja, práticas que diferiam das que eles estavam acostumados a seguir na época. Como resultado, no ano em questão, surgiu um agente que foi o responsável por começar a revolta em defesa dos costumes judaicos: o sacerdote Matatias. Depois de sua morte, ele foi sucedido por um dos seus filhos, Judas. Este consagrou em 164 a.C.²³ o Templo de Jerusalém que tinha sido profanado por seus inimigos (A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Livro 1 Macabeus. Versículos 41-64, 1-70, 1-60, 1-59).

Com esse evento exposto brevemente, anunciamos que o objetivo principal do presente artigo é apresentar obras historiográficas que discutam a revolta (frisamos que não é pretensão nossa analisar a historiografia, mas só apresentá-la). Ademais, há outros dois objetivos que são indispensáveis neste trabalho: trazer passagens das obras e contribuir para que, futuramente, pesquisadores que venham a se interessar pela revolta tenham conhecimento dos estudiosos e de suas obras que abordaram sobre ela²⁴. Trocando em miúdos, quais teóricos abordaram a Revolta dos Macabeus? Em quais obras suas se situa essa temática? Enfim, são perguntas simples e relevantes para nos guiar no que será desenvolvido mais à frente.

²² O termo “Macabeus”, segundo A Bíblia de Jerusalém, dá título aos livros (de 1º e 2º Macabeus) que “Referem-se à história das lutas travadas contra os soberanos selêucidas para obter a liberdade religiosa e política do povo judeu” (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, p. 716). Contudo, “Macabeus” “provém do sobrenome de Macabeu dado ao principal herói [Judas] desta história (1Mc 2,4) e estendido depois a seus irmãos” (A BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002, p. 716).

²³ Os anos “164 a.C.” e “167 a.C.” mencionados no parágrafo vêm da historiografia.

²⁴ Esse último objetivo nasceu junto com a necessidade de redigir este artigo, que foi minha dificuldade de localizar, na graduação, obras que tratassem da Revolta dos Macabeus.

As obras historiográficas apresentadas na próxima seção foram escolhidas levando em consideração duas razões simples: 1) A clareza com que os autores expõem os acontecimentos contidos na Revolta dos Macabeus, facilitando assim a compreensão do leitor acerca desse assunto; 2) As distintas interpretações sobre o evento (por exemplo, Christiane Saulnier dá uma ênfase à questão cultural, enquanto que Vagner Carvalheiro Porto, além de expor essa questão, também cita motivações econômicas para a revolta). Nesse sentido, o leitor não se deparará com abordagens complexas acerca da revolta e simultaneamente estará em contato com visões diversas (e ricas) sobre o fato.

A seção a seguir está organizada de uma maneira que este trabalho possa dar resposta às suas questões e ao mesmo tempo alcançar seus objetivos. Serão feitas menções a autores e suas obras; exposição de passagens delas, atentando-se à revolta macabeia; e acompanhando essas etapas, efetuaremos intervenções a respeito das obras, a fim de demonstrar perspectivas diferentes (ou parecidas) de seus autores sobre o evento em questão.

A Revolta dos Macabeus: um pouco da sua historiografia

Antes de adentrarmos na historiografia da Revolta dos Macabeus especialmente, é necessário o leitor saber a definição de “historiografia”, que é um conceito que desempenha uma função essencial para o desenrolar de nossa proposta neste artigo. Segundo o *Dicionário de conceitos históricos*, “A historiografia é um campo de estudo ao qual nenhum historiador pode se furtar. É a reflexão sobre a produção e a escrita da História” (SILVA, K. V.; SILVA, 2009, p. 189). A partir dessa definição, podemos identificar duas características que compõem o conceito em questão: 1) Campo de estudo; 2) Reflexão sobre a produção e escrita da História. Com isso, passemos à apresentação das obras historiográficas e à exposição de suas passagens.

A primeira obra apresentada aqui é *A revolta dos Macabeus*, de autoria da historiadora Christiane Saulnier. Esta entende a crise que começa em 167 a.C. como resultado de fatores distintos (SAULNIER, 1987, p. 5):

de um lado, o desejo de uma facção judaica de se abrir ao helenismo²⁵, que encontra a oposição dos assídeos e revela os germes de divisão que existem no judaísmo²⁶; de outro lado, a vontade de Antíoco IV de lutar contra as forças centrífugas que minam o seu reino, recorrendo ao apoio de seus partidários helenistas (SAULNIER, 1987, p. 28).

Em outras palavras, Saulnier quer apontar a dimensão interna (entre os próprios judeus da Judeia) e a dimensão externa (relacionada ao âmbito político, isto é, a atuação de Antíoco IV) que levaram ao ocorrido.

Além dessa observação acerca das causas desse evento, a autora trata sobre o início da insurreição armada pelo sacerdote Matatias, na cidade de Modin, contra o emissário do rei que ficou a cargo de forçar a apostasia. Em 166 a.C., o sacerdote morreu e quem assumiu a liderança da revolta foi seu filho, Judas. Apesar do sucesso que este obteve contra seus inimigos e de ter se apoderado do templo, Saulnier atribui isso aos problemas que o governo selêucida enfrentava nessa época (SAULNIER, 1987, p. 29).

²⁵ Para o leitor compreender melhor a Revolta dos Macabeus, necessitamos definir um dos elementos que se encontra nesse episódio da história judaica, como é o caso de “helenismo”. Segundo André Paul, “(...) foi Droysen que, no decorrer do século XIX, deu a “helenismo” um conceito histórico de contornos precisos e estendeu seu campo ao período que vai da derrota do império persa dos Aquemênidas, por Alexandre Magno (331 a.C.), até o fim do reino dos Ptolomeus, marcado pela batalha de Áccio (31 a.C.). Este período particular da história da antiguidade se caracterizava também aos seus olhos pelo encontro e até pela mistura de elementos culturais gregos e orientais, cabendo-lhe o papel determinante de um ‘meio’ universal que era a *Koiné*, a língua grega ‘comum’ do mundo (*oikouméne*) conquistado pelo helenismo” (PAUL, 1983, p. 93).

²⁶ Além de helenismo, também é necessário compreender o que é “judaísmo”. Mais uma vez com a perspectiva de Paul, ““Judaísmo” implica, portanto, uma dimensão religiosa e moral (com uma doutrina e um ensinamento, com regras e costumes), mas também fronteiras culturais e limites sociais. Em resumo, designa a vida judaica no seu todo, enquanto diz respeito tanto aos indivíduos chamados “judeus” como ao grupo específico e determinado que os institui e define como tais” (PAUL, 1983, p. 91).

Outro autor que aborda a revolta é o especialista em judaísmo antigo e medieval André Paul. Tal abordagem se dá em dois momentos no livro *O Judaísmo Tardio-História política*. O primeiro é na seção “A Insurreição dos Macabeus: Matatias e Judas (167-160 a.C.)”, do capítulo 1 da primeira parte da obra; já o segundo momento é encontrado na seção “Guerra social e guerra civil”, na segunda parte do livro.

Dando prosseguimento à exposição do primeiro momento acima mencionado, o que estava ocorrendo na Judeia, especificamente em Jerusalém em um contexto político e social, segundo o autor, “(...) era então o de uma guerra civil latente, preparada pelos antagonismos sociais causados pelas divisões profundas entre partidários e adversários mais ou menos ferrenhos da helenização” (PAUL, 1983, p. 26). Paul deixa explícito como a população judaica de Jerusalém estava dividida por seguir interesses distintos.

Essa perspectiva da divisão ocasionada entre os próprios judeus, como deixa evidente Paul, vai ao encontro do que Christiane Saulnier entendeu como “germes de divisão que existem no judaísmo”, como foi apontado anteriormente. Isto significa que ambos os autores convergem, a partir de determinado ponto, em suas perspectivas.

Ainda voltando as atenções para o primeiro momento do livro de Paul, o autor narra a revolta contra o rei grego Antíoco IV e as suas proibições das práticas judaicas (PAUL, 1983, p. 27-28).

Sobre o segundo momento da sua obra, Paul interpreta a revolta macabeia da seguinte forma: “Apesar de assemelhar-se a uma revolta contra a ocupação dos Selêucidas, ela só se explica como efeito e prolongamento da luta social e da guerra civil que desfalcaram os judeus da Judéia” (PAUL, 1983, p. 189). Ou seja, o evento em questão nada mais foi, na concepção do autor, que uma espécie de atrito entre os habitantes da Judeia.

No livro *O Judaísmo na antiguidade: A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano*, o ex-professor de Exegese do Antigo Testamento da Universidade de Aarhus, Benedikt Otzen, dedica uma seção à Revolta dos Macabeus. Em “A revolta, os macabeus e os asmoneus”, do capítulo 1, o autor contesta o que as fontes, no caso o livro de 1º Macabeus, as obras de Flávio Josefo e Daniel, dizem acerca de Antíoco IV Epífanes. Na perspectiva de Otzen, essas fontes deixam transparecer que esse rei grego foi o único autor do mal que assolou os judeus de Jerusalém e seu entorno. Indo de encontro a isso, o autor deixa claro que o rei foi um instrumento nas mãos dos ditos “judeus helenistas”. Estes queriam tirar a sociedade judaica do estado de barbárie (OTZEN, 2003, p. 36-37). Essa perspectiva conduz a algo que Saulnier fala em sua obra, mas que ainda não foi mencionado neste artigo: a autora, assim como Otzen, também entende que Antíoco IV não agiu sozinho na perseguição ao judaísmo e na imposição da cultura helenística, mas que os próprios judeus helenizados estavam envolvidos nessas circunstâncias, dando ajuda ao monarca (SAULNIER, 1987, p. 28).

No entendimento de Otzen, a revolta motivada por Matatias e seus companheiros foi “(...) uma guerra civil entre duas facções dentro do próprio judaísmo” (OTZEN, 2003, p. 38). Facções essas que, de um lado, era composta pelos judeus helenistas, ou seja, aqueles que estavam alinhados com o helenismo; e de outro lado estavam os Macabeus e os judeus tementes às suas tradições, isto é, atrelados ao judaísmo. Aí vemos mais um ponto em comum de Otzen com a concepção de Christiane Saulnier; mas não só com a dela, como também com a concepção de André Paul.

Além dessa divisão que existiu entre os judeus da Judeia, Otzen também deixa evidente que a revolta tinha dois objetivos: “a liberdade religiosa e a liberdade nacional” (OTZEN, 2003, p. 43).

Outra obra que também ganha espaço neste trabalho consiste em *Os limites da helenização: A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*, que é de autoria do falecido historiador italiano Arnaldo Momigliano.

Direcionando nossos olhos ao que o historiador narra da Revolta dos Macabeus em seu livro, no capítulo que tem por título “Gregos, Judeus e Romanos de Antíoco III a Pompeu”, Momigliano afirma que “(...) o que ocorreu em Jerusalém entre 168 e 164 a.C. estava além dos conflitos internos comuns do estado selêucida” (MOMIGLIANO, 1991, p. 91). Como resposta às ações de Antíoco IV Epifânio (assim denominado pelo autor) contra os judeus, no caso a proibição das práticas culturais destes últimos, parte da população judaica se rebelou contra esse rei através de uma guerra santa (MOMIGLIANO, 1991, p. 91).

O autor nos chama a atenção: não há, por parte dos selêucidas (ou gregos), uma versão que fala sobre a insurreição macabéia (MOMIGLIANO, 1991, p. 93). Isto é, apenas os judeus detêm a interpretação do que ocorreu com eles e sua cultura no século II a.C.

Em março de 2013 saiu um número da *Revista Oracula* com o artigo “O Modus Vivendi helênico e a Revolta dos Macabeus no séc. II aec.” de Thiago Borges Santana, que na época era graduando do curso de História da Universidade Estadual de Feira de Santana, no estado da Bahia. O artigo tem por proposta “(...) uma análise histórico-social dos gregos no período helenístico e como a imposição cultural explícita ocasionou a revolta dos macabeus, uma ruptura em seu elemento dinâmico” (SANTANA, 2013, p. 31). Em outros termos, o que vemos no artigo é como o modo de vida grego acabou gerando o confronto na primeira metade do século II a.C. entre os judeus e Antíoco IV Epifanes e seus aliados.

Na concepção do autor, os judeus já tinham motivos razoáveis para conter a helenização, refletida em obras como o ginásio e a acra e na profanação do templo de Jerusalém (SANTANA, 2013, p. 39). Todavia, o que de fato motivou a revolta iniciada

pelo sacerdote Matatias, como deixa explícito Santana, foi a proibição das práticas judaicas e a dedicação do templo de Yahwe a Zeus Olímpico (SANTANA, 2013, p. 40-41). Esses atos representavam uma ameaça para o judaísmo. Afinal, os judeus tinham uma liturgia própria, que ia desde a circuncisão até os hábitos alimentares; e junto a isso, o templo de Jerusalém era visto como o pólo de luz para os habitantes da Judeia. Era a partir dele, na época, que era ditado para o povo o que era considerado certo e errado. Em suma, o atentado às práticas e ao templo foi uma afronta para os judeus.

Um dos pontos interessantes no trabalho de Santana é o debate que o mesmo expõe no final do seu artigo. Tal debate diz respeito ao caráter que a Revolta dos Macabeus teve. De um lado o autor coloca a perspectiva de Ágabo Borges de Souza, que entende o evento portando “(...) um caráter religioso de resistência à dominação política e cultural helênica” (SANTANA, 2013, p. 43). De outro lado, há John J. Collins que defende uma concepção puramente política do conflito na Judeia (SANTANA, 2013, p. 43). E fazendo um acréscimo a essa ideia de Collins, “(...) os principais participantes dessa revolta utilizaram-se de uma ideologia religiosa para dar legitimidade às suas pretensões políticas” (SANTANA, 2013, p. 43).

O autor, logo após expor esse debate, deixa uma pergunta em aberto envolvendo os judeus: “Por que eles demoraram tanto para irem à luta e declararem guerra ao governo selêucida?” (SANTANA, 2013, p. 44) Não obstante tal questão deixada em aberto em seu artigo, o trabalho de Santana, além de nos trazer sua perspectiva, também nos concede outros pontos de vista (lembrando de Souza e Collins) sobre o evento tão mencionado neste artigo.

Em *Judaísmo e Cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*, seus autores são Marcel Simon e André Benoit. Estes abordaram sobre a Revolta dos Macabeus na seção “O conflito com o helenismo: A insurreição dos Macabeus”, que faz parte do primeiro capítulo da segunda parte do livro. Sendo assim, Simon e Benoit

falam do fervor entre os judeus e o helenismo. Todavia, primeiro os autores se atentam ao seguinte:

Até então, o helenismo contara com numerosos adeptos entre os judeus, sobretudo na aristocracia. ‘Alguns dentre o povo se apressaram a procurar o rei, que lhes deu autorização para observar os costumes pagãos... e eles renegaram a santa aliança, associando-se aos pagãos’ (1 Macabeus 1, 13-15). Renunciar aos usos judaicos em troca dos pagãos era afastar-se do Deus único, primeiro passo em direção à apostasia. Nesse sentido, a tentativa, realizada por Antíoco, de colocar Zeus no lugar de lahweh representava a conclusão natural de uma política cujas primeiras manifestações encontraram a opinião judaica dividida (SIMON; BENOIT, 1987, p. 52).

Em outras palavras, substituir lahweh por Zeus ficou mais viável para Antíoco IV Epífanes, pois este tinha desde antes do conflito um projeto de helenização e viu na divergência entre os judeus da Judeia o momento propício para implantar tal projeto.

Tratando-se dos judeus que continuaram fiéis às suas tradições, os autores narram que, “Contra os helenizantes, oportunistas ou de boa-fé, os *hasidim* (os piedosos) ergueram o estandarte da revolta com o apoio das massas populares” (SIMON; BENOIT, 1987, p. 52).

Temos a oportunidade de ver novamente a divisão que existiu entre os judeus a respeito do helenismo, divisão essa que já foi mencionada por Christiane Saulnier, André Paul e Benedikt Otzen em seus respectivos livros trabalhados aqui. Entretanto, Simon e Benoit deixam mais nítido quem são os judeus que fizeram parte dessa divisão: os adeptos do helenismo pertencentes à aristocracia, enquanto os oponentes a ele eram os judeus “piedosos”.

A última obra a ser apresentada é a tese de doutorado de Vagner Carvalheiro Porto intitulada *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*, onde especificamente no capítulo “Os Gregos na Palestina: o complexo jogo político da região” o autor nos concede detalhes dos episódios anteriores a revolta macabeia que

contribuíram para esse acontecimento, começando pelo fator cultural envolvendo uma parcela de judeus:

Em Jerusalém o processo de helenização avançara bastante desde o século anterior [III a.C.], especialmente entre a aristocracia sacerdotal e leiga. Formou-se um forte partido pró-helênico, que pretendeu incrementar o avanço civilizatório grego e, por isso, esteve em luta com os judeus tradicionais e fiéis à lei judaica²⁷. Estes helenizantes defendiam a urgente revogação do decreto de Antíoco III, que os impedia de se integrarem totalmente no modo de vida grego (PORTO, 2007, p. 30).

Ademais, há o episódio onde o Templo de Jerusalém esteve na mira de Antíoco IV, pois este o saqueou no ano de 169 a.C. depois que venceu o Egito na campanha militar (PORTO, 2007, p. 31). Tal saque, como descreve Porto, “(...) muito possivelmente tenha ocorrido por causa da sempre crescente necessidade de dinheiro (1 MACABEUS I, 21-23)” (PORTO, 2007, p. 31). Continuando com as palavras do autor:

Políbio nos narra que em 168 a.C., em sua segunda campanha contra o Egito, Antíoco IV foi impedido de entrar em Alexandria, e de assim anexar o país pelo legado romano Popilius Laenas. Roma defendia, desde modo, o fraco Egito e vigiava de perto os Selêucidas (POLÍBIO *História* XXIX 27). Antíoco IV motivou financeiramente a aristocracia local que por sua vez começou a pressionar sempre mais na direção da helenização total, como modo de quebrar as barreiras da tradição de solidariedade baseada nas leis dos judeus e sua aliança com Deus. O enriquecimento fácil desta aristocracia, baseado na tributação e na manutenção de seus privilégios, chocou-se com as normas da lei dos judeus mais tradicionais, fundamentadas na solidariedade familiar e no direito de posse por herança (PORTO, 2007, p. 31).

Com isso, além do fator cultural envolvendo a helenização em Jerusalém, Porto também nos traz o fator econômico (o saque do Templo da cidade e o enriquecimento da aristocracia local) que resultou na revolta iniciada em 167 a.C. Por fim, a partir deste

²⁷ Aqui, mais uma vez, vemos a divisão da população judaica frente ao helenismo descrita em outros momentos deste artigo por Saulnier, Paul, Otzen e Simon e Benoit.

ano, a Judeia esteve envolvida nos episódios já conhecidos por nós e que são narrados pelo autor: “o confronto econômico entre a aristocracia filo-helenista e os judeus fiéis às leis judaicas”, “a proibição das tradicionais práticas judaicas em 167 a.C.” e, três anos após essa proibição, ocorreu a libertação de Jerusalém e a purificação de seu Templo, ambos sob a liderança de Judas Macabeu (PORTO, 2007, p. 33).

Considerações finais

O que pudemos ver na seção anterior foi um caminho trilhado que no seu decorrer contou com a exposição de diversos estudiosos e de suas obras que os quais em alguns momentos direcionaram seus olhares para o evento que levou a Judeia e seus habitantes para uma situação caótica, e que tinha seus reflexos na religião judaica, a Revolta dos Macabeus.

A fim de resgatar esses autores, podemos mais uma vez citar aqui Christiane Saulnier, André Paul, Benedikt Otzen, Arnaldo Momigliano, Thiago Borges de Santana, Marcel Simon, André Benoit e Vagner Carvalheiro Porto. Com isso, acreditamos ter chegado ao nosso objetivo primeiro e principal, apresentar os autores que se debruçaram sobre a revolta macabeia.

Apesar do objetivo acima ter sido alcançado com sucesso, também tivemos mais uma meta que ajudou a complementar e a enriquecer este artigo, que foi a exposição de trechos das obras que descreveram a revolta. Tais trechos colocados na seção anterior são apenas um ponto de partida para estudos futuros sobre o movimento iniciado por Matatias.

As palavras colocadas nas últimas linhas do parágrafo acima resumem o terceiro objetivo que nos comprometemos a cumprir ao longo deste trabalho. Pois não nos jogamos ao desafio de redigir um texto que tivesse apenas citação a autores e exposição de trechos de suas obras. Pensamos este artigo como o resultado de uma

necessidade. Necessidade essa que era a de desenvolver um trabalho que levasse ao conhecimento do pesquisador/leitor teóricos que trataram sobre a Revolta dos Macabeus.

Dadas essas considerações, podemos finalizar este artigo dizendo que ele não é um “compêndio historiográfico” onde se vê diferentes obras sobre um mesmo assunto, mas um ponto de partida que torna palatável ao leitor e pesquisador diferentes pontos de vista sobre a insurreição macabeia. Pontos de vista que em alguma medida nos fazem compreender esse ocorrido que balançou a realidade dos judeus da antiguidade, sobretudo no âmbito religioso.

Referências bibliográficas

Documentação textual

BÍBLIA, em português. *A Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

Bibliografia

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Trad. de Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

OTZEN, Benedikt. *O Judaísmo na antiguidade. A história política e as correntes religiosas de Alexandre Magno até o imperador Adriano*. Trad. de Rosângela Molento Ferreira. São Paulo: Paulinas, 2013.

PAUL, André. *O Judaísmo tardio-História política*. Trad. de Benôni Lemos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

PORTO, Vagner Carneiro. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTANA, Thiago Borges de. O Modus Vivendi helênico e a Revolta dos Macabeus no séc. II aec. *Revista Oracula*. São Paulo, ano 9, n. 14, p. 31-45, mar. 2013.

SAULNIER, Christiane. *A Revolta dos Macabeus*. Trad. de I.F.L. Ferreira. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

SILVA, K. V.; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SIMON, Marcel; ANDRÉ, Benoit. *Judaísmo e cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*. Trad. de Sônia Maria Siqueira Lacerda. São Paulo: EDUSP, 1987.

Cristianismos no Império Romano: perspectivas historiográficas

Christianities in the Roman Empire: historiographical perspectives

José Petrúcio de Farias Júnior¹

Graziela Reis da Silva²

Loysla Lara Santana Coelho Viana³

¹ Doutor em História (UNESP/ Franca), professor efetivo da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Email: petruciojr@terra.com.br

² Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: grazielareis11@gmail.com.

³ Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: loyslalara1204@gmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.56273

Resumo

Com esse artigo, pretendemos refletir sobre os principais processos históricos que impulsionaram o fortalecimento dos cristianismos no Império Romano. Assim, nossos estudos voltam-se a posicionamentos historiográficos que explicam o êxito do discurso cristão diante de outros movimentos religiosos. Questionamo-nos, particularmente, como esse movimento de excluídos se tornou a religião oficial de Roma.

Palavras- chave: Império Romano, Cristianismos; Perspectivas historiográficas;

Abstract

With this article, we intend to reflect on the main historical processes that contributed with the strengthening of Christianities in the Roman Empire. In this way, our studies focus on the main historiographical positions that explain the success of Christian discourse in front of other religious movements. Thus, we wonder how this movement of the excluded people became the official religion of Rome.

Keywords: Roman Empire, Christianities, historiographical perspectives

A consolidação e o fortalecimento das comunidades cristãs em perspectiva historiográfica

O presente artigo deriva dos estudos realizados na disciplina, História Medieval, ministrada pelo Prof. Dr. José Petrúcio de Farias Junior, na Universidade Federal do Piauí, campus de Picos, os quais se direcionam à compreensão dos principais posicionamentos historiográficos que explicam o êxito do discurso cristão diante de outros movimentos religiosos do Império Romano, com destaque a produções acadêmicas brasileiras, tais como André Chevitarese, Miguel Marvilla, Gilvan Ventura da Silva, Pedro Paulo Funari bem como anglo-americana, a saber: Peter Brown e Averil Cameron.

No campo da História, a compreensão dos discursos cristãos (canônicos e extracanônicos) deriva de, pelo menos, dois aspectos indispensáveis: as circunstâncias históricas em que tais narrativas foram produzidas bem como as condições político-culturais de produção, o que requer uma análise interdiscursiva, isto é, que observemos os diálogos interdiscursivos e interculturais que permearam a escrita dos textos cristãos.

Sendo assim, não podemos desconsiderar que o projeto expansionista romano, que resultou numa extraordinária integração político-cultural de regiões distintas, do oriente ao ocidente, possibilitou a divulgação dos discursos cristãos pelo trânsito livre de pessoas e ideias dentro do Império Romano. Além disso, o caráter agregador dos romanos em relação às religiões de mistério orientais viabilizou o convívio de culturas religiosas distintas, como o culto a Mitra, à Cibele, à Ísis, a Serápis e a Jesus (MARVILLA e SILVA, 2005, p.12-14, 19-20). O cristianismo não só conviveu, mas também compartilhou traços comuns com tais culturas religiosas orientais, a saber: a possibilidade de purificação da alma; a presença de ensinamentos morais; a possibilidade de comunhão entre o homem e o divino, ou seja, contato direto com a divindade (hierofania); o individualismo, que marca a relação estreita entre o fiel e a

sua divindade; além disso, o fiel não mais se vê como parte integrante de uma comunidade política por meio da qual invoca a divindade; pelo contrário, o contato pode ocorrer a despeito de tal pertencimento (MARVILLA e SILVA, 2005, p.17-18).

Peter Brown (1990, p. 246) salienta que o cristianismo é um movimento religioso que se firma nos núcleos urbanos e, à frente das comunidades, sinalizamos a importância dos bispos, membros da aristocracia romana, que se tornam importantes figuras de autoridade político-religiosa junto às províncias do Império (1990, p. 270). Observa-se também que muitos convertidos não abandonavam suas antigas crenças, de tal forma que judeus e não-cristãos não deixaram de existir, mesmo com a oficialização do cristianismo pelo imperador Teodósio, por meio do edito de Tessalônica (380).

O cristianismo é um movimento religioso missionário, por natureza, e Paulo de Tarso, responsável pelas fontes mais antigas sobre Jesus de que se tem notícia, é uma figura importante, já que impulsiona a formação dos movimentos cristãos em meados do séc. I d.C. Para Brown, em tese, quando os indivíduos se convertiam ao cristianismo, deveriam abandonar as religiões e *status* sociais anteriores à conversão:

“A iniciação ao grupo, um simples banho purificador, consiste, segundo Paulo, em despojar-se das ‘vestes’ de todas as categorias religiosas e sociais anteriores e ‘revestir-se’ de Cristo; com isso Paulo entende a aquisição de uma identidade única e não estanque, comum a todos os membros da comunidade, como convém aos ‘filhos de Deus’ recém-adotados ‘em Cristo’ ” (BROWN, 1990, p. 246).

Ao contrário do que muitos pensam, Brown esclarece que os líderes religiosos dos movimentos cristãos, sobretudo na Antiguidade Tardia, não derivavam de categorias sociais desfavorecidas (humildes e oprimidos); são antes “pessoas medianamente ricas e que em geral viajaram muito” (1990, p. 247). Em consonância com Brown, Paul Veyne também declara que:

“[...] o cristianismo primitivo deveu seu rápido sucesso inicial, junto a uma elite, a sua grande originalidade, a de ser uma religião de amor; deveu-o

também à autoridade sobre-humana que emanava de seu mestre, o Senhor Jesus. [...] Para quem recebia a fé, a vida se tornava mais intensa, organizada e posta sob uma grande pressão. O indivíduo devia enquadrar-se em uma regra que para ele se tornava um estilo de vida, como nas seitas filosóficas da época, mas, a esse preço, sua existência recebia de repente uma significação eterna no contexto de um plano cósmico, coisa que não lhe dariam nem as filosofias nem o paganismo” (VEYNE, 2011, p. 15-6).

Portanto, ao contrário do senso comum, os cristianismos originários e tardo-antigos, em geral, não foram liderados apenas por categorias subalternas, como camponeses e artesãos; mas, em grande medida, pela aristocracia romana, o que explica sua rápida penetração pelos grupos sociais que ocupavam espaços de poder no Império.

Cabe salientarmos uma distinção importante dos movimentos cristãos: enquanto as audiências de Paulo de Tarso, seus seguidores e as literaturas posteriores se dirigiam a cidadãos, falantes do latim, do grego ou dialetos locais, ambientados na cultura helênica, que se exprimiam de diferentes formas pelo Império Romano, Jesus, em vida, falava a camponeses, falantes do aramaico, em geral monoglotos, na Palestina, em um ambiente marcadamente rural. São, portanto, dois campos de experiências muito distintos. Por isso, ao estudar os cristianismos antigos, deve-se considerar o movimento de Jesus com Jesus e suas especificidades e o movimento de Jesus sem Jesus, idealizado e construído por seus seguidores.

Para compreender o êxito do movimento de Jesus sem Jesus no Império Romano, deve-se ressaltar o uso de uma ferramenta poderosa na Antiguidade: o poder da ‘palavra revelada’, isto é, ao grande investimento em registros escritos que pudessem circular por diferentes cidades e grupos sociais na condição de textos ‘sagrados’ (CAMERON, 1998). Tais escritos apresentam-se ora como produto de uma revelação divina, ora como relato do próprio deus, uma vez que Jesus ‘fala’ nos Evangelhos, haja vista o emprego de discursos diretos como em Mateus 19.5, dispositivo retórico que contribui para a legitimação do discurso, de tal forma que, até hoje, os fiéis concebem as narrativas bíblicas como ‘a palavra de Deus’.

A historiografia defende que os romanos tinham convicção das práticas religiosas dos povos dominados e não costumavam interferir nos seus rituais, desde que, os impostos e tributos fossem pagos e as autoridades locais e suas leis, respeitadas. Deuses rivais poderiam ser incorporados ao panteão romano sem gerar descontentamentos, prática cultural chamada de *evocativo*, segundo Marvillla e Silva (2005, p.8).

Como já citado anteriormente, as comunidades cristãs dialogaram com outras culturas religiosas orientais e ocidentais que circularam pelo Império por meio dos soldados do exército, comerciantes, artesãos e migrantes quaisquer. O mitraísmo, por exemplo, apresenta muitos pontos de contato com a narrativa cristã, a começar pela data de nascimento de Mitra, 25 de dezembro, pela proposta desta divindade: ser o caminho da salvação que assegura a vida eterna; ser privado de sexo e paixões e, após um banquete, em que teria repartido o pão e o vinho ter sido levado pelo Sol em sua radiante quadriga, por meio da qual cruzou o Oceano e tomou acento entre os imortais. Tanto Mitra quanto Jesus são apresentados como divindades ligadas aos pastos e a eles o Ser Supremo teria confiado o restabelecimento da ordem natural das coisas, considerando a existência de um conflito entre o bem e o mal, em que ambos se apresentam como inimigo do mal (MARVILLA E SILVA, 2005, p. 28).

Outras semelhanças são dignas de registro: assim como Jesus, Mitra representava a figura do salvador como condutor à vida eterna, desde que o indivíduo praticasse ações virtuosas. Mitra nasce da relação de uma virgem, Anahita, com um deus, Ahura Mazda e preside um tribunal responsável por julgar moralmente a alma dos mortos, de modo semelhante à forma como os Evangelhos contam a trajetória biográfica de Jesus, o que mostra que o enredo da narrativa cristã sobre a biografia de Jesus não é exclusivo dos escritores cristãos (TATSH, 2012, p. 73).

Tais aproximações não desqualificam os escritos cristãos; pelo contrário, mostram um rico diálogo intercultural, marcado por empréstimos e inovações, na

medida em que os autores cristãos souberam costurar esse manancial de narrativas de forma a atender seus interesses e objetivos imediatos. Logo, para entender os discursos cristãos, é recomendável um estudo acerca do ambiente cultural de onde foram produzidos. Nesse sentido, Marvillá e Silva, asseveram que o cristianismo:

“Compartilhou com os outros cultos o mesmo ambiente social, cultural e econômico (no caso do mitraísmo, até mesmo a própria região de origem) e lidou com as mesmas regras então disponíveis. Não surpreende, portanto, que tenha construído quadros ideológicos e conteúdos semelhantes a muitos de seus concorrentes, dividindo com eles propostas, visões, liturgias e métodos em boa parte das vezes não mutuamente excludentes.”(2005, p. 19-20).

Dito isso, partir de discursos e práticas religiosas já aceitas, reconhecidas e valorizadas pelos romanos facilitou sobremaneira o processo de interlocução dos cristãos com diferentes sujeitos e categorias sociais. O cristianismo, em muitos aspectos, apenas apresentou uma releitura de enredos já conhecidos pela comunidade romana letrada, os quais circulavam, no âmbito da oralidade, pelos grupos iletrados. Isso pode ter contribuído para dirimir resistências em relação às propostas religiosas cristãs. Adicionado a isso, sobre o êxito das comunidades cristãs no Império Romano e as especificidades de seus escritos, Marvillá e Silva reiteram que:

“Talvez a resposta esteja no tripé hierarquia, credo e cânone escrito, elementos definidores da constituição do cristianismo nos séculos III e IV, como propõe Lynch (1994:5-8); talvez, no sacrifício dos mártires; talvez na quantidade e convicção de seus filósofos e teólogos; talvez na sorte de haver encontrado em um imperador de tamanha grandeza e durabilidade como Constantino. Mas certamente não era a originalidade de seu discurso” (MARVILLÁ; SILVA, 2005, p. 19).

Nota-se que uma das características dos movimentos cristãos é o seu caráter híbrido, resultado de profícuas trocas culturais com diferentes experiências religiosas helênicas, romanas e orientais bem como a autoafirmação de suas fórmulas de fé pela quantidade de escritos, concebidos como sagrados. Os autores também relacionam a

proliferação dos cristianismos a um ambiente de incertezas e dificuldades que se disseminou pelo Império Romano a partir de meados do século II:

“Roma ostentava sua expansão máxima [...] o regime republicano se mostrava inadequado no fim de atender as novas necessidades do vasto território[...] surgiram novas forças sociais[...] o Estado se centrava na figura do imperador, era dividido em províncias e mostrava-se multicultural e receptivo a religiões alheias (sendo a religião, porém, dever de todo cidadão) [...] A crise agrária do século II recairia mais que a todos sobre os pequenos proprietários contribuindo para o aumento da população na cidade [...] rebeliões surgiram[...] a crise se agravaria e afetaria todas as estirpes sociais. [...] nesse cenário de apogeu e crise ergueu-se a religião cristã” (MARVILLA; SILVA, 2005, p.9-11).

As religiões orientais, como os cristianismos, podem ter se fortalecido, no Império Romano, em decorrência de um ambiente de crises econômicas e político-administrativa, no interior da qual as antigas divindades romanas, protetora da *civitas*, teriam entrado em descrédito, como defendem os pesquisadores:

“Essa plebe, sentindo-se desamparada pelos deuses aos quais recorria, desiludida e com pouca ou nenhuma esperança de encontrar nos templos, nos sacrifícios ou nas libações lenitivo para suas tribulações, é o campo fértil em que os cultos de mistérios orientais fincarão suas raízes” (MARVILLA; SILVA, 2005, P. 14).

No entanto, não podemos descartar a hipótese de que o acolhimento das religiões orientais também pode estar relacionado ao caráter diplomático e conciliatório que marcaram a política romana, por meio dos quais os romanos estabeleceram alianças ou pactos de negociação com diferentes grupos étnicos.

Em linhas gerais, consideramos que todos esses fatores contribuíam para o fortalecimento dos cultos de mistério, entre os quais os cristianismos; afinal, o ambiente era receptivo a novas religiões e os autores cristãos souberam aproveitar essa diversidade religiosa para produzir uma engenhosa síntese. O fato de grande parte dos ‘padres’ da Igreja pertencerem à aristocracia também justifica o

enraizamento e a sobrevivência das comunidades cristãs no Império, considerando as relações de poder romanas, tal como sugere Brown:

“No decorrer dos séculos II e III [...] o Império Romano tardio é uma sociedade dominada explicitamente por uma aliança entre os servidores do imperador e os grandes proprietários de terras que colaboram para controlar os camponeses sujeitos ao imposto e para impor a lei e a ordem nas cidades” (BROWN, 2009, p.246).

A literatura cristã, produzida predominantemente por bispos orientais, a partir do século IV, cujos escritos mais conhecidos versam sobre o cristão niceno Eusébio de Cesareia, a saber: *História Eclesiástica* e *Vida de Constantino*, dilui o caráter subversivo do cristianismo e demonstra uma relação propositiva entre o imperador e os cristãos. Em outras palavras, são os bispos do IV século que se esforçarão por construir um ponto de vista simpático do cristianismo em relação ao poder monárquico romano, de acordo com Marvillia e Silva (2006, p. 35); esse esforço é evidente, pelo menos, a partir do bispo Eusébio de Cesareia (260/265-339/340).

É importante destacar que o cristianismo não só surge como mais uma religião oriental entre outras, mas, por muito tempo, ela se confunde com o judaísmo (SILVA, 2006, p. 20-21), sendo esse movimento religioso, assim como o cristianismo, multifacetado, plural e, muitas vezes, divergente, sobretudo em relação ao posicionamento quanto à chegada do Messias.

“É verdade que os judeus do tempo de Jesus tinham uma visão um tanto conflitante sobre o papel e a função do messias, alimentada por várias tradições messiânicas e contos folclóricos populares flutuando pela Terra Santa. Alguns acreditavam que o messias seria uma figura restauradora que devolveria os judeus à sua posição anterior de poder e glória. Outros viam o messias em termos mais apocalípticos e utópicos, como alguém que aniquilaria o mundo presente e construiria um novo mundo mais justo sobre as ruínas.” (ASLAN, 2013, p.36).

Como sugere Aslan, não havia um consenso quanto à figura do Messias e, claramente, os autores cristãos inserem-se na tradição messiânica, da qual se veem

como continuadores. A ausência de consenso quanto a este episódio abre espaço para uma série de especulações. Não é difícil acreditar que tais dúvidas não deixaram de existir, mesmo com o estabelecimento dos livros canônicos no século IV.

Como dissemos, as primeiras memórias sobre Jesus foram escritas por Paulo de Tarso, entre os anos 40 e 60, pelo menos, uma década depois da morte de Jesus (CHEVITARESE, FUNARI, 2016, p. 09). Atribui-se a Paulo, com certa segurança, os livros: 1 Tessalonicenses, 1 e 2 Coríntios, Filemon e Romanos. Isso mostra que as narrativas neotestamentárias não estão organizadas cronologicamente (2016, p. 07-18), o que implica a tentativa de a Igreja forjar uma imagem sobre Jesus.

Por isso, muitos historiadores defendem que os cristanismos são uma criação de pregadores (apóstolos, discípulos de Jesus de Nazaré), que passam a escrever sobre Jesus a partir de meados do I século. Para muitos pesquisadores, a mensagem de Jesus de Nazaré foi ressignificada por seus sucessores que o transformaram em um deus, a partir de releituras das experiências religiosas romanas; por essa razão, parte-se do pressuposto de que o processo de divinização de Jesus é produto de uma construção cultural posterior à sua morte. Para Funari e Chevitarese (2016, p.64-5), a construção de uma imagem do Messias pela literatura cristã é um dos aspectos mais importantes para sua autoafirmação como líder religioso, principalmente no período entre o trabalho missionário realizado por Paulo e a possível conversão de Constantino.

Dessa forma, Jesus não teria deixado textos escritos de sua autoria por ser um camponês e muito provavelmente não sabia ler e/ou escrever. Seus discípulos é que construíram sua imagem, desvincilhando-a das culturas religiosas judaicas. Para Chevitarese e Funari, Jesus nasceu como judeu, viveu como judeu e morreu como judeu, logo os movimentos cristãos decorrem de esforços literários de seus seguidores (2016, p. 05-06).

Por fim, considerando a historiografia consultada, percebemos que a consolidação dos cristianismos no Império Romano é multifatorial, entre os quais, salientamos, primeiramente, que, da maneira como foi construída, esta divindade (Jesus) agrada, já que promete livrar o homem de seus infortúnios, vingar-se de seus caluniadores, proteger-se dos malfeitores e obter êxito em suas realizações; além disso, a existência de um cânone religioso (os evangelhos) que fornece parâmetros doutrinários para as pregações, além de normas e prescrições de relacionamento interpessoal, ocupam um papel importante no êxito dos discursos cristãos, principalmente a partir do século IV d.C. Acrescentamos também a quantidade e convicção de seus pensadores, teólogos e mártires bem como a aceitação do imperador Constantino, que patrocinou, de certa maneira, esta divindade (aliança entre cristãos e imperadores) por meio de políticas pró-cristãs.

Não podemos nos esquecer da chamada *Pax Romana*, que possibilitou o trânsito de pregadores como Paulo (56-57) e, posteriormente, João bem como a refinada organização hierárquica eclesiástica (bispos, diáconos e pregadores) e, por fim, o registro de uma teologia que reputava como demônios todas as outras divindades (o cristianismo manifestava ideias que exigiam uma opção, uma escolha, não tolerância), a despeito do caráter sincrético com que suas narrativas foram constituídas. Resignificar um universo simbólico com qual o homem romano dialogava pode ter sido o grande trunfo de tais autores.

A respeito da transformação dos cristianismos, de movimentos subversivos à ordem social vigente para movimento simpático às instituições político-militares romanas e seu projeto de poder, consideramos, como já havíamos destacado, os escritos de Paulo de Tarso que promoveram significativa revisão das práticas e comportamentos dos judaísmos, na medida em que os atualizou, ajustando-os à cultura romana bem como a adoção de políticas pró-cristãs pelo imperador Constantino.

A destruição do Templo de Jerusalém, tal como descrita por Flávio Josefo, 70 d.C, sob o imperador Vespasiano, constitui outro aspecto impulsionador dos movimentos cristãos, dado que, para os cristãos, este episódio pode ter sido interpretado como sintoma da perda do pacto entre os judeus e seu deus, o que tornaria necessário um outro pacto, desta vez, estabelecido com os cristãos. Isso explica a proliferação de discursos cristãos pós-70 d.C, entre os quais se destacam os quatro Evangelhos.

Cristianismo ou cristianismos: o que dizem os historiadores

Em entrevista fornecida ao programa “Café Filosófico”, em 2014, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jvn6EZ3Uo_Y, o Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva explana sobre o processo de cristianização do Império Romano e argumenta que não houve um cristianismo único, genuíno, imaculado que teria sido preservado até hoje. Pelo contrário, o cristianismo é um movimento religioso multifacetado e plural e assumiu diferentes posicionamentos religiosos, principalmente acerca da natureza divina de Jesus e Maria entre os séculos I e IV d.C; por isso o pesquisador recomenda, em decorrência disso, que utilizemos o vocábulo “cristianismos”, no plural, e não no singular. Segundo o pesquisador, grande parte das dissensões religiosas entre as comunidades cristãs situam-se na chamada “Antiguidade Tardia” (séculos III, IV, V d.C.) e derivam, em grande medida, do processo de diálogos entre os discursos cristãos e as culturas locais no Império Romano.

Para Silva (2014) e Chevitarese (2016), não há dúvidas da existência de diferentes correntes cristãs que ora se chocam, ora dialogam. Isso porque, com a implementação de políticas pró-cristãs, a partir do imperador romano Constantino (306-337), emergem uma série de vertentes cristãs que passam a rivalizar entre si, sobretudo a partir do IV século, nas principais cidades do Império Romano, a saber: Alexandria, Antioquia, Roma, Constantinopla e Jerusalém. Tais rivalidades se

sustentavam porque não havia um consenso entre os bispos quanto à interpretação dos livros canônicos e o caráter divino de Jesus e de Maria, mãe de Jesus, como dissemos.

Segundo André Chevitarese, em *Jesus de Nazaré: outra história*, o recrudescimento dos discursos cristãos frente aos judaísmos não deve ter ocorrido de forma não-conflituosa, pelo menos no âmbito literário, e as narrativas sobre a biografia de Jesus, com destaque ao seu nascimento, permaneceu polifônica e dissonante, de meados do I século até o IV século, momento em que as instâncias de poder romanas contribuem para a consolidação de um cristianismo ortodoxo, aceito e chancelado pelo poder imperial (2006, p.48).

Logo, de meados do I século até o IV século, houve diferentes perspectivas sobre Jesus, isto é, não havia um consenso quanto à história de Jesus, porquanto diferentes comunidades compartilhavam diferentes percepções e pontos de vista sobre ele; entre os credos cristãos mais conhecidos pela historiografia, destacam-se o niceno, o ariano, o sabelianista, o apolinarista, o monofisita, o donatista, os gnósticos, o pelagiano (séc. V), entre outros.

As dissensões entre as comunidades cristãs resultaram na necessidade de intervenção imperial e o imperador romano tornou-se, no transcorrer do IV século, uma figura-chave para imprimir um tom mais homogêneo aos discursos cristãos, na medida em que se tornou responsável por cancelar o cristianismo ortodoxo (aceito e reconhecido pelas instâncias de poder) em detrimento dos heterodoxos (ilegítimos, desviantes).

Segundo Júlio César Magalhães, em *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*, o credo ariano e o credo niceno tornam-se mais populares justamente porque foram as vertentes cristãs que desfrutaram de reconhecimento político-institucional entre os imperadores Constantino (no Concílio de Niceia, em 325) e Teodósio (edito de Tessalônica, 380), as

demais correntes tornaram-se ilegítimas e foram perseguidas por diferentes agentes políticos (2009, p. 63-67).

O credo niceno, particularmente, defende que o Filho é consubstancial ao Pai, ou seja, da mesma substância divina. Dessa forma, os bispos nicenos apoiavam-se na ideia de consubstancialidade entre Pai, Filho e Espírito Santo, o que será posteriormente chamado de dogma trinitário por meio do qual se entende que tais entes divinos compartilham a mesma substância, mas manifestam-se (hipóstase) de três formas distintas, o que corroborava com a fórmula ‘um imperador, um deus e uma igreja’, motivo pelo qual, para muitos historiadores, tenha sido esta a fórmula de fé que mais atraiu a atenção de imperadores como Constantino e Teodósio, preocupados com a manutenção da unidade político-administrativa do Império.

Já o credo ariano foi inicialmente defendido e divulgado pelo bispo Ário (280–335), que iniciou suas pregações como bispo de Alexandria em meados de 318. Seus discursos mostram-no preocupado em preservar a ideia de um Deus único, o que o teria levado a defender a originalidade e superioridade do Pai, já que, sob a ótica de Ário, a essência de Deus é única, pois não foi gerada e nem teve princípio. Essa essência era indivisível, logo sua divindade não poderia ser compartilhada. Nessa perspectiva, Jesus é concebido como criatura ou ser gerado, pois só existiu a partir do Pai. Nota-se que Ário contestava que o Filho deveria ser considerado divino tal como o Pai, o verdadeiro Deus, pois entende-se que o Filho é apenas semelhante ao Pai, isto é, a substância do Filho é semelhante (e não igual) à substância do Pai (MAGALHÃES, 2012, p.59).

Em síntese, defendemos que não é adequado pensar o cristianismo fora das circunstâncias históricas e condições político-culturais de produção de seus discursos, o que nos conduz à investigação dos contatos culturais e do cenário político que possibilitaram a conformação dos discursos cristãos e seus processos de consolidação ou fortalecimento no Império Romano.

Referências Bibliográficas

ASLAN, Reza. *Zelota: a vida e a época de Jesus de Nazaré*. RJ: Zahar, 2013.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: DUBY, G. e ARIÈS, P. (dir.) *História da Vida Privada*. Volume I: VEYNE, P. (org.) *Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1990, p. 213-285.

CAMERON, Averil. O texto como arma: polêmica na 'idade das trevas' de Bizâncio. In: BOWMAN, A. K; WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. SP: Ática, 1998.

CAFÉ Filosófico - Gilvan Ventura da Silva. Café Filosófico TVU. YouTube. 18 set. 2014. 26min50s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jvn6EZ3Uo_Y&t=154s. Acesso em: 25/07/2019

CHEVITARESE, Andre; FUNARI, Pedro Paulo. *Jesus histórico: uma brevíssima introdução*. RJ: Klíne, 2016.

_____; CORNELLI, G. E SELVATICI, M. *Jesus de Nazaré: Uma outra História*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2006.

MAGALHÃES, Julio César. Arianistas. In: FUNARI (Org.) *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARVILLA, M.; SILVA, G. V. *Com este imperador vencerás*. Revista Agora, Vitória, n.02, 2005

SILVA, G. V.; MENDES, N.M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. RJ: Mauad, 2006, p. 241-266.

TATSCH, Flavi Galli. Persas In: MAGALHÃES, Julio César. Arianistas. In: FUNARI (Org.) *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. SP: Contexto, 2012.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Tradução de Marcos de Castro. RJ: Civilização Brasileira, 2011.

Garum, Fonte de Proteína dos Romanos

Garum, Protein Source of the Romans

Paulo Pires Duprat¹

¹ Doutorando em História Antiga pela Unicamp (2016), sob orientação de P. P. A. Funari. Servidor público federal em exercício como bibliotecário da FAU/UFRJ desde 2005. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9886-2615>. E-mail institucional: ppduprat@fau.ufrj.br.

DOI: 10.12957/nearco.2021.57292

Resumo

Neste artigo vamos apresentar os resultados preliminares da pesquisa de doutorado, cujo tema principal é o **garum** romano. A ideia é fazer uma abordagem sobre as últimas novidades acerca da trajetória histórica do **garum** no entorno do Mediterrâneo, com especial atenção para a Hispânia no período do Principado. Nosso objetivo é oferecer um estudo de cunho multidisciplinar capaz de dar nexo à imensa quantidade de dados gerados sobre o tema nas últimas décadas, buscando mudar a persistente noção de que o consumo de **garum** estaria reservado às elites, apresentando evidências literárias e arqueológicas que comprovam que o produto foi um fenômeno técnico e comercial multifacetado, uma fonte de proteína de baixo custo para o povo romano, empacotada e despachada a longa distância, sob o bojo de um processo histórico cujos desdobramentos ainda podem ser sentidos.

Palavras-chave: *Garum*; Economia romana; História da alimentação; Anforologia.

Abstract

In this article, we aim to show the preliminary results of our doctoral research, whose main theme is the roman fish sauce, **garum**. Our proposal is to perform an overview on the last findings about **garum** history around the Mediterranean, with some emphasis to Hispania during the Principate. The goal is to offer a multidisciplinary study to establish connection through the immense amount of data produced on the subject in recent decades, challenging the persistent notion that **garum** was reserved for elites, presenting literary and archaeological evidence that can prove **garum** was a huge commercial phenomenon, a low-cost source of protein for the Roman people, packaged and dispatched for long distances, through a historical process whose effects can still be observed.

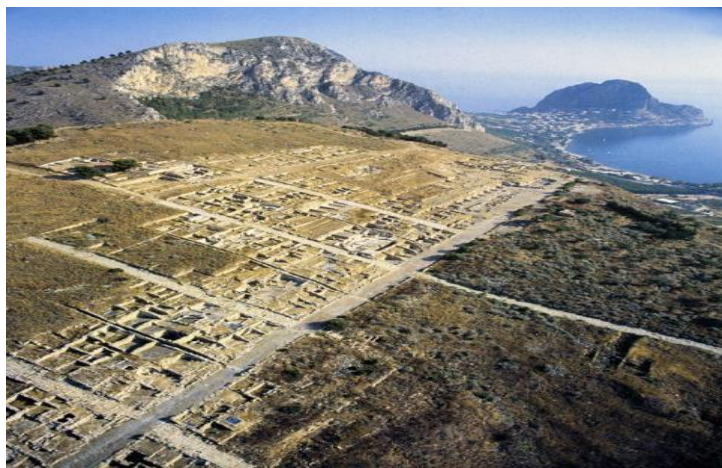
Keywords: *Garum*; Roman economy – Food history – Amphora studies.

Conservação de alimentos, uma questão de sobrevivência

Para a História das civilizações, a conservação de gêneros alimentícios se apresenta como um importante aspecto da luta pela sobrevivência. Desde que o homem descobriu que sua comida poderia durar mais ao ser cozida, defumada, salgada ou desidratada, iniciou-se um processo que iria acompanhar toda a nossa trajetória como espécie. Se não tivéssemos aprendido a aumentar a durabilidade de nossa comida e a armazená-la de maneira eficiente, nossa história teria sido muito diferente. O domínio dessas técnicas se conecta à evolução humana, desdobramento da revolução agrícola e da transformação de nosso modo de vida, passando de bandos de caçadores-coletores para coletividades sedentarizadas e complexas, baseadas no cultivo, no pastoreio, na pesca e na manufatura, organizadas em torno de cidades, o que acabou por elevar nossa expectativa de vida e chances de gerar descendência. Essas técnicas de conservação devem, portanto, ser entendidas como uma faceta da evolução da nossa espécie, empenhada em dominar o meio ambiente. Configura também uma vantagem competitiva na disputa entre as civilizações pelas riquezas do mundo, ontem e hoje.

Esses caçadores-coletores, à medida em que se sedentarizavam, davam preferência em formar assentamentos próximos a fontes e cursos d'água, tais como o mar, rios, lagos e aquíferos. A medida servia não só para facilitar o óbvio acesso à água, como também para garantir outros recursos que sua proximidade favorece, tais como peixes, moluscos e crustáceos, o sal necessário para conservá-los, além da argila que lhes permitia fabricar utensílios de terracota, de modo a acondicionar melhor os alimentos, aumentando sua durabilidade e as chances de sobrevivência do grupo como um todo. Esse processo continua ocorrendo ao redor do globo, já que a maior parte da população continua se concentrando nas zonas ribeirinhas e litorâneas, embora hoje em dia isso ocorra não só por necessidade, como também por gosto. Observe, abaixo, a figura 1, com exemplo de cidade litorânea:

Figura 1: Panorama da antiga cidade greco-romana de Solunto (a cerca de 20 km de Palermo, Sicília, atual Itália), exemplo típico de cidades que se estabeleceram à beira do mar.



Fonte da
imagem: <<https://www.facebook.com/StatoDueSicilieMagnaGrecia/photos/a.894840157203559/2495817650439127/?type=3&theater>>.

A técnica da fermentação

Nossa história com a fermentação é formada por uma série de incidentes fortuitos. Este é um processo natural, mas nos apoderamos dele há eras. Sem a fermentação, não haveria pão, queijo, coalhada ou iogurte, vinho, cerveja ou bebidas destiladas, embutidos, picles, maionese, tomates secos, *catchup* ou molho de soja. Também não haveria carne-seca, linguiça, bacalhau, sardinhas ou arenques em conserva. Se somos aquilo que comemos, sem a fermentação não seríamos quem somos. Essa técnica foi fundamental e decisiva para a nossa sobrevivência, em um tempo com recursos tecnológicos muito limitados. Hoje em dia, com nossos modernos refrigeradores e embalagens à vácuo, não conservamos mais as carnes e peixes por necessidade e sim por gosto, evidência de que os hábitos alimentares são fenômenos culturais. Pois bem, existem inúmeros processos biológicos em ação em qualquer tipo de fermentação, mas os que importam para nós, sob o ponto de vista do sabor, são aqueles que quebram as grandes cadeias de moléculas em suas partes constituintes,

tornando o alimento mais fácil de ser digerido e mais saboroso. Dispomos de muitas técnicas capazes de estimular certos micróbios ou deter outros, de acordo com o nosso interesse. Este é um conhecimento que tem sido acumulado há milênios. Os seres humanos descobriram, na prática, que alguns organismos são mais tolerantes à acidez do que outros e isso acontece da mesma forma com o oxigênio, o calor e a salinidade (REDZEPI et al, 2018). E nós nos aproveitamos dessas peculiaridades.

O peixe conservado

O peixe, enquanto alimento, possui características semelhantes à carne²⁸: são saborosos e ricos em proteína, mas muito perecíveis. São produtos que, ao serem consumidos frescos, apresentam custo elevado (MARZANO, 2018, p. 438). Os antigos, sem poder recorrer à refrigeração ou às modernas tecnologias de transporte, não podiam transportar grandes quantidades de peixe fresco a longa distância. Peixe fresco e mesmo espécimes vivos, foram exportados de uma cidade para outra pelos antigos, através de tanques instalados nas embarcações, mas em quantidades reduzidas e a preços elevados. Por consequência, o comércio de peixe fresco envolveu, em geral, os próprios pescadores que tinham que vender suas capturas nos mercados locais ou despachá-los com a maior rapidez aos mercados situados nas proximidades (CURTIS, 1991, p. 4). Sem as modernas técnicas de refrigeração, o problema do enalhe e perda da partida era constante e isso tornava mais difícil garantir uma fonte de renda estável com a atividade.

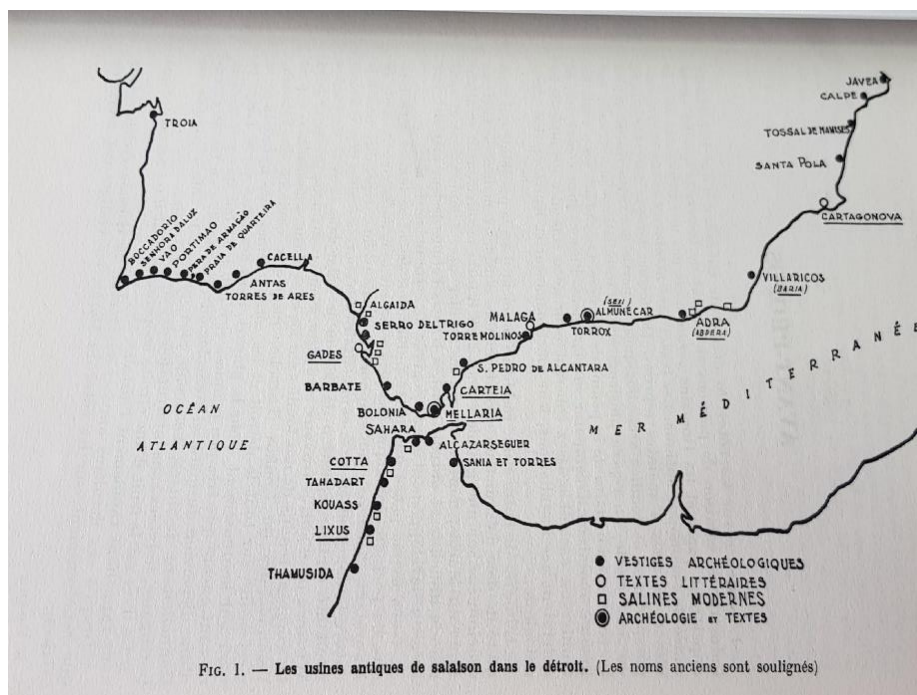
²⁸ Os métodos de conservação do peixe e da carne eram muito semelhantes na Antiguidade. Columela lança luz sobre a questão: ele descreve dois métodos para salgar carne de porco e, no segundo, ele o compara com o da salga de peixe (*Os trabalhos do campo*, 12.55.4; 12.25.1; 12.6; 12.7). Temos também menções de Catão (*Das coisas do campo*, 88, 105); Quintiliano (*I.O.* 8.2.3) e Celso (*Sobre a medicina*, 4.9.15; 4.16). É possível perceber que, de modo geral, a técnica consistia em processar os materiais proteicos como se fossem pickles em salmoura e que foi usada para preservar carne, peixe e laticínios, pois a medida estabilizava os extratos proteicos e viabilizava sua comercialização. Tecnologia a serviço da viabilidade comercial do produto, em suma, possibilitou armazenar para vender.

Contudo, ao serem conservados, podiam ser armazenados para consumo posterior, resolvendo o problema do encalhe e do desperdício da matéria-prima, reduzindo o custo e tornando possível sua comercialização em massa, acessível a um percentual maior da população, incluindo aí os menos privilegiados e distantes da costa. Por isso, a maior parte do comércio antigo de pescado envolveu a elaboração de conservas de peixe, transformados e embalados em instalações industriais (*cetariae*), localizadas em todo o Mediterrâneo. Com o tempo, formou-se uma extensa rede de comércio de baixa tecnologia produzindo quantidades enormes de produtos piscícolas. Fazer molho de peixe também ajudou a reduzir o desperdício de alimentos nas residências. O condimento trouxe muitos benefícios para os antigos, no sentido de estabelecer alguma segurança alimentar àquelas sociedades, pois além da proteína, continha muitos aminoácidos e vitamina B-12, além de outros micronutrientes indispensáveis. O garum foi uma inestimável fonte de sal e proteína para um império em crescimento. Devido ao baixo pH do composto, poucas bactérias conseguiam prosperar, o que restringia sua deterioração e alongava a vida útil do produto. Como está claro desde o título, acreditamos que esse condimento representava um indispensável aporte proteico ao povo romano e vamos buscar comprovar essa hipótese.

De modo que a técnica da fermentação dos peixes permitiu que os antigos armazenassem seus excedentes por longos períodos, numa época em que não havia *freezers* e a pesca estava atrelada a padrões migratórios das espécies piscícolas. Mas não só, essas fábricas fermentavam os peixes com suas vísceras, aproveitando o que em nossa moderna cultura ocidental costuma ser descartado. Dessa maneira, o processo de fermentação foi uma atividade privilegiada na indústria pesqueira da Antiguidade, decisiva para alimentar as massas móveis do império romano. O produto desempenhou um papel importante numa próspera economia paneuropeia e este é o nosso maior mote. Ademais, isso revela que as práticas produtivas dos antigos eram pautadas por um notável racionalismo econômico. Foi o sustento de muitos e a

riqueza de alguns, setor não-agrário numa economia agrária. A busca pelo lucro sempre esteve por trás do desenvolvimento da indústria de conservas, quer nossa análise recaia em tempos antigos, modernos ou contemporâneos.

Mapa 1: localização das antigas *cetariae* no Estreito de Gibraltar de acordo com fontes arqueológicas e literárias



Fonte: Ponsich & Tarradell, 1965, p. 2.

O comércio de conservas de peixe se alastrou desde o Ponto Euxino até o Estreito de Gibraltar e acabou por fazer a glória de uma megalópole, Gades (Cádiz). Fundação fenícia, que sob o domínio romano encontrou sua produtividade máxima, onde a Hispânia atuou um papel de proeminência, em conjunto com as áreas litorâneas da África do Norte conhecidas como Magreb, esses promontórios conhecidos na Antiguidade como as “Colunas de Hércules”, com farta evidência da participação de grandes e pequenos empreendedores, tanto na literatura antiga quanto no estrato arqueológico. Observe, abaixo, o mapa 1, que relaciona as *cetariae* que foram encontradas no Estreito de Gibraltar:

Pescadores, peixeiros, preconceitos e o setor piscícola

De tal modo que o setor pesqueiro foi uma das mais desenvolvidas atividades econômicas dos antigos e a Arqueologia comprova que empregava um enorme contingente e tinha imensa capacidade de processamento de salações, de todos os tipos e preços. Contudo, na Roma antiga, as pessoas que trabalhavam com peixes costumavam ser desprezadas pelos autores do período. No III século a.C., Plauto (*O cabo*, 311-312) satirizava a condição social dos pescadores e dizia: *famelica hominvm natio*, ou, “ninhada de seres esfomeados”; já Cícero, no ano de 44 a.C. (*Dos Deveres*, 1, 150), dizia que *Minimeque artes eae probandae, quae ministrae svnt volvptatum: Cetarii, lanii, coqui, fartores, piscatores*, ou, “as profissões menos respeitáveis são aquelas que lidam com os prazeres sensuais, tais como peixeiros, açougueiros, cozinheiros, criadores de aves e pescadores”. Mas dispomos de dados epigráficos que sugerem que alguns pescadores, reunidos em associações (*collegia*), tinham um modo de vida bem mais opulento do que se imagina e financiavam espetáculos, construção de monumentos e participavam da vida política em certas comunidades.²⁹

O produto era polêmico e muitas das informações literárias que dispomos sobre o *garum* estão carregadas de preconceitos de classe. No período, aqueles que eram capazes de escrever pertenciam a um estrato social de elite e nessas contribuições perpassam uma relação de amor e ódio com o condimento. Dão a impressão de que o *garum* fosse um produto de luxo, mas possuía um odor e aspecto insuportáveis. O mais caro e proeminente foi o *garum sociorum* (que significa *garum* dos sócios, amigos ou aliados), que era produzido em Nova Cartago (atual Cartagena, Espanha). Vejamos o poema que Marcial³⁰ dedicou à iguaria em Epigramas: *Expirantis adhvc scombri de sanguine primo accipe fastosvm, mvnera cara, garvm*, ou seja,

²⁹ Vide MARZANO, 2018, p. 437-447; LAGÓSTENA, 2014, p. 104.

³⁰ Marco Valério Marcial (38-104 d.C.) foi um poeta e epigramatista latino que nasceu na Hispânia e passou boa parte da vida em Roma orbitando a corte do imperador Domiciano.

“Aceite esse precioso presente, o magnífico *garum* feito do primeiro sangue da cavala que ainda expira”³¹ (Marcial, XIII, 102).

Não obstante o “*garum* dos aliados” fosse valioso e desejado, eis o que Sêneca proferiu a respeito da mesma iguaria: *Quid? Illud sociorum garum, pretiosam malorum piscium saniem, non credis vrere salsa tabe praecordia?*, ou, “Como assim? Você não sabe que o *garum sociorum*, a dispendiosa massa sangrenta de peixe ruim, consome o estômago com sua salgada podridão?” (*Epist.* 95.25). Ou Plínio, o Velho, após apresentar as origens do produto, afirmava que *garum vocavere, intestinis piscium ceterisque, quae abicienda essent*, ou, “o *garum* é, em essência, o extrato resultante da putrefação das tripas de peixe e de outras partes que, de outra forma, seriam consideradas refugo”. Contudo, mais adiante na mesma passagem ele ressalta o preço exorbitante que o produto podia alcançar – algo em torno de mil sestércios por dois côngios (três litros e 1/4 de produto) - valor “comparável ao dos melhores perfumes” (*N. H.*, XXXI, 43). Assim, essas citações ainda povoam o imaginário de muitos pesquisadores, que continuam alimentando o discurso de que o *garum* seria um condimento reservado aos ricos: a elite apreciaria sabores “exóticos” e o *garum* era um produto voltado aos ricos “gourmands” romanos.

Mesmo o célebre livro de receitas de Apício, *De re coquinaria* (“Sobre a culinária”), acaba sendo interpretado de acordo com os interesses do viés empregado. Embora a contribuição seja uma literatura gastronômica voltada aos seus pares da elite, que podiam ler e escrever, das 465 receitas ali contidas, 75% incluem *garum* e seus derivados. Mas quem cozinhava, os patrões ou os escravos? Vamos investigar. Contudo, a incidência massiva do produto numa obra do período indica por si só que o condimento era muito apreciado pela sociedade como um todo e não apenas pelos ricos extravagantes. Diante destas questões, acreditamos que as contribuições textuais

³¹ Esta é uma figura de linguagem para enfatizar que o peixe é fresco. Vide o trecho original em: https://www.loebclassics.com/view/martial-epigrams/1993/pb_LCL480.217.xml?readMode=reader. A tradução é do autor.

dos antigos são muito valiosas, mas marcadas por preconceitos e pouco rigor científico. Talvez esta seja sua maior riqueza, para que possamos apontar suas inconsistências e contrastar vieses diversos.

No que se refere ao setor piscícola em si, devemos pensar de forma objetiva e entender que, no passado ou no presente, o preço dos peixes e de seus derivados nas cidades sempre foi determinado pela lei da oferta e da procura, que variou de acordo com toda uma diversidade de fatores, como a proximidade da fonte, disponibilidade ou a escassez dos espécimes, moda culinária e tradições socioculturais através dos tempos. A natureza fragmentada e anedótica das evidências dificulta nossa abordagem no que tange à questão dos custos, mas tamanho e qualidade do pescado sempre foram cruciais e seu preço variava bastante, o que fica claro na Declaração de Preços de Diocleciano (de 301 d. C.), embora estejamos cientes das limitações desta fonte perante a diversidade dos preços regionais e sazonais no entorno do imenso território que o Império controlava no período. O decreto faz distinção de preços entre peixes marinhos e de água doce e entre peixes de primeira e segunda qualidade: 1 libra itálica (327,45 g) por “peixe de fundo rochoso”³² custava 24 denários (o mesmo preço de 24 ovos), enquanto 1 quilo de “peixe marinho de segunda qualidade” custava 16 denários. O peixe de água doce era mais barato: 12 denários por 1 kg de peixe de primeira qualidade e 8 denários para aquele de segunda qualidade. As sardinhas foram listadas em separado, com preço de 16 denários por libra (MARZANO, 2013, p. 290).

O peixe conservado, no entanto, era um produto que seguia padrões próprios, pois seu público-alvo era muito variado. Havia uma ampla gama de produtos, em virtude dos diferentes tamanhos e tipos de molhos de peixe, onde o mais caro e famoso foi o já citado *garum sociorum*, usado como condimento, mas havia muitos outros; há indicações para um verdadeiro multiuso do produto, pois havia variedades

³² Referência aos peixes marinhos de grande dimensão e que são mais caros, tais como o robalo ou o mero, capturados no fundo do leito marinho, junto às pedras que lhes servem de esconderijo. São espécimes que, hoje em dia, são a presa preferencial da pesca submarina, com o emprego do arpão.

de *garum* adequadas a preservar outros alimentos e diversos indícios que havia produtos ao gosto de cada cliente: fabricavam até *garum kosher*³³ e pastas de peixe que incluíam em sua receita diferentes ervas e legumes (MARZANO, 2018, p. 441). Por tais razões, reiteramos que a Arqueologia³⁴ rege os estudos sob vieses multidisciplinares. Observe abaixo, na figura 2, a contribuição da Arqueozoologia ao identificar vestígios de *garum* numa ânfora:

Figura 2: ânfora de *garum* carbonizada (Pompeia), com remanescentes ósseos piscícolas



. Fonte da imagem: <https://c2.staticflickr.com/8/7236/13941928221_7a1dc8a164_b.jpg>.

³³ Plínio, o Velho afirma que o molho voltado para os judeus, chamado *castimoniarum*, era feito sob encomenda, pois eles só podiam comer peixes sem escama (HN, 31.95). Contudo, Plínio errou, pois, na verdade, está claro no Velho Testamento a instrução de que os judeus só podiam consumir peixes com escamas (Deut. 14.10; Lev. 11.10.5). Segundo Curtis (1991) e Berdowski (2003 e 2006), há indícios de que a Palestina importou produtos piscícolas hispânicos produzidos sob estrita recomendação religiosa, a saber, *garum castum* (CIL IV 2569) e *muria casta* (CIL IV 2609).

³⁴ A Arqueologia é uma ferramenta que oferece um quadro mais amplo de evidências, que complementam as muitas lacunas deixadas de lado pelas fontes literárias, acrescentando a trajetória dos subalternos e enriquecendo as interpretações históricas. A cultura material é o resultado direto do trabalho humano e, por isso, seu estudo se impõe como ponta de lança nas recentes pesquisas sobre a economia romana. Os artefatos e o rico material epigráfico recuperado têm fomentado pesquisas que oferecem um quadro mais representativo das atividades econômicas desenvolvidas.

Brevíssima revisão bibliográfica

A primeira sistematização das evidências arqueológicas sobre as fábricas de salga na costa hispânica e, em especial, da costa Norte de Marrocos, devemos a Ponsich & Tarradell (1965), que adicionaram um *corpus* material de primeira grandeza ao excelente conjunto de dados publicados anos antes por T. Corcoran (1963), cujo trabalho tratou toda a bacia ocidental do Mediterrâneo. Em seguida, com um maior conhecimento da documentação arqueológica, incluindo as ânforas e seus *tituli picti*, contamos com o trabalho de R. I. Curtis, uma ótima síntese sobre peixes salgados ocidentais (1979), seguido de um livro que cobre toda a costa mediterrânea (1991) e um artigo mais recente, abordando o tema sob o viés gastronômico (2009). Enquanto isso, Ponsich retornou ao extremo Ocidente (1988), prestando mais atenção ao caso da Hispânia, além de L. Lagóstena (2001, 2011 e 2014) e Garcia Vargas & Bernal Casasola, 2009, entre muitas outras contribuições importantes. Nas últimas décadas, o tema tem alcançado renovado interesse, tanto sob o aspecto histórico quanto gastronômico, com direito a *revivals* e recriações das receitas dos antigos, um verdadeiro surto de arqueologia experimental, com apelos ao setor turístico-gastronômico, tema que será explorado no trabalho, além de uma revisão bibliográfica pormenorizada.

O *garum* e a medicina dos antigos

O *garum*, mais do que um alimento, tinha também aplicações na medicina e na veterinária. Por não terem conhecimentos em bioquímica, os antigos baseavam sua medicina em observações sensuais e percepções de senso comum, derivadas da experiência. Assim, eles categorizaram os alimentos como aquecedores ou resfriadores, úmidos ou secos, laxantes ou adstringentes e assim por diante. Tudo seria uma questão de equilíbrio dos “humores”. Dioscórides foi o criador da *farmagnosia*, descrita em seu livro *Materiais da medicina*, que relaciona seiscentas plantas e

fármacos de origem animal e de origem mineral. E lá está o *garum*, receitado para disenteria, mordidas de cão, problemas nos quadris, feridas supuradas e até furúnculos (*Mat. med.* 2.32). Galeno também receitava *garum* contra a disenteria (Galeno, *As faculdades dos alimentos*, 1.1.478) e como unguento para feridas de todos os tipos (Plínio. *N. H.* XXXI. 96ff), ou laxativo (Celso. *Sobre a medicina*, II.29) e até para tratar artrite em animais de carga (Columela. *Os trabalhos do campo*, VI.34.2, VI.38.2). Devido à alta concentração de cloreto de sódio diluído em enzimas proteolíticas, o produto tinha mesmo qualidades desinfetantes comparáveis a modernos compostos anti-inflamatórios. Era comum misturarem o *garum* com outros produtos, tais como o mel, vinho ou vinagre, de maneira a garantir que a solução medicinal adquirisse a consistência desejada para cada aplicação, do mesmo modo que faziam para fins alimentares. O uso de medicamentos compostos é típico da polifarmácia³⁵ que surgiu ao final do período helenístico. Não é de surpreender que os produtos de peixe salgado, além de serem alimentos úteis para as populações rurais e urbanas, tenham sido usados, também, na medicina popular que permeou grande parte da escrita médica grega e romana (CURTIS, 1991, p. 31-4). Esses temas também serão explorados na tese.

A controversa origem do *garum*

Há diferentes opiniões sobre a origem do *garum*. Sua trajetória é muito extensa e complexa e o termo (γάρον) foi mencionado pela primeira vez no mundo grego por Sófocles (*Triptólemo*, fr. 606) e Ésquilo (*Proteu*, fr. 211), remetendo sua evidência ao

³⁵ Também chamado “polimedicação”, trata-se de um termo que designa o uso concomitante de múltiplos medicamentos em tratamento prolongado, empregados em geral por pessoas idosas ou portadoras de doenças crônicas.

séc. V a.C. Em outro extremo temporal, no VII d.C., Isidoro de Sevilha³⁶ (*Etimologias*, 20, 3, 19) faz menção ao *garum*, indicando que continuava sendo apreciado no Período Medieval. Alguns autores icônicos creem que a indústria da salga foi trazida para o Ocidente pelos fenícios, bem como o cultivo do azeite, o frango, o uso do burro como tração animal, o torno de oleiro, a púrpura, entre muitos outros produtos (BLÁZQUEZ, 2012). Há indícios de que as conservas piscícolas gaditanas eram conhecidas na parte oriental do Mediterrâneo, onde competiam com as que eram produzidas na região do Egeu³⁷. Então, embora a maioria dos pesquisadores evite fechar questão sobre o tema, a hipótese de que o *garum* seria uma invenção fenícia-púnico-cartaginesa é a que tem um maior número de argumentos a seu favor (GARCIA Y BELLIDO, PONSICH e TARRADELL, BLÁZQUEZ, entre outros). Isto porque as descobertas arqueológicas *in loco* mais antigas estão concentradas em regiões com clara influência púnica, como Cádiz, onde foram documentadas fábricas de salação com cronologias de V século a.C., o que coincide com as primeiras referências escritas sobre essa atividade no Extremo Ocidente. Na região do Estreito de Gibraltar, há evidências da atividade não apenas nas costas da Hispânia, como também por todo o litoral do Magreb, na África do Norte. Por outro lado, outros acreditam que a invenção do *garum* seria grega focense, teoria proposta nos anos 1970 por Robert Etienne e seguida por alguns, reforçada talvez pela evidência de que o termo *garum* veio, de acordo com Plínio, o Velho, do grego γάρων, que remete à palavra *garon* (ou *garos*), nome de uma espécie de peixe com o qual o molho teria sido feito em seus primórdios na Grécia. Confirmam a passagem: *hoc olim conficiebatur ex pisce, quem Graeci garon vocabant.* ou, “nos tempos antigos, isso era feito a partir de peixe, que os gregos chamam garon” (H.N. 31, 93).

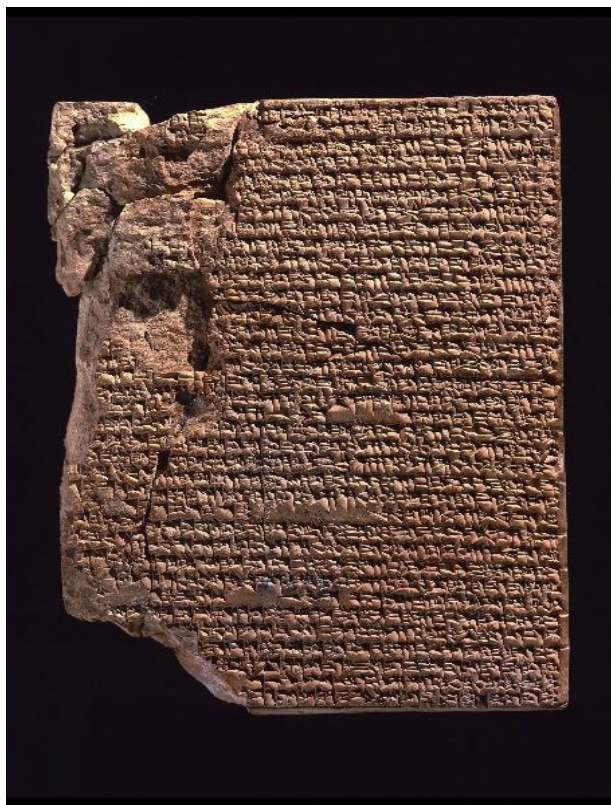
³⁶ Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.) foi o primeiro escritor cristão a tentar compilar uma *summa* do conhecimento universal em sua obra-prima, a *Etymologiae*, conhecida também pelos classicistas como “Origens”, sobre agricultura e administração rural.

³⁷ FRUTOS REYES & MUÑOZ VICENTE, 1996, p. 135.

Mas, uma vez que os gregos batizaram seu molho com o nome de um peixe originário de sua região, será mesmo possível estabelecer que foram os gregos que inventaram o *garum*? Acreditamos que não, pois há indícios arqueológicos que apontam para uma origem milhares de anos antes, na Mesopotâmia. A evidência é material: uma das receitas culinárias registradas nas tabuletas em escrita cuneiforme da Coleção Babilônica de Yale (*The Yale Culinary Tablets*), datadas em torno de 1750 a.C. Uma delas recomenda “salmoura feita de peixe, crustáceos, usada como condimento” (BOTTÉRO, 1995: 181; 216). Em artigo mais recente, K. Pozzer (2017, p. 144) vai além ao enfatizar que o produto mesopotâmico era “uma salmoura usada como condimento e conserva, à base de peixes, crustáceos ou gafanhotos, chamada *šiqqu*, comparável ao *garum* romano e ao molho de ostras japonês dos dias de hoje”. Em seu livro gastronômico dedicado à história dos molhos, Allen (2019, p. 9) faz leitura semelhante e acrescenta que o *šiqqu* era uma “proteína fermentada, de peixe, marisco ou mesmo gafanhotos, em salmoura concentrada”. Para nós, a inclusão de gafanhotos na mistura original só vem confirmar o caráter proteico do produto, visto que os insetos são ricas fontes desse nutriente. Embora sejam rejeitados pela cultura ocidental, são muito valorizados em outras, sobretudo as orientais. De modo que dispomos de uma fonte primária, de rara citação, num livro de receitas da Mesopotâmia, que retrocede a origem do *garum* para quase 2 mil anos antes de Apício ter escrito seu *De re coquinaria*. Em suma, entendemos que o produto já existia muito antes de fenícios, cartagineses, gregos e romanos começassem a lidar com ele. Por isto, diante das evidências, acreditamos e vamos tentar provar que a origem do *garum* se deu no Mediterrâneo oriental e foi introduzido no Ocidente pelos gregos, fenícios, cartagineses e romanos, em suas respectivos períodos e áreas de influência.³⁸ Observe a figura 3, a seguir:

³⁸ Vide MUÑOZ VICENTE; FRUTOS REYES; BERRIATÚA, 1988, p. 487-508; CARRERA RUIZ; MADARIA ESCUDERO y VIVES-FERRÁNDIZ SÁNCHEZ, 2000, p. 51.

Figura 3: uma das tabuletas em escrita cuneiforme da inestimável Coleção Babilônica de Yale, datada ca. 1750 a.C.



Fonte: <<https://www.library.yale.edu/neareast/exhibitions/cuisine.html>>. Acesso em: 10/05/2018, às 14:03h.

Cidades, comércio e disputa comercial no Mediterrâneo

Há diversas evidências de que os antigos competiram pela supremacia neste comércio no entorno do Mediterrâneo e essa disputa deveria ser mais explorada. O comércio de salga foi tão importante que alguns sugerem que a colonização grega no Estreito de Bizâncio e no Mar Negro tenha obedecido à sua necessidade em obter salações, um alimento tão ou mais importante do que o trigo (BLAZQUEZ, 2012). Para ser muito sucinto, os fenícios foram os precursores, seguidos de perto pelos gregos, até que Cartago acabou por superá-los e capitaneou sua produção e comercialização até a Segunda Guerra Púnica, a partir da qual, os romanos superaram os cartagineses e

alcançaram a supremacia na produção e comercialização do produto, levando a atividade a um patamar jamais alcançado. Essa é a ideia que vamos defender em nosso trabalho. Observe, abaixo, a figura 4, que dispõe uma fábrica de salações romana:

Figura 4: Escavação em uma *cetariae* romana em Almuñécar, Espanha.



Fonte: MOURITSEN; STYRBAEK, 2015, p. 79.

Vemos acima cubas de concreto, impermeabilizadas com a técnica de revestimento *opus signinum*. A presença desse material significa que as instalações foram feitas para durar e minimizar custos com manutenção; essa diretriz construtiva fornece subsídios para discutirmos racionalismo econômico na Antiguidade. Vale ressaltar que a existência de um modelo urbano de produção de conservas e contêineres tem sido defendida por alguns especialistas (LAGÓSTENA, 2001; BLÁZQUEZ, 2012; WILSON, 2002, p. 236). A cidade desempenharia papel como uma grande empresa proto-capitalista, exigindo indústrias acessórias de fabricação de barcos e equipamentos, que os habitantes da Hispânia construíram, de acordo com Estrabão, com a madeira disponível no país (III.2.6), formando redes de pessoas dedicadas à pesca, limpeza, salgação de peixes e fabricação das ânforas que transportaram o produto. A evidência de cidades capazes de produzir e despachar

produtos beneficiados permite desafiar as teorias minimalistas de Finley e discípulos, que defendem uma concepção de cidade dependente (parasita) do campo. A Arqueologia comprova que as cidades importantes, instaladas na costa, desenvolveram não só fábricas de salações, como também toda a infraestrutura necessária para seu funcionamento, tais como portos e fundeadouros. De tal modo que novos centros foram criados no período e a indústria de conservas seria uma atividade que formou cidades produtoras baseadas na costa a partir do séc. II a.C. Em oposição ao campo, as *cetariae* seriam a atividade produtiva das cidades litorâneas, indústrias de beneficiamento de produtos alimentícios que envolveria amplo percentual da população. Trata-se de uma especialização produtiva de mercadorias comerciais, conectada com o artesanato de forma direta através da produção de ânforas, para posterior empacotamento e envio, na qual Gades constituiria exemplo excelente. O modelo urbano de produção está documentado no estrato arqueológico através dos restos das numerosas *cetariae* e olarias nas cidades no entorno do Mediterrâneo. Esta indústria teria se beneficiado da demanda do produto, da existência de mão-de-obra abundante, dos baixos custos, dos meios de transporte e das instalações para a exportação portuária (BLÁZQUEZ, 2012).

Esses locais de processamento funcionavam em escala similar às fábricas modernas, fornecendo extratos proteicos para suprir multidões, entre trabalhadores, marinheiros, soldados e mesmo escravos romanos. Como já vimos, essas fábricas foram instaladas de forma estratégica ao longo das rotas de migração do atum, para que os pescadores pudessem trazer sua captura para a costa, onde poderia ser processada de imediato e despachada para todo o império. A produção de ânforas e outras cerâmicas era um setor permanente e promissor, sempre em alta. Entremendo as temporadas, esses mesmos empreendedores se dedicavam a atividades laterais e sazonais, tais como produção de resinas pináceas para revestimento das ânforas, ou processamento de peixes menores, crustáceos e moluscos, alguns capazes de produzir corantes tais como a púrpura, importante

pigmento têxtil (idem). Essas produções auxiliares serão exploradas na tese para reforçar essa hipótese da “cidade produtora” na Antiguidade.

O *garum* e as evidências arqueológicas

Como já aludimos, foram identificados inúmeros remanescentes de ânforas de transporte e de instalações de salga de peixe, datadas entre o séc. II a.C. e o séc. VI d. C, pontilhando as costas do Atlântico e do Mediterrâneo, ao longo da rota de migração sazonal do atum. Os registros arqueológicos mais robustos estão na Espanha, Portugal, França e na África do Norte, sobretudo na área do Magreb, bem como no Mar Negro, na Criméia e no Estreito de Kertch. Mais de sessenta locais de processamento de peixe foram confirmados apenas na Espanha e em Portugal, incluindo grandes centros em Tróia (Setúbal, Portugal), que tinham uma capacidade de produção superior a 600 m³ (CURTIS, 2009). Este setor econômico foi bastante diversificado e produzia diversos tipos de molhos de peixe, acessíveis para todos os gostos e capacidades de pagamento. Vestígios asseveram que o *garum* foi exportado até os *limites* do Império e esteve presente na dieta dos soldados mobilizados nos longínquos acampamentos militares da Gália, Germânia e da Britânia, o que implica que romanos despacharam o produto em seus navios por rotas em pleno Oceano Atlântico, como também o transportaram por rotas terrestres através da Europa Ocidental, alcançando as remotas colinas do norte da Inglaterra, nas cercanias da muralha de Adriano. Lá, nas frias fronteiras do norte do mundo civilizado, soldados e cidadãos puderam desfrutar do sabor salgado do molho de peixe fermentado sob o sol do Mediterrâneo (MAURA, 2018, p. 15). Essa relação entre as salações e a logística militar precisa ser explorada. Observe abaixo, no mapa 2, a localização das fábricas de *garum* na Península Ibérica:

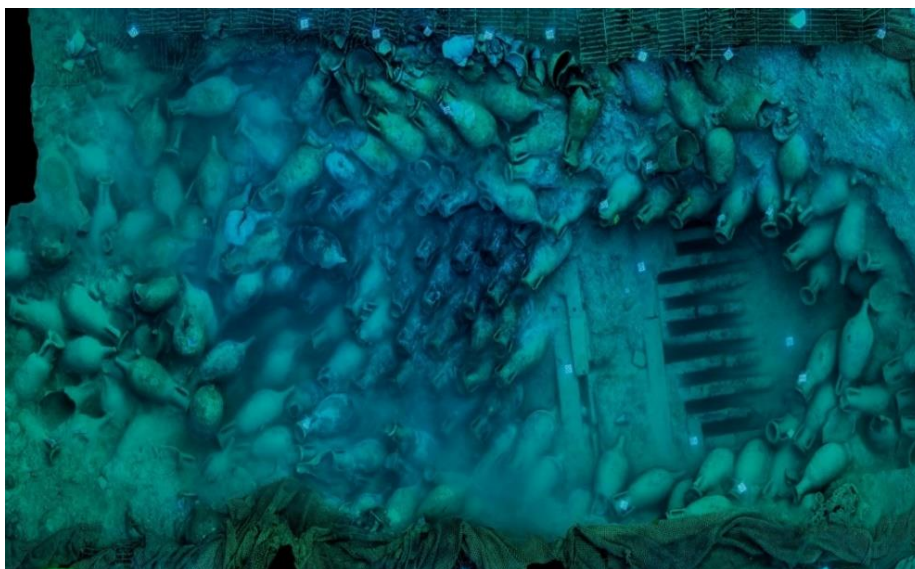
Mapa 2: relação das fábricas de salações de pescado já identificados na Península Ibérica.



Fonte: Etienne & Mayet, 2002, p. 61.

A seguir, na figura 5, uma imagem de pesquisa subaquática dá uma ideia da escala das cargas de *garum* que foram movimentadas pelos navios romanos:

Figura 5: naufrágio *Bou Ferrer*, navio romano repleto de *garum* até a borda (ca. 50 a 60 d.C.).



Disponível em: http://www.nationalgeographic.com.es/historia/grandes-reportajes/el-pecio-bou-ferrer-un-naufragio-en-la-epoca-de-neron_9155/2.

A Tríade mediterrânea e seu fóssil diretor: a ânfora

A Tríade mediterrânea consistia no vinho, azeite e cereais, sobretudo o trigo; são considerados os pilares da economia antiga. Declaramo-nos motivados pelas evidências arqueológicas e textuais que nos possibilitam propor a inclusão das salações nessa equação como o **quarto pilar**: uma fonte de proteínas de baixo custo que estava disponível à população romana³⁹. Com a exceção dos cereais - que eram transportados em sacas e fardos, cujos restos não se conservaram – o azeite, o vinho e as salações eram transportados por ânforas e, portanto, são detectáveis e rastreáveis, portanto essas serão nossa documentação primária por excelência. Afinal, a Anforologia comprova que, na época de Augusto, o vinho, salações e o azeite da Bética foram distribuídos por toda a Europa. A chave para tanto sucesso comercial foi a existência de um rio navegável, o *Baetis*, ou Guadalquivir (REMESAL, 2011, p. 53). A sobrevivência deste modelo de empacotamento por período tão extenso se impõe como evidência cabal do racionalismo econômico praticado pelos antigos. Ademais, o registro arqueológico demonstra que os romanos levaram esta prática às últimas consequências, em decorrência da *annona* e do estabelecimento de uma cadeia logística para enviar insumos a Roma e ao exército no *limes*, corroborando com a tese da interdependência provincial no Império romano e demonstrando uma vitalidade econômica que tornaram obsoletas as teorias minimalistas para a economia romana.⁴⁰

Por essas razões, pode-se afirmar que esses contentores são os “fósseis diretores” para o estudo dos mecanismos de distribuição, comércio e consumo de

³⁹ Embora análises isotópicas tenham confirmado a predominância de gêneros de origem terrestre na alimentação dos romanos, há diversas evidências para a presença de proteína marinha ou de água doce em sua dieta (vide RICHARDS et al. 1998; MÜLDNER & RICHARDS, 2007; CHENERY et al, 2010; REDFERN et al, 2010; LIGHTFOOT; SLAUS & O’CONNELL, 2012; ROWAN, 2017; NICHOLSON et al, 2018; BOURBOU, 2019). De modo que acreditamos que o consumo de proteína oriunda de produtos piscícolas era mais elevado do que se supõe. As pistas são sobretudo bioarqueológicas e serão exploradas.

⁴⁰ Vide REMESAL-RODRÍGUEZ, 2002, p. 296; 2008, p. 158. No que se refere ao tema, é indispensável destacar a contribuição do professor José Remesal-Rodríguez, a cargo do famoso grupo de pesquisa espanhol CEIPAC (*Centro para el Estudio de la Interdependencia Provincial en la Antigüedad Clásica*).

bens alimentares no mundo antigo. As ânforas⁴¹ foram vocacionadas para o transporte marítimo e, por isso mesmo, constituem uma fonte primária para o estudo e quantificação do comércio romano (BOMBICO, 2017, p. 21). Quando falamos de ânforas, estamos nos referindo ao já aludido processo de conservação de alimentos, uma etapa da evolução das técnicas de preservação de alimentos, na qual a fermentação desempenhou um papel fundamental. Mas não só: as ânforas executaram as mesmas funções que esperamos das embalagens de hoje. Através desses recipientes, o vinho, o azeite e o *garum* puderam ser enviados para as tropas, residências e instituições. Essas embalagens foram fundamentais para o comércio de exportação. De modo semelhante ao icônico vasilhame de uma coca-cola, a ânfora era uma propaganda em si, servindo como “vendedores silenciosos”⁴² e capazes de transmitir informações sobre sua origem, tipo e classificação do conteúdo; era a garrafa da Antiguidade e muitas delas traziam dados os mais diversos. Do mesmo modo que as ânforas fazem parte dos primórdios da técnica do empacotamento, os *tituli picti*, grafitos e impressões que elas traziam devem ser entendidos como o protótipo da nossa moderna técnica de rotulagem. Defendemos, pois, que a comunicação que a embalagem transmite é parte de um sistema maior. As ânforas tinham também lacres herméticos, de forma a inspirar a “confiança na embalagem” (TWEDE, 2002, p. 98), garantindo que o invólucro não havia sido adulterado e que eventuais compradores estavam adquirindo um produto original, a materialização de seu desejo de consumo.

Acreditamos, também, que a disseminação da cultura do comércio de produtos alimentares trouxe em si um agente substancial de mudança no comportamento dos

⁴¹ O termo *amphora* foi também usado, em época romana, como medida de capacidade, substitutiva à atual tonelagem dos navios (TCHERNIA, 2011, p. 202). Saiba mais sobre ânforas em artigo anterior de minha autoria: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/nearco/article/view/35312/pdf>.

⁴² Para o campo de estudos do Marketing, a embalagem de qualquer produto deve atuar como um “vendedor silencioso” (*silent salesman*), disponibilizando informações sobre si mesma de modo a inspirar confiabilidade, tornando-se reconhecível e desejável para os consumidores.

nativos, um processo de aculturação insidioso, desencadeado pelas ânforas que transportavam comida através do Mediterrâneo. Antes, se alguém queria um produto, tinha que fabricar ou comprar de algum artesão nas proximidades. A partir de um dado momento histórico, passou a ser possível adquirir diversos gêneros alimentícios transportáveis por ânforas através do comércio de longa distância. Essas são as principais hipóteses que vão nortear nossa pesquisa. Observe, a seguir, as figuras 6, 7 e 8,⁴³ que trazem informações adicionais:

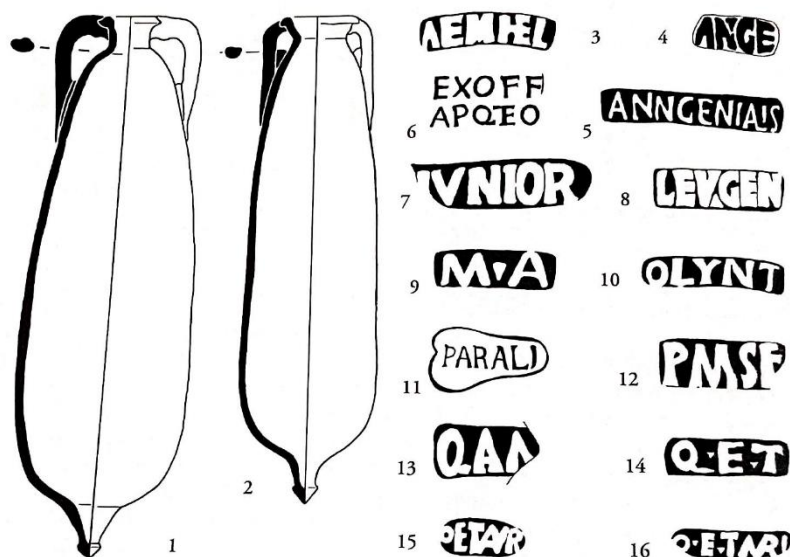
Figura 6: conjunto de ânforas encontrada em fábrica romana de salações, parte do acervo do “Museo Arqueológico Factoria Romana de Salazones de Puerto de Mazarrón”.



Disponível em: <http://www.mazarron.es/es/cultura/espacios-culturales-de-mazarron/factoria-romana-de-salazones/>. Acesso em 27/05/2017.

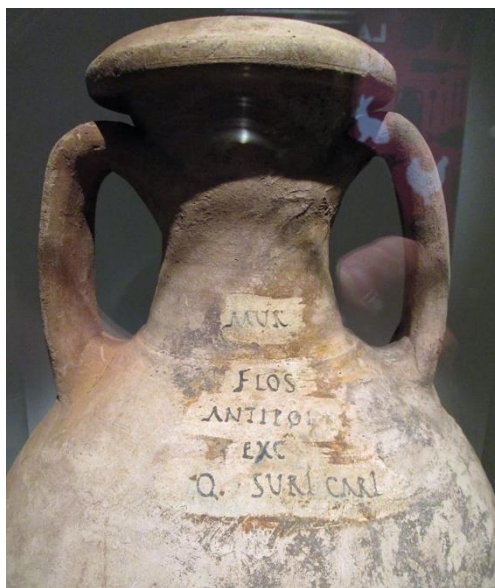
⁴³ Inscrição da figura 9: MUR(IA)/ FLOS/ ANTIPOL(ITANUM)/ EXC(ELLENS)/ Q(UINTI) SURI CARI (Flor de muria excelente proveniente de Antibes; negociante, Quintus Surus Carus).

Figura 7: representações de ânforas Almagro 50A descobertas nos naufrágios *Cabrera III* e *Planier 7* e suas respectivas marcas referentes às oficinas que as fabricaram.



Fonte da imagem: ETIENNE & MAYET, 2002, p. 138.

Figura 8: Ânfora de molho de peixe (garum), (ca. 70-100 d.C.)



Acervo do "Musée de l'Arles antique". Fonte da imagem:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=878268679209107&set=a.106598706376112&type=3&theater>. Acesso em 27/05/2017.

Garum: variantes e modo de fazer

Garum foi um nome genérico que abarcava as variações do produto. A melhor variedade era feita a partir das vísceras de atum, com seu sangue, fluidos e brânquias, salgados e deixados a fermentar por dois meses. Esta mistura foi chamada de *haimation* (“sangrenta”). Havia variedades para todos os bolsos. O material que restava após o líquido ter sido drenado, era o *allec* (ou *allex* ou mesmo *hallec*), usado como pasta de peixe ou condimento. A salmoura, em si, o fluido extraído do peixe pelo sal (nas palavras de Isidoro, “o sabor do mar”) - era chamado de *muria*, bem como o peixe preservado nele (Marcial, XIII, 103). *Liquamen* - assim chamado, segundo Isidoro, *porque os peixes menores se liquefaziam em suspensão na salmoura* (Etimologias, 20.3.20) - parece ter sido um termo genérico para todos esses molhos de peixe, especialmente após o primeiro século d. C., quando foi mencionado por Columela (IX. 14.3). Vejamos como faziam *garum*, pela leitura atribuída a Gargílio Marcial⁴⁴ do século III d.C.:

Escolha peixes de natureza gordurosa, como são os salmões, enguias, sável, sardinhas ou o arenque e os misture com ervas aromáticas secas e um composto salino. Prepare um vaso bem robusto e bem resinado com capacidade entre três a quatro módios, e adicione ervas secas bastante aromáticas, tanto da horta quando da fazenda, por exemplo, endro, coentro, erva-doce, aipo, segurelha, sálvia, arruda, menta, hortelã, ligústico, poejo, tomilho, orégano, vetônica, argemônia, entre outras, e as disponha no fundo do vaso em camada, em seguida, coloque os peixes; se pequenos, inteiros; se maiores, em pedaços. Sobre isso, adicione uma terceira camada de sal com dois dedos de altura. E, deste modo, vá alternando essa tripla camada, de ervas, peixe e sal de maneira sucessiva, até encher o vaso. A seguir, lacre com uma tampa a abertura do vaso e deixe de lado por sete dias. Após isto, mexa duas ou três vezes ao dia com uma vara de madeira

⁴⁴ Quinto Gargílio Marcial (*Quintus Gargilius Martialis*) foi um escritor romano do século III sobre horticultura, botânica e medicina. Ele foi identificado por alguns com o comandante militar de mesmo nome, mencionado em uma inscrição em latim de 260 por ter perdido a vida na colônia de Auzia na Mauretania Cesariensis (CIL, viii, 9047).

em formato de remo até o fundo, por vinte dias consecutivos. Após isto, decanta para o fundo um líquido, o qual se coleta para produzir *liquamen* ou mesmo *oenogarum* (Ps. Gargílio Marcial. *Fragmentos*, 62).⁴⁵

Outra boa descrição do preparo de *garum* está presente na *Geopônica*⁴⁶ (XX. 46). Segundo esta obra, a preparação envolve adicionar uma quantidade de sal às entranhas de peixes pequenos, tais como salmonetes, arenques ou anchovas (2 *sextarii* para um *modius* - esta é a única receita que fornece uma proporção - 1:8). Acrescenta que a mistura era então deixada para fermentar ao sol por diversos meses – uma forma de acelerar o processo - e então o *liquamen* era drenado. O material restante era o *allec*. Havia outros meios de acelerar o processo, que consistia aquecer o pescado em salmoura forte, adicionar *origanum* – orégano⁴⁷ e mexer até a mistura clarear para, em seguida, filtrar. Molhos de peixe foram misturados com mel, vinho, vinagre, óleo ou água do mar para fazer um molho cujo nome era composto pelas palavras de seus constituintes: por exemplo, *oenogarum* era a mistura de *garum* com vinho; ou *oleogarum* consistia na mistura de *garum* com azeite, e assim por diante. Apício tem cerca de trinta e uma receitas com *oenogarum* e cerca de vinte e sete referências a *liquamen* e *oleum* (CORCORAN, 1963, p. 206-210). Pretendemos explorar todos os derivados do *garum* na tese. Veja abaixo, na figura 9, a técnica de produção de *garum* da Geopônica, a partir de um vaso ou ânfora, em pequena escala.⁴⁸

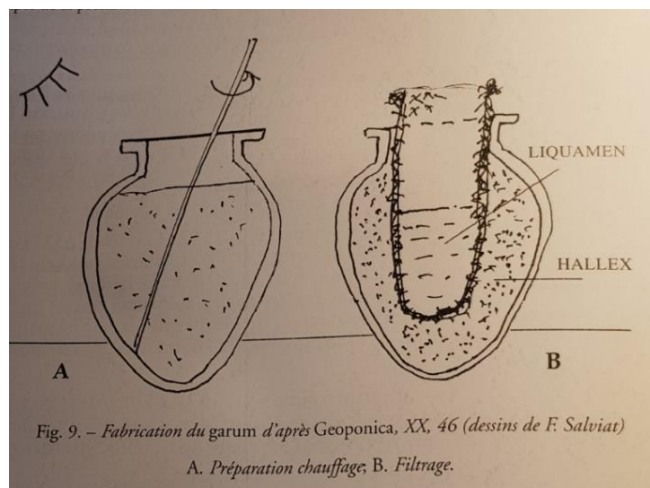
⁴⁵ Tradução da passagem integral feita pelo autor. Confira o texto original em latim em: <https://digiliblt.uniupo.it/xtf/view?query=&brand=default;docId=dlt000234/dlt000234.xml>. Acesso em: 13/01/2021, às 23:16h.

⁴⁶ A *Geopônica* ou *Geoponika* é uma obra em grego que reúne vinte livros, formando uma coleção que abrange 1500 anos de literatura e evolução científica. Compilada durante o século 10 em Constantinopla a mando do imperador bizantino Constantino VII Porfirogênio, a obra remete em grande parte à tradição agrícola do Império romano. A palavra grega *geopônica* significa “empresas agrícolas”.

⁴⁷ Galeno (III.24) dizia que o orégano modera o sabor de peixes oleosos e suculentos, tais como o salmonete cinzento.

⁴⁸ Esse detalhe é muito importante pois permitia que o *garum* fosse produzido em menor escala, de forma caseira. Há muitos registros que comprovam que, no decorrer da Idade Média, o *garum* continuou sendo consumido e mosteiros europeus produziam salações para autoconsumo (vide CARANNANTE, GIARDINO & SAVARESE, 2011).

Figura 9: desenho de Salviat demonstrando a fabricação de *garum* segundo *Geopônica*, XX, 46.

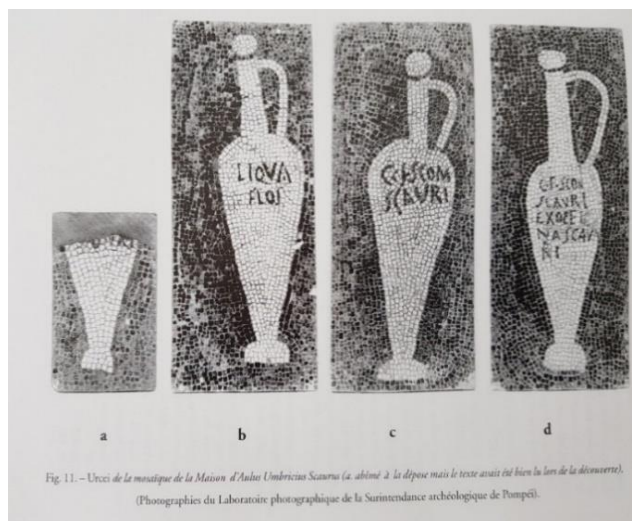


Fonte: Etienne & Mayet, 2002, p. 46.

Pompéia também era famosa por seu *garum* (Plínio, o Velho, *H.N.* XXXI. 95). Lá se encontra um mosaico, no átrio da casa de um rico produtor⁴⁹, representado vasos de alça única (*urceus*), usados para conter molho de peixe, com inscrições indicando seu conteúdo, iguais às inscrições pintadas (*tituli picti*) que encontramos nas ânforas originais: *G F SCO(M)*, *LIQUA FLOS*, e *LIQUAMEN OPTIMUM*, as inscrições eram tão comuns que eram abreviadas, por exemplo, *G(ari) F(los) SCO (mbri)*, “flor de *garum*, de cavala”. Embora este molho de peixe fosse considerado um dos mais caros, era o mais comum rótulo inscrito nas ânforas, que foram encontradas mesmo nas casas modestas. Parece que o melhor molho já não era tão caro e inacessível a partir do Principado. Observe, a seguir, a figura 10:

⁴⁹ *Aulus Umbricius Scaurus* foi o maior negociante de *garum* na cidade. Este se gabava da qualidade superior de seus produtos com as habituais hipérboles de um discurso de vendas: não apenas “melhor molho de peixe” (*liquaminis flos*), mas “melhor molho premium de peixe” (*liquaminis flos optimus*), ou “absolutamente o melhor molho de peixe” (*liquaminis floris flos*); ele alardeava a qualidade de seu *garum* feito de cavala pura, que era o mais conceituado (BEARD, 2008, p. 186).

Figura 10: mosaico de *urceus* da Casa de Aulus Umbricius Scaurus, Pompeia.



Fonte: Etienne & Mayet, 2002, p. 49.

Odores: percepções antigas e modernas

É oportuno abordar o tema da tolerância aos cheiros do passado, pois se trata de um empolgante campo de estudos que está ligado ao nosso de forma inextricável. Muitos odores que as pessoas hoje em dia considerariam intoleráveis, no passado foram inevitáveis e onipresentes (CHIANG, 2008, p. 405). Embora emanasse forte odor, desagradável para alguns, o *garum* nunca foi peixe putrefato. Ao contrário, foi o resultado da fermentação, na qual o sal e as enzimas quebram as moléculas orgânicas, transformando-as em compostos mais simples, alterando o processo de decomposição. Seu processamento é semelhante à manufatura de queijos, também famosa pelos odores marcantes.⁵⁰ A decomposição ocorre de forma controlada, não pela ação dos microrganismos e sim devido às enzimas proteolíticas (proteases) ativas que ocorrem de forma natural no trato digestivo do peixe, motivo pelo qual as vísceras eram incluídas na mistura. Estimulada pela exposição ao sol, a hidrólise enzimática

⁵⁰ Não por acaso, na França, muitos fabricantes e comerciantes de queijo se orgulham do aroma “marcante” de seus produtos, indicativo da qualidade de seus produtos.

(autólise) dissolve a proteína, num processo acelerado pelo peixe embalado em sal, que extrai água do tecido por osmose, produzindo uma salmoura que inibe a oxidação e a deterioração que começa assim que o peixe é abatido. Trata-se de um processo de pré-digestão, comparável ao cozimento, que torna a absorção dos nutrientes dos alimentos mais ampla pelo trato digestivo, o que comprova que a tecnologia de alimentos dos antigos era muito mais avançada do que os preconceitos do passado e do presente permitem supor.

Só a partir do século XIX foram introduzidas inovações tecnológicas substanciais, como a preservação industrial, a distribuição de alimentos refrigerados por transporte motorizado a longa distância, além da presença de refrigeradores e freezers em todas as residências, que mudaram por completo o manejo dos alimentos, em especial os do setor de pescado (SKARA, 2015, p. 19). Esse processo, associado a outros, mas de forma crescente, foram aumentando nossas exigências acerca da higiene e limpeza dos alimentos - e diminuindo a tolerância aos maus cheiros que eram onipresentes nas cidades até uma centena de anos atrás. De modo que, após eras de maus cheiros, a evolução tecnológica e cultural mudou a tolerância que as pessoas tinham quanto aos odores rançosos e fermentados (CORBIN, 1986, p. 86). Este tema também vai acompanhar nossas reflexões.

Garum: atravessando eras e culturas

Em suma, defendemos que a importância das salações de pescado para a alimentação dos antigos foi considerável, um alimento básico, indispensável fonte de proteínas que vinha do além-mar, suplementando aquela que era obtida através da pecuária e da caça. Como já dissemos, é necessário repensar a famosa “tríade alimentar mediterrânea” (trigo, vinho e azeite) sob uma configuração quaternária que incluía o *garum*. Sob essa ótica, o trigo representou a fonte de carboidratos, em associação com o vinho (por causa dos açúcares e do álcool); o azeite cumpriu seu

papel como fonte de lipídios; e o *garum* foi uma indispensável fonte de proteínas. A ânfora transportou três destes produtos e, por isso, se impõe como fonte primária da economia antiga, capaz de disponibilizar toda uma gama de informações e permitindo ao pesquisador transcender as fontes literárias e reescrever essa história com cores mais vibrantes.

Portanto, acreditamos que havia espaço para satisfazer alguns desejos de consumo a partir do Principado e as salações fizeram parte desse importante fenômeno histórico. O comércio de salações atingiu seu ápice entre os séculos II e IV d.C., mas não descreveu trajetória linear ascendente, teve altos e baixos. Após esse período, a produção de *garum* romano foi desaparecendo de forma paulatina, após as invasões e a queda do Império no Ocidente. Mas a iguaria sobreviveu no mundo bizantino, graças às ligações culturais diretas com a tradição helênico-romana. E nunca perdeu seu apelo na região do Mediterrâneo, onde foi consumido durante toda a Idade Média e Renascimento. Muitos mosteiros europeus continuaram produzindo salações para o autoconsumo. Isto porque a fermentação de peixes também ocorria em escalas menores, como já demonstramos. Além da já mencionada passagem de Isidoro em *Etimologias* (20, 3, 19), há outros indícios que, durante o período medieval, o *garum* continuou sendo produzido e sua demanda jamais desapareceu de todo, sobretudo no *limes* do Império, ao norte do Mediterrâneo.⁵¹ Vamos explorar esses rastros.

Hoje em dia, as salações persistem sob a forma de anchovas salgadas ou em pasta, com sabor diferente, porque agora as vísceras são removidas dos peixes antes de serem processadas, como roga a cultura ocidental. Algumas empresas na Itália e na Espanha surgiram recentemente e estão produzindo molhos de peixe com base em

⁵¹ Em latim medieval, *allec* (*alecium*, *allecum* etc.) refere-se ao arenque (*Clupea harengus*), fosse fresco, seco, defumado, salgado ou em conserva e disseminou-se no norte da Europa desde pelo menos 1031 d.C., data da primeira menção de *allec* em dicionários de latim medieval (CURTIS, 1984, p. 148). Descobertas relacionadas à atividade comercial dos *Negotiatores allecarii*, os comerciantes romanos de molho de peixe nas províncias do norte, oferecem fontes viáveis e vamos seguir essa trilha.

antigas receitas de *garum*.⁵² Além disso, como já mencionamos, muitas pesquisas acadêmicas experimentais têm sido feitas, tentando recriar o *garum* a partir das receitas que os antigos nos legaram.⁵³ Mas não só: diversos produtos modernos permitem traçar paralelos entre padrões de consumo antigos e modernos. Se em alguns locais do Ocidente o produto parece ter sido descontinuado, no Sudeste Asiático continuam produzindo molhos de peixe fermentado muito próximos ao *garum* antigo, tais como o *nuoc mam* do Vietnã e *naam-pla* da Tailândia, com enorme importância nutricional para a população.⁵⁴ Os escandinavos também têm um longo histórico de consumo de peixe fermentado, tais como o *surströmming* na Suécia, o *rakfisk* na Noruega, o *hákarl* na Islândia e o *Gammeldags modnede sild* na Dinamarca (SKARA, 2015: 18-23). Boa parte desses produtos estão ao alcance de qualquer consumidor, por meio do comércio eletrônico.

Diante destas questões, serão também exploradas as teorias gastronômicas que defendem que o apelo gustativo que o *garum* tinha para com os romanos repousa nas características intrínsecas do paladar humano: pesquisas recentes indicam que o sabor do molho de peixe foi identificado como um “quinto sabor” ao lado do doce, azedo, salgado e amargo. Esse sabor é chamado de “Umami”, cuja capacidade seria indicar que você tem um composto proteico muito nutritivo na sua boca e que você deve ingerir, apelo este que pode ser replicado com glutamato monossódico e que isso é explorado há décadas pelas multinacionais da indústria de alimentos. Ou seja, a trajetória histórica do *garum* não acabou e ainda há muito o que contar: os gostos evoluíram, a incidência geográfica mudou, o produto se diversificou, mas continua entre nós. Persiste em sua trajetória histórica e precisamos investigá-lo mais a fundo,

⁵² Há um produto italiano que se diz herdeiro direto do *garum* romano: trata-se do famoso *Colatura di alici di cetara*. Saiba mais em: <http://www.delfinobattistasrl.it/la-colatura/>.

⁵³ Vide COMIS, 2009; CARANNANTE, GIARDINO & SAVARESE, 2011; GRAINGER, 2012; MOURITZEN & STYRBAEK, 2014; MOURITSEN et al, 2017; REDZEPI et al, 2018, entre outros.

⁵⁴ GRIMAL & MONOD, 1952: 31, CURTIS, 2009; SKARA, 2015.

de modo que vamos desenvolver uma abordagem multidisciplinar de maneira a destacar as semelhanças e diferenças das práticas sociais e econômicas através dos tempos.

Referências Bibliográficas

Documentação

APÍCIO. *Sobre a culinária*. Veja em: Apicius. *De Re Coquinaria*. Disponível em:

<http://penelope.uchicago.edu/Thayer/e/roman/texts/apicius/home.html>. Acesso em 23/04/2019, às 16:52h.

CATÃO, Marco Pórcio. *Da agricultura*. Veja em: Cato: *De Agricultura*. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Cato/De_Agricultura/home.html. Acesso em 23/04/2019, às 16:58h.

CELSE (Aulo Cornélio Celso). *Sobre a medicina*. Veja em: Celsus. *De Medicina*. Disponível em: <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Celsus/home.html>. Acesso em 23/04/2019, às 17:05h.

CÍCERO (M. Tullius Cicero). *Dos deveres*. Veja em: Cicero. *De Officiis*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2007.01.0048>. Acesso em 23/04/2019, às 17:20h.

COLUMELA. *Os trabalhos do campo*. Veja em: L. Iunius Moderatus Columella. *De Re Rustica*, Livro XII. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/columella/columella.rr12.shtml>. Acesso em 23/04/2019, às 17:25h.

DEUTERONOMY 14. *Clean and Unclean Food*. Disponível em: <https://www.biblegateway.com/passage/?search=Deuteronomy%2014&version=NIV>. Acesso em 23/04/2019, às 17:30h.

DIOSCÓRIDES (Pedânio Dioscórides de Anazarbo). *Materiais da medicina*. Veja em: “De Materia Medica” por Dioscórides. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/10632/>. Acesso em 23/04/2019, às 17:23h.

ÉSQUILO. *Proteu*. Veja em: *Aeschylus II: the Oresteia, Agamemnon, the Libation bearers, the Eumenides*. Translated by Richmond Lattimore; *Proteus* (fragments)

translated by Mark Griffith. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2013.
(versão em epub).

GALENO. *As faculdades dos Alimentos*. Veja em: Galen. *On the Properties of Foodstuffs* ("De alimentorum facultatibus"). Introduction, translation, and commentary by Owen Powell. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GARGÍLIO MARCIAL (Quinto Gargílio Marcial). *Fragmentos*. Veja em: Gargilius Martialis, Ps., *Fragmenta*. Disponível em: <https://digiliblt.uniupo.it/xtf/view?query=;brand=default;docId=dlt000234/dlt000234.xml>. Acesso em 23/04/2019, às 17:30h.

GEOPÔNICA. *Geoponika farm work: a modern translation of the Roman and Byzantine farming handbook*, by Andrew Dalby. Totnes: Prospect Books, 2011.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologias* (ou *Origens*). Veja em: Isidore of Seville. *The Etymologies* (or *Origins*). Liber XX. Disponível em: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Isidore/20*.html. Acesso em 23/04/2019, às 17:35h.

LEVITICUS 11. *Laws about Animals for Food*. Disponível em: <https://www.biblegateway.com/passage/?search=Leviticus%2011&version=NASB>. Acesso em 23/04/2019, às 17:40h.

MARCIAL (Marco Valério Marcial). *Epigramas*. Veja em: Martial. *Epigrams*. Disponível em: https://www.loebclassics.com/view/martial-epigrams/1993/pb_LCL480.217.xml?readMode=reader. Acesso em 23/04/2019, às 17:45h.

PLAUTO (T. Maccius Plautus). *O cabo*. Veja em: Plautus. *Rudens*. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/plautus/rudens.shtml>. Acesso em 23/04/2019, às 17:40h.

PLÍNIO, O VELHO. *História Natural*, Livro XXXI. Veja em: Pliny the Elder. *Natural History*, 31. Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/L/Roman/Texts/Pliny_the_Elder/31*.html. Acesso em 23/04/2019, às 17:45h.

QUINTILIANO (Marcus Fabius Quintilianus). *Instituições oratórias*, livro 8. Veja em: Quintilian. *Institutio Oratoria*, Book 8. With an English translation by Harold Edgeworth Butler. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1922. Disponível em:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3atext%3a2007.01.0065%3abook%3d8>. Acesso em 23/04/2019, às 17:45h.

SÊNECA. Epístolas. Veja em: L. Annaei Senecae. *Epistularum Moraliū ad Luciliū*, Liber XIV et XV. Disponível em: <https://www.thelatinlibrary.com/sen/seneca.ep14-15.shtml>. Acesso em 23/04/2019, às 17:49h.

SÓFOCLES. *Triptólemo*. Veja em: *Sophoclean fragments emended by Richard Johnson Walker*. London: Burns, Oates & Washbourne, 1921. Disponível em: <https://archive.org/details/sophocleanfragme00sophrich>. Acesso em 23/04/2019, às 21:34h.

Bibliografia:

ALLEN, Gary. *Sauces reconsidered: après Escoffier*. Lanham Rowman & Littlefield, 2019.

BEKKER-NIELSEN, T. *Fishing in the ancient economy*. In: K. Ascani et al. (eds.), *Ancient History Matters. Studies presented to Jens Erik Skydsgaard on His Seventieth Birthday* (Analecta Romana Instituti Danici, Supplementum, 30). Rome, 2002, p. 29-37.

BERDOWSKI, Piotr. *Garum of Herod the Great (Latin-Greek inscription on the amphora from Masada)*. *Analecta Archaeologica Ressoviensia* 1, 2006, p. 239-257.

BERNAL CASASOLA, Darío. *Garum in context: new times, same topics in the post-Ponsichian era*. In: *The Inland Seas: towards an ecohistory of the Mediterranean and the Black Sea*. Tønnes Bekker-Nielsen and Ruthy Gertwagen (eds.). Stuttgart: Franz Steiner Verlag. 2016, p. 187-214.

BOMBICO, Sónia A. R. *Economia marítima da Lusitânia romana: exportação e circulação de bens alimentares*. Tese (doutorado). Évora, Universidade de Évora, 2017.

BOTTÉRO, Jean. *Textes culinaires mésopotamiens = Mesopotamian culinary*. (Mesopotamian civilizations; 6). Winona Lake (Indiana): Eisenbrauns, 1995.

BOURBOU, Chryssi. *The bioarchaeology of Roman diet*. In: *The Routledge handbook of diet and nutrition in the Roman world*. Paul Erdkamp and Claire Holleran (eds.). London; New York: Routledge, 2019, p. 77-90.

CARANNANTE, A.; GIARDINO, C; SAVARESE, U. *Alla ricerca del garum: la "colatura di alici" della costiera amalfitana (V Campania): una testimonianza delle antiche salse di pesce del mediterraneo*. In: *BAR International Series 2235*. Oxford, UK: Archaeopress, 2011, p. 69-79.

CHENERY et al. 'Strontium and stable isotope evidence for diet and mobility in Roman Gloucester, UK', *Journal of Archaeological Science* 37, 2010, p. 150–163.

CHIANG, Connie Y. *The nose knows: the sense of smell in American History*. *The Journal of American History*, September 2008, p. 405-416.

CORBIN, Alain. *The foul and the fragrant: odor and the French social imagination* (trad. of *Le miasme et la jonquille: l'odorat et l'imaginaire social, XVIIIe-XIXe siècles*). Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.

CORCORAN, Thomas H. *The Roman fishing industry of the late Republic and early Empire*. *The Classical Journal*, Vol. 58, No. 5, 1963, p. 204-210.

CURTIS, Robert I. *Garum and salsamenta: production and commerce in materia medica*. Leiden: Brill, 1991.

_____. "Negotiatores Allecarii" and the herring. *Phoenix*, vol. 38, nº 2, Summer 1984, p. 147-158.

_____. *Product identification and advertising on Roman commercial amphorae*. *Ancient Society*, 17(0), 1986, p. 209–228. doi:10.2143/as.17.0.2011380

_____. *The production and commerce of fish sauce in the Western Roman Empire: a social and economic study*. Ann Arbor, Michigan: University Microfilms International, 1979.

_____. *Umami and the foods of classical antiquity*. *Am J Clin Nutr* 2009; 90 (suppl): 712s–8s.

EDMONSON, J. C. *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: B.A.R.- I.S. 362, 1987.

EJSTRUD, Bo. *Size matters: estimating trade of wine, oil and fish-sauce from Amphorae in the First Century AD*. In: *Ancient fishing and fish processing in the Black Sea region*. Tonnes Bekker-Nielsen (ed.). Aarhus (Denmark): Aarhus University Press, 2005, p. 171-182.

ETIENNE, Robert; MAYET, Françoise. *Le garum à Pompéi. Production et commerce*. In: *Revue des Études Anciennes*. Tome 100, nº1-2. Centenaire de la revue, 1998, p. 199-215.

FABIÃO, Carlos. *A exploração de recursos marinhos na Lusitânia romana: balanço dos conhecimentos e perspectivas da investigação*. In: *Historia de la pesca en el ámbito del*

estrecho. I Conferencia internacional, (Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004), Cádiz, 2006, p. 489-529.

_____. *Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitânia*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 17, Oeiras, Câmara Municipal, 2009, p. 555-594.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar. *Sobre os conteúdos das ânforas lusitanas*. In: Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993, p. 995-1016.

FRUTOS REYES, Gregorio; MUÑOZ VICENTE, Angel. *La industria pesquera y conservera púnico-gaditana*. Spal. Revista de Prehistoria y Arqueología, vol. 5, 1996, p. 133-165.

FUNARI, P. P. A. *A anforologia: uma nova disciplina arqueológica*. In: Revista de História, S.P., nº 118, 1985, p.161-170.

_____. *Dressel 20 amphora inscriptions found at Vindolanda: the reading of the unpublished evidence*. In: V.A. Maxfield & M.J. Dobson (eds), Roman Frontier Studies 1989. Exeter: University of Exeter Press, 1991, p. 65-72.

_____. *Estudo tipológico das ânforas béticas (Dressel 20) de CA. 149 d.C.* Dédalo, S.P., 1987, p. 209-233.

GARCIA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. *Roma y la producción de garvm y salsamenta en la costa meridional de Hispania, estado actual de la investigación*. In: Arqueología de la pesca en el Estrecho de Gibraltar: de la Prehistoria al fin del Mundo Antiguo. D. Bernal Casasola (ed.). Cádiz: Univ. de Cádiz, 2009, p. 133-182.

GARCIA Y BELLIDO. Antonio. *Las colonizaciones púnica y griega en la Península Ibérica*. Madrid: In: IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas, 1954.

GRAINGER, S. *What's in an Experiment? Roman Fish Sauce: an experiment in Archaeology*. 1/2012. Disponível em: <https://exarc.net/issue-2012-1/at/whats-experiment-roman-fish-sauce-experiment-archaeology>. Acesso em 19/08/2019, às 20:38h.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The corrupting sea: a study of Mediterranean history*. Oxford (UK): Blackwell, 2000.

JACOBSEN, Anne Líf Lund. *The reliability of fishing statistics as a source for catches and Fish Stocks in Antiquity*. In: Ancient fishing and fish processing in the Black Sea region.

Tonnes Bekker-Nielsen (ed.). Aarhus (Denmark): Aarhus University Press, 2005, p. 97-104.

KÖHLER, H.K.E. *Recherches sur l'histoire et les antiquités des pêcheries de la Russie méridionale*. In: Mémoires de l'Académie Impériale de Sciences de St Peterburg, 6e série, t. 1. St. Petersburg, 1832.

KRON, Geoffrey. *Food production*. In: The Cambridge Companion to the Roman Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 156-174.

LAGÓSTENA BARRIOS, L. *Cetariae Gaditanae: la industria pesquero-conservera gaditana en época romana*. In: Dialogues d'histoire ancienne, vol. 27, n°2, 2001. pp. 91-104.

_____. *Nuevas consideraciones sobre la "societas cetariorvm gadianorum"*. In: Baetica Renascens / José María Maestre Maestre (eds., et al.), 2014, p. 93-108.

_____. *Sobre la elaboración del garum y otros productos piscícolas en las costas béticas*. Mainake, XXIX, 2007, p. 273-289. ISSN: 0212-078-X.

LIGHTFOOT, E.; SLAUS, M.; O'CONNELL, T.C. *Changing cultures, changing cuisines: cultural transitions and dietary change in Iron Age, Roman, and early medieval Croatia*. American Journal of Physical Anthropology 148, 2012, p. 543–556.

MARZANO, A. *Fish and fishing in the Roman world*. Journal of Maritime Archaeology, 13 (3), 2018, p. 437-447.

MAURA, Maria José N. *Garum, Rome's Funky Fish Sauce*. National Geographic History, Jan/Feb, 2018, p. 12-15.

MONTENERI, Mário. *História de pescador*. Blog dos Subalternos e Populares na Antiguidade. Disponível em <www.subalternosblog.com>. Acesso em: 31 de julho, às 12:47h, 2019.

MOURITSEN, O. G.; STYRBAEK, K. *Umami: unlocking the secrets of the fifth taste*. New York: Columbia University Press, 2014.

MOURITSEN, O. G. et al. *Flavour of fermented fish, insect, game, and pea sauces: Garum revisited*. International Journal of Gastronomy and Food Science, n. 9, 2017, p. 16–28

MÜLDNER, G.; RICHARDS, M.P. *Stable isotope evidence for 1500 years of human diet at the city of York, UK*. American Journal of Physical Anthropology 133, 2007, p. 682–697.

MUÑOZ VICENTE, A.; FRUTOS REYES, G.; BERRIATÚA, N. *Contribución a los orígenes y difusión comercial de la industria pesquera y conservera gaditana a través de las recientes aportaciones de las factorías de salazones de la Bahía de Cádiz*. In: Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, Ceuta 1987, tomo i, Madrid, 1988, p. 487-508.

NICHOLSON, R. et al. From the Waters to the Plate to the Latrine: Fish and Seafood from the Cardo V Sewer, Herculaneum. *Journal of Maritime Archaeology* (2018) 13:263-284. <https://doi.org/10.1007/s11457-018-9218-y>.

PEACOCK, D.P.S; WILLIAMS, D.F. *Amphorae and the Roman economy*. London; New York: Longman, 1986.

PONSICH, M. *Aceite de oliva y salazones de pescado: factores geo-económicos de bética y Tingitania*. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1988.

_____. *A propos d'une usine antique de salaisons à Belo (Bolonía-Cádiz)*. In: Mélanges de la Casa de Velázquez, tome 12, 1976, p. 69-79.

PONSICH, M.; TARRADELL, M. *Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée occidentale*. Bibliothèque de l'École des Hautes Études Hispaniques, 36, Paris, 1965.

POZZER, Kátia. *Os mesopotâmicos tinham fome de quê? Literatura, cultura material e outras histórias*. Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v. 2, n. 2, dezembro, 2017. p. 137-152.

REDFERN, R. C. et al. *Temporal changes in diet: a stable isotope analysis of Late Iron Age and Roman Dorset, Britain*. *Journal of Archaeological Science* 37, 2010, p. 1140–1160.

REDZEPI, R. et al. *The Noma guide to fermentation: foundations of flavor*. New York: Artisan, [2018].

REMESAL RODRÍGUEZ, Jose. *La Annona militaris y la exportación de aceite bético a Germania*. Madrid: Editorial de La Universidad Complutense, 1986.

_____. *La bética en el concierto del Imperio romano*. Discurso leído el día 13 de marzo de 2011 [...]. Madrid: Real Academia de la Historia, 2011.

_____. *Producción y comercio del aceite, del vino y los salazones en la España romana*. In: Historia económica de España en la Antigüedad / coord. por José María Blázquez Martínez, 2011, p. 193-234.

_____. *Cuestiones en torno a la epigrafía anfórica de la bética*. In: Amphores romaines et histoire économique. Dix ans de recherche. Actes du

colloque de Sienne (22-24 mai 1986) Rome: École Française de Rome, 1989, p. 489-503.

ROWAN, Erika. Sewers, Archaeobotany, and Diet at Pompeii and Herculaneum. In: *The Economy of Pompeii*. Miko Flohr & Andrew Wilson (eds.). Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 111-134.

SKARA, Torstein et al. *Fermented and ripened fish products in the northern European countries*. Elsevier: *Journal of Ethnic Foods* 2, 2015, p.18-24.

TWEDE, Diana. *Commercial Amphoras, earlier consumer packages?* *Journal of Macromarketing* (Sage Publications), vol. 22, nº 1, Jun 2002, p. 98-108.

WILKINS, John; NADEAU, Robin. *Introduction*. In: *Companion to food in the ancient world*. edited by John Wilkins and Robin Nadeau. Oxford: Wiley & Sons, 2015, p. 1-16.

WILSON, A. *Urban production in the Roman world: the view from North Africa*. In: *Papers of the British School at Rome*, vol. 70, 2002, p. 231-273.

O Poder de *Eros* e a Deficiência de *Phronesis*: a imagem de si de Hêmon e Creonte Lida a Partir do *Agon*, no Terceiro Episódio da Tragédia *Antígona* (442/0 a.C.), de Sófocles.

The power of Eros and the deficiency of phronesis: the ethos of Haemon and Creon read from the agon in the third episode of Sophocles' Antigone (442/0 B.C.).

Rodrigo de Miranda¹

¹ Licenciado (2018) e Mestre (2021, bolsista CNPq) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de cultura e representações, sob orientação do prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas. Atualmente, é professor de redação e cursa Letras – Francês na Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisa a recepção da antiguidade na obra de Albert Camus. Contato: rodrigodemiranda1925@gmail.com.

DOI: 10.12957/nearco.2021.61648

Resumo

O presente trabalho, fruto de dissertação de mestrado, apresenta e discute alguns elementos que compõem a imagem de si dos agentes Creonte e Hêmon na disputa argumentativa do terceiro episódio da tragédia *Antígona* (442/0 a.C.), de Sófocles (496 – 406/5 a.C.). A hipótese levantada é a da mutabilidade de imagem de si projetada pelos agentes ao longo do desenvolvimento da trama. Para tanto, são analisadas as *rhêseis* de ambos agentes. Pelo caráter judiciário da contenda, optou-se pela utilizar como elemento norteador o conceito de *êthos* a partir da *Retórica*, de Aristóteles, marcando uma aproximação entre tragédia e retórica a partir da linguagem. Conclui-se que os agentes passam por um processo de transformação de seus *êthe*: Creonte passa a apresentar uma imagem que se caracteriza pela deficiência de temperança em detrimento da imagem de orador e estadista experiente no uso da palavra; Hêmon, inicialmente caracterizado pela moderação, sucumbe à potência de Eros.

Palavras-chave: Tragédia. Sófocles. *Antígona*. *êthos*.

Abstract

The present work, the result of a master's thesis, presents and discusses some elements that make up the self-image of the agents Creon and Hemon in the argumentative

dispute of the third episode of Sophocles' (496 – 406/5 B.C) *Antigone* (442/0 BC). The hypothesis raised is that of the mutability of the image of the self-projected by agents throughout the development of the plot. Therefore, the *rhêseis* of both agents are analyzed. Due to the judicial nature of the dispute, the concept of ethos based on Aristotle's *Rhetoric* was used as a guiding element, marking an approximation between tragedy and rhetoric based on language. It is concluded that the agents go through a process of transformation of their *êthe*: Creon starts to present an image that is characterized by a lack of temperance to the detriment of the image of an experienced speaker and statesman in the use of the word; Haemon, initially characterized by moderation, succumbs to the potency of Eros.

Keywords: Tragedy. Sophocles. Antigone. *Êthos*.

Introdução

O que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. [...]. A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação (VERNANT, 1984, p. 34).

Há mais de dois milênios o drama de Sófocles é celebrado com genuíno entusiasmo pelos estudiosos do pensamento e das artes helênicas, recebendo diversas interpretações ao longo do tempo. Hegel (1992), um dos grandes pensadores do XIX, na sessão “A razão analisando as leis” da sua *Fenomenologia do Espírito*, encontrou no trágico fundamentação para sua crítica da trajetória da ética enquanto coisa-em-si, universal e absoluta (HEGEL, 1992, c-437). Por outro lado, segundo o já clássico Werner Jaeger (2013), na década de trinta do século XX, em sua obra sobre o que chamou de a formação do homem grego, o poeta foi considerado o mais perfeito trágico, simbolizando o apogeu do drama grego, “[...] não só pelo classicismo, mas também pela Antiguidade toda [...]”, “[...] pelo rigor da sua forma artística e pela sua luminosa objetividade” (JAEGER, 2013, p. 317). Para o helenista Bernard Knox (1964), um dos mais expoentes estudiosos da dramaturgia sofocliana no século XX, a apresentação de um dilema trágico como método dramático parece ter sido uma invenção de Sófocles (KNOX, 1964, p. 1). Já Kathrin Rosenfield (2006) aponta Sófocles como o mestre da ironia trágica pela

sua habilidade de expressar “o descompasso entre a vontade humana e o destino [...]”, pois os heróis de Sófocles “dizem sempre mais do que pretendem [...]” (ROSENFELD, 2006, p. 11-12). Por comportarem temas amplos, complexos e que representam de maneira tão singular e imaginativa o confuso quebra-cabeça das relações sociais num ambiente comum – a saber, a cidade –, não é estranho que os trímetros jâmbicos do poeta de Colono sigam a ressoar pela vida contemporânea com as interpretações e apropriações das mais diversas.

No presente trabalho, fruto de dissertação de mestrado, apresenta-se e discute-se alguns elementos que compõem a imagem de si dos agentes Creonte e Hêmon na disputa argumentativa do terceiro episódio da tragédia *Antígona* (442/0 a.C.), de Sófocles (496 – 406/5 a.C.). Uma possível leitura da fonte pode ser feita a partir do caráter judiciário das contendas argumentativas presentes no drama⁵⁵. Portanto, a hipótese levantada é a da mutabilidade de imagem de si projetada pelos agentes ao longo do desenvolvimento da trama. Dessa forma, optou-se pela utilizar como elemento norteador o conceito de *êthos* a partir da *Retórica*, de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), marcando uma aproximação entre tragédia e retórica a partir da linguagem. O *êthos*, como bem entendido por Aristóteles, se desenvolve, precisamente, no *momento* da fala. Portanto, a análise é fundada na hipótese segundo a qual é possível descrever mais de uma imagem de si das personagens – i.e., para uma compreensão do *êthos* dos agentes dramáticos, é possível que se examine cada episódio em particular. A imagem de si é marcada por sua mutabilidade. Portanto, advoga-se que uma leitura holística do *êthos* pode não dar conta de compreender a construção multifacetada das faces trágicas das personagens sofocianas.

Os “recortes” escolhidos são as *rhêseis*⁵⁶ do *agôn* – aqui entendido como debate⁵⁷ – do terceiro episódio, onde Hêmon busca dissuadir Creonte de sua decisão

⁵⁵ A discussão metodológica sobre a aplicabilidade da noção de *êthos* retórico pode ser conferida em de Miranda (2021).

⁵⁶ María Reguero, em sua tese sobre a relação entre tragédia e retórica na Atenas clássica, define a *rhêsis* (no plural *rhêseis*) como “[...] um conjunto de versos recitados, de certa extensão e relativa independência temática, por um personagem. Teoricamente se pode considerar que formam uma *rhêsis*

de condenar a heroína que dá nome ao drama à morte. Conclui-se que os agentes passam por um processo de transformação de seus *éthe*: Creonte passa a apresentar uma imagem que se caracteriza pela deficiência de temperança em detrimento da imagem de orador e estadista experiente no uso da palavra; Hémon, inicialmente caracterizado pela moderação, sucumbe à potência de Eros. A premissa que justifica o interesse de analisar um elemento da arte retórica⁵⁸ – a saber, o *êthos* – em uma obra de dramaturgia é a experiência ateniense da democracia, a importância do *lógos* – aqui entendido como palavra e discurso racional – e a oralidade.

A disputa agônica entre Creonte e Hemon

No verão de 1870, o jovem professor de filologia clássica Friedrich Nietzsche ministrou, na Universidade da Basileia, dez aulas sobre o grande tema tragédia grega.

as falas que ultrapassam os cinco ou seis versos, sempre que estão claramente articulados [em si]” (REGUERO, 2007, p. 21. Tradução minha). Se pode concebê-las em oposição à *stichomythía*, uma conversação marcada por versos curtos entre as personagens trágicas. Cf. também GOLDHILL, 2003, p. 127.

⁵⁷ Partindo da premissa da irresolução essencial dos conflitos, uma vez que a tragédia é a manifestação de desacordos pluralísticos tratados como valores absolutos (APFEL, 2011), neste trabalho há a apropriação do entendimento de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts Tyteca, em seu *Tratado da argumentação*, e as cenas que tomadas como objeto de análise (prólogo, segundo e terceiro episódios) são chamadas de debates. Os autores partem de uma diferenciação essencial entre discussões e debates. Entendem as discussões como situações de confronto argumentativo nas quais “os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido. [...] Supõe-se que os interlocutores, na discussão, não se preocupam senão em mostrar e provar todos os argumentos, a favor ou contra, atinentes às diversas teses em presença. A discussão, levada a um bom termo, deveria conduzir a uma conclusão inevitável e unanimemente admitida [o que não significa, cabe acrescentar, inequivocamente verdadeira], se os argumentos, presumidamente com o mesmo peso para todos, estivessem dispostos como que nos pratos de uma balança. *No debate, em contrapartida, cada interlocutor só aventaria argumentos favoráveis à sua tese e só se preocuparia com argumentos que lhe são desfavoráveis para refutá-los ou limitar-lhes o alcance.*” (PERELMAN; TYTECA, 2014, p. 41-2. Grifo meu).

⁵⁸ A relação entre tragédia e retórica é bastante discutida desde os anos 1980. A título de exemplo, é possível citar os estudos de GOLDHILL, 1986; GARNER, 1987; HALL, 1995; HALLIWELL, 1997; JOHNSTONE, 2000; GASTALDI, 2003 e 2004; e REGUERO, 2007. Em nível nacional, conferir especialmente OLIVEIRA, 2001; e DAGIOS, 2012. Esta discussão é apresentada de maneira pormenorizada em minha dissertação de mestrado (DE MIRANDA, 2021).

Estas aulas foram compiladas e publicadas sob o título *Introdução à tragédia de Sófocles*. Dentre as ideias que contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas posteriores, e das interpretações de classicistas renomados como Wilamowitz e Lesky – seja como crítica contumaz (GROHT, 1950) ou como reconhecimento de valor (LESKY, 2015) –, está o entendimento do autor sobre o papel do coro no drama sofocliano. De acordo com Nietzsche,

O coro abandona o estreito círculo da ação, para se estender sobre o passado e o futuro, sobre o humano em geral, para extrair os grandes resultados da vida. Ele faz isso com o pleno poder da fantasia, com uma ousada liberdade lírica, acompanhada de todo o poder sensível do ritmo e da música. O coro *purifica* a poesia dramática, na medida em que separa a reflexão da ação, e por meio dessa separação ele mesmo se arma com força poética (NIETZSCHE, 2006, p. 68).

O coro possibilitou ao poeta de Colono elevar toda a linguagem poética: ele trazia serenidade à tragédia, “[...] interrompendo a violência dos afetos. O ânimo dos espectadores deve conservar sua liberdade em meio às ações de maior impacto. Não devemos nos misturar com o tema” (NIETZSCHE, 2006, p. 69). Dessa forma, o coro suscitaria o que o filósofo denomina como uma contemplação estética involuntária, uma vez que torna possível a separação, de um lado, dos efeitos (e, por efeitos, deve-se lembrar o entendimento aristotélico, na *Poética*) – altamente patéticos –, e, de outro, das ações do tema do enredo: o coro impede o amálgama da ação com o tema. A partir desse entendimento, com o qual comungo, começa-se a análise das *rhêseis* do terceiro episódio com o evento que o antecede, isto é, o segundo estásimo.

As primeiras estrofe e antístrofe são marcadas pela rememoração dos terríveis eventos que assolaram a casa de Édipo, abalada pelos deuses, com um dito que antecede a narração: “felizes os que não provaram na vida a desgraça” (v. 583). As gerações posteriores a Lábdaco, impossibilitadas de atingirem a redenção, acumulam

malefícios que correm em seu sangue. É salientado o funesto desfecho de Antígona, marcado pela *lógon t' ánoia*, sua “linguagem oca de sentido” na tradução de Trajano Vieira ou “*mindlessness in speech*” na de Richard Jebb. Em 626-30⁵⁹, o coro anuncia a entrada de Hêmon no palco: “Eis aí vem Hêmon: dentre os teus filhos é ele o último nascido. Vem acabrunhado. Talvez pelo destino que espera Antígone, sua jovem noiva; ou virá chorando as já desfeitas núpcias” (SÓFOCLES, Antígona, v. 626-30)⁶⁰.

Neófito, *néaton génnem'*, dentre os descendentes de Meneceu – este elemento será de fundamental importância nesta análise: marcar a juventude de Hêmon com parte constituinte e fundamental na construção de seu *êthos*. Nesta passagem, o coro antecipa as razões que farão o agente argumentar contra seu pai: sua lamentação pelo destino de Antígona, sua noiva; e o desfazimento de seu matrimônio – que faria do jovem, conseqüentemente, o rei de Tebas: um motivo não mencionado, embora dedutível. A antecipação é rechaçada por Creonte com elementos que são de grande valor para a narrativa que seguirá: “Creonte. Dispensar adivinhos: logo o saberemos. Filho, acaso vens enfurecido pela. Ordem de teu pai contrária à tua noiva? Faça o que fizer, sou tu amigo, ou não”? (SÓFOCLES, Antígona, v. 631-4).⁶¹

De forma mais literal, veja-se a tradução de Maria Helena: “em breve o saberemos, e por forma mais segura que a adivinhação”. É interessante notar a recusa de Creonte em dispensar o que atribui, possivelmente com certo ar de troça, mas manifestamente com certo quê de desprezo, a antecipação do coro. Talvez se possa pensar o uso do termo *mántis* não como um recurso gratuito, mas talvez como uma tentativa do poeta de antecipar a cena em que o rei recebe a visita de Tirésias em seu

⁵⁹ Salvo quando mencionado, as traduções das citações a *Antígona* são de autoria de Guilherme de Almeida.

⁶⁰ No original: ὅδε μὴν Αἴμων, παίδων τῶν σῶν/ νέατον γέννημ': ἄρ' ἀχνύμενος/ τάλιδος ἦκει μόρον Ἀντιγόνης,/ ἀπάτης λεχέων ὑπεραλγῶν.

⁶¹ No original: τάχ' εἰσόμεσθα μάντεων ὑπέρτερον./ ὦ παῖ, τελείαν ψῆφον ἄρα μὴ κλύων/ τῆς μελλονύμφου πατρί λυσσαίνων πάρει;/ ἢ σοὶ μὲν ἡμεῖς πανταχῇ, δρῶντες φίλοι;

palácio. A tradução de Jebb é esclarecedora nesse sentido: “*we will soon know better than seers could tell us*”. O “melhor que”, *better than*, já pode ser um indício do despreço do rei em não reconhecer o conhecimento além-humano do adivinho, o que constitui uma marca indelével de seu caráter inflexível até o momento do desenlace.

Creonte indaga o filho a respeito de suas intenções: virá enfurecido? Virá *sem ouvir* ao edito? Ou demonstrará lealdade em todos os atos paternos? De qualquer forma, antes de sua *rhêsis*, Creonte procura juntar elementos suficientes para ter uma garantia sobre a lealdade do filho, o que se confirma na fala do jovem: “Hêmon: Pai, sou teu. E tu, com teus conselhos úteis; Sempre me guiaste, e eu sempre hei de segui-los. Para mim, não há núpcia alguma que valha; A sabedoria com que me conduzes” (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 635-638)⁶².

A postura de Hêmon sugere não apenas que é um filho devoto e obediente, mas, além disso, demonstra a importância do pai na condução das suas próprias ações. A *gnômē* do pai é, nesta fala, o imperativo que norteia de sobremaneira as ações do filho. Ademais, pouco importa seu casamento, *gámos*, comparado com a importância do reto juízo do pai. Hêmon procura, com sagaz escolha de palavras, captar a benevolência de Creonte antes de introduzir qualquer argumento: é possível ler, portanto, não apenas a imagem de si de um filho abnegado em relação aos próprios interesses, diferente do que julgou o coro quando da entrada do jovem em cena, mas também uma tentativa de acalantar a cólera de seu pai através do elogio de seus sábios pensamentos/conselhos⁶³. Segue a isso a *rhêsis* de Creonte, que se analisa de forma fracionada a fim de que se possa conceder a devida atenção a alguns de seus recursos oratórios e argumentos.

⁶² No original: πάτερ, σός εἰμι, καὶ σύ μοι γνώμας ἔχων/ χρηστὰς ἀπορθοῖς, αἷς ἔγωγ' ἐφέψομαι./ ἐμοὶ γὰρ οὐδεὶς ἀξιώσεται γάμος/ μείζων φέρεσθαι σοῦ καλῶς ἡγουμένου.

⁶³ A alusão aos “conselhos úteis” pode também ser lida como uma ironia se se levar em consideração o desenvolvimento do *agón*.

Creonte:

Isto, ó filho, é o que hás de ter sempre em teu peito:

Não opor-se nunca à vontade paterna.

Só por isso os homens querem procriar

E manter no lar filhos dóceis, que saibam

Ir contra o inimigo e prestar ao amigo

A mesma homenagem que prestam ao pai.

Ao contrário, quem criou filhos inúteis

A si mesmo deu motivos de aflição

E motivos de risota aos inimigos (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 639-647)⁶⁴.

Neste primeiro fragmento, como que o proêmio de sua *rhêsis*, se nota o que Vickers denominou como linguagem altamente retórica de Creonte. O soberano em seu proêmio⁶⁵ louva os filhos que colocam a *gnômes patrôias*, traduzida por Maria Helena como “opinião paterna”, enquanto premissa fundamental. De acordo com Slatkin (2016, p. 99), o rei de Tebas estabelece os limites de Hêmon no que diz respeito à maneira adequada de falar com o pai. Esta passagem serve de introdução ao que se julga possível ser lido como um *entimema* de Creonte.

Para que se introduza a ideia de entimema⁶⁶, é necessário voltar à abertura do primeiro livro da *Retórica*, onde Aristóteles nos revela que a retórica é a outra face da dialética (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1354a). Sendo assim, se o recurso por excelência da dialética é o silogismo, o da retórica é o entimema. Contudo, diferentemente do silogismo – um conjunto de duas proposições, chamadas premissas, universalmente

⁶⁴ No original: οὕτω γάρ, ὦ παῖ, χρὴ διὰ στέρνων ἔχειν,/ γνώμης πατρώας πάντ' ὀπισθεν ἐστάναι./ τούτου γὰρ οὐνεκ' ἄνδρες εὖχονται γονὰς/ κατηκόους φύσαντες ἐν δόμοις ἔχειν,/ ὥς καὶ τὸν ἐχθρὸν ἀνταμύνωνται κακοῖς/ καὶ τὸν φίλον τιμῶσιν ἐξ ἴσου πατρί./ ὅστις δ' ἄνωφ' ἔλγεται φητεύει τέκνα,/ τί τὸνδ' ἂν εἴποις ἄλλο πλὴν αὐτῷ πόνους/ φύσαι, πολὺν δὲ τοῖσιν ἐχθροῖσιν γέλων;

⁶⁵ De acordo com Aristóteles, a função do proêmio, a primeira parte de um discurso, é dar uma amostra de seu conteúdo (*Ret*, III, 1415a). Aqui, o objetivo é demonstrar a importância da lealdade dos filhos para com os pais.

⁶⁶ Cabe um esclarecimento: definir conceitos lógicos em Aristóteles a partir da *Retórica* e dos *Tópicos* sem levar em conta os *Analíticos* é deveras simplista. Contudo, a proposta deste trabalho não é discutir a lógica aristotélica, mas sim a retórica. Para tanto, os conceitos retirados dos *Tópicos* e da *Retórica* bastam.

aceitas sob o ponto de vista lógico/formal, cuja finalidade é chegar, a partir da inferência de uma premissa sobre a outra, a uma conclusão de caráter indutivo –, o entimema carece do hermetismo lógico do primeiro. Por outro lado, de acordo com Adeodato (2014), é precisamente esta “deficiência” – é necessário que se reitere: sob o ponto de vista lógico/formal – do entimema que garante sua eficiência persuasiva: “[...] a comunicação se dá como se houvesse acordo sobre aquela premissa ou conclusão sobre a qual se silencia” (ADEODATO, 2014, p. 32), de forma que o resultado final consiste em um aumento do caráter geral/genérico do argumento com a finalidade de diminuir a possibilidade de dissenso. Na *Retórica*, Aristóteles apresenta alguns entendimentos sobre o conceito de entimema:

[...] a demonstração retórica é o entimema e [...] este é, geralmente falando, a mais decisiva de todas as provas por persuasão; [...] enfim, o entimema é uma espécie de silogismo e que é do silogismo em todas as suas variantes que se ocupa a dialética, no seu todo ou nalguma das suas partes, e é igualmente evidente que quem melhor puder teorizar sobre as premissas – do que e como se produz um silogismo – também será o mais hábil em entimemas, porque sabe a que matéria se aplica o entimema e que diferenças este tem dos silogismos lógicos (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1355a).

Em primeiro lugar, argumenta ser o entimema a mais decisiva das provas de persuasão: a capacidade de teorizar sobre as premissas é tão importante na dialética – na forma dos silogismos – como na retórica – que produz seus entimemas. Em segundo lugar, propõe que o entimema é o silogismo retórico, e sua eficácia, assim como ocorre quando se faz uso do recurso aos exemplos, se dá pela sua capacidade de indução⁶⁷. Mas ainda é fundamental distinguir o entimema dos exemplos:

⁶⁷ A indução, se recorrermos aos *Tópicos*, é definida como “[...] a passagem dos individuais aos universais [...]” (1, 12. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard –

Demonstrar que algo é assim na base de muitos casos semelhantes é na dialética indução e na retórica exemplo; mas demonstrar que, de certas premissas, poder resultar uma proposição nova e diferente só porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras, a isso se chama em dialética silogismo e entimema na retórica (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1356b).

Dessa forma, é viável aceitar o entendimento de que entimema é a “[...] forma dedutiva de argumentação retórica que tem no paradigma sua forma indutiva” (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1356b)⁶⁸. Além disso, a ausência de uma das premissas e/ou de rigor na apresentação delas também é um traço marcante do entimema.

Quando Aristóteles aborda a criação dos entimemas a partir do uso dos contrários (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1397a), é perceptível uma possível distinção entre os exemplos citados pelo filósofo e o argumento de Creonte na passagem destacada. Ensaando uma paráfrase, se poderia dizer que é vantajoso criar filhos obedientes porque o seu contrário acarreta motivos de escárnio ao pai perante o inimigo. Conclui-se que, desde o proêmio a *rhêsis* de Creonte possui cuidado na construção e escolha dos argumentos, além de grande eficácia persuasiva – o que revela a imagem de um orador experiente. O próximo argumento de Creonte, um *conselho* – o que aproxima esta fala do gênero deliberativo –, consiste em demonstrar as consequências de se desposar uma mulher má.

Creonte:
Nunca sacrifiques, filho, tais princípios
Só pelo prazer que uma mulher te dá;

Cambridge). Dessa forma, no campo da argumentação, se pode dizer que a indução é fazer de um exemplo particular uma regra universalmente aceitável.

⁶⁸ Conferir especialmente a nota 9 da tradução indicada nas referências ao final do trabalho.

Lembra-te de que é sempre de gelo o abraço
De uma esposa má em nosso lar. Pois que
Maior praga existe do que um falso amigo?
Renuncia, pois, a essa mulher perversa:
Manda-a procurar um esposo no Inferno.
Já que a surpreendi, única entre todos,
Em desobediência, e em face da cidade
Nunca poderei quebrar minha palavra,
Eu a matarei, mesmo que invoque Zeus
Protetor do lar [...] ⁶⁹ (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 648-59).

Sófocles faz com que Creonte antecipe a fala de Hêmon de forma a demonstrar conhecimento pelo que possivelmente se passa na “alma” do jovem, um dos pontos formadores de seu *êthos*: seu gosto acentuado – ao menos, de acordo com Aristóteles, mais do que nas demais fases da vida – pela *sensualidade*; os impulsos eróticos dos mais jovens (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1389a). A prévia ciência do rei sobre os afetos aos quais os jovens estão mais suscetíveis pode ser interpretada como a razão pela qual procura orientar Hêmon para que não abandone *tás phrénas*, traduzido por Richard Jebb como “razão”, em prol do prazer, *edonês*, proporcionado pela mulher.

É também interessante notar nessa passagem a tentativa de Creonte em identificar Antígona sob o signo do “mal”: não é desejável manter, na esfera privada da vida familiar – o *oîkos*, futuramente utilizado com a finalidade de comparar o êxito do governante na condução da cidade se também conduz o lar com retidão e virilidade – uma mulher má, *gyné kaké*. Adiante, Creonte sugere a Hêmon que deixe “[...] que se lhe rompa o hímen no Hades”, na tradução poética de Trajano Vieira. Já Maria Helena prefere um sentido mais literal: “despreza-a, deixa-a ir desposar alguém no Hades, como inimiga que é”. Van den Berge (2017, p. 253) acrescenta com acuidade que este

⁶⁹ No original: μή νύν ποτ', ὦ παῖ, τὰς φρένας ὑφ' ἡδονῆς/ γυναικὸς οὐνεκ' ἐκβάλης, εἰδὼς ὅτι/ ψυχρὸν παραγκάλισμα τοῦτο γίνεται./ γυνή κακὴ ξύνενος ἐν δόμοις. τί γάρ/ γένοιτ' ἂν ἔλκος μεῖζον ἢ φίλος κακός;/ ἀλλὰ πτύσας ὡσεὶ τε δυσμενῆ μέθες/ τὴν παῖδ' ἐν Αἴδου τήνδε νυμφεύειν τινί/. ἐπεὶ γὰρ αὐτὴν εἶλον ἐμφανῶς ἐγὼ/ πόλεως ἀπιστήσασαν ἐκ πάσης μόνην,/ ψευδῆ γ' ἐμαυτὸν οὐ καταστήσω πόλει,/ ἀλλὰ κτενῶ. πρὸς ταῦτ' ἐφυμνεῖτω Δία/ ξύναιμον. εἰ γὰρ δὴ τὰ γ' ἐγγενῆ φύσει.

excerto pode ser lido como uma tentativa de Creonte de projetar a imagem de Antígona como um inimigo estrangeiro. Partindo deste entendimento, talvez se possa capturar o apelo patético de sua fala a partir de sua compreensão segundo a qual todo crime contra a cidade torna o acusado um *ápolis*, um apátrida: portanto, um inimigo – na ótica de Creonte – ou um indesejado, conforme se viu no comentário sobre o primeiro estásimo. Seu parâmetro de justiça aceita como um bem fazer mal aos maus.

Ao fim do excerto, associando o desrespeito à sua lei como desrespeito à cidade, declara que matará a transgressora, ainda que Hêmon invoque Zeus, protetor do lar – *Día xýnaimon*: o adjetivo *xýnaimos* indica, como bem-marcado nas traduções de Jebb e Maria Helena, o parentesco, a relação sanguínea. Assim, Creonte demonstra mais uma vez, com seu palavreado altamente retórico, um traço impiedoso de seu *êthos* ao rejeitar, novamente, apelos de natureza cívico-religiosa em relação às obrigações para com os deuses – uma nova sugestão à aqui dicotômica relação *pólis/oîkos*. Primeiramente às que zelam pelos rituais fúnebres, e agora em relação à própria tutela de Zeus sobre as relações de *koinonía*, se invocadas. A justificativa para o agir desta forma virá a seguir, na última parte desta *rhêsis*:

[...] Pois se esses de meu sangue
Me desobedecem, que farão estranhos?
O homem que governa bem a sua casa
Há de governar com justiça a cidade.
Mas quem, por orgulho, menospreza as leis
E pretende opor-se a quem tem o poder,
Esse não terá jamais o meu favor.
Ao governador é devida obediência
Na pequena ou grande coisa, justa ou não.
O homem que obedece, esse, eu tenho certeza,
Saberá mandar, pois sabe ser mandado,
E, na confusão da peleja, estará
Firme em seu lugar, soldado bravo e leal.
A anarquia é o pior de todos os flagelos:

É ela que destrói cidades, que subverte
Lares, que em batalha rompe, põe em fuga
Desbarata tropas; enquanto onde há ordem
Salva-se por certo a mor parte das vidas.
Eis porque é um dever respeitar sempre as leis,
E não se deixar dominar por mulheres.
Antes sucumbir sob um punho viril,
Pois ninguém dirá que a mulher nos venceu⁷⁰ (SÓFOCLES, *Antígona*,
v. 659-80).

O primeiro argumento de Creonte é interessantíssimo sob o ponto de vista de seu apelo patético e de sua razoabilidade prática. Talvez seja pertinente que, aqui, se busque interpretar o *êthos* do agente à luz de um dos preceitos fundamentais desta noção na *Retórica*: a vinculação entre *êthos*, *areté* e *phrónesis*⁷¹. O *êthos* se manifesta, enquanto atributo da retórica, a *partir de* e *pelo* discurso, *lógos*, e é possível também associar *êthos* e *phrónesis*. Parta-se, inicialmente, de algumas possibilidades de definições. De acordo com a *Ética a Nicômaco*, a excelência, ou

A *virtude* [*areté*] é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional próprio do *homem dotado de sabedoria prática* [*phrónimos*]. E é um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e

⁷⁰ No original: εἰ γὰρ δὴ τὰ γ' ἐγγενῇ φύσει/ ἄκοσμα θρέψω, κάρτα τοὺς ἔξω γένους/ ἐν τοῖς γὰρ οἰκείοισιν ὅστις ἔστ' ἀνὴρ/ χρηστός, φανεῖται κὰν πόλει δίκαιος ὢν./ ὅστις δ' ὑπερβὰς ἢ νόμους βιάζεται/ ἢ τοῦπιτάσσειν τοῖς κρατύνουσιν νοεῖ,/ οὐκ ἔστ' ἐπαίνου τοῦτον ἐξ ἐμοῦ τυχεῖν./ ἄλλ' ὅν πόλις στήσῃ τοῦδε χρὴ κλύειν/ καὶ σμικρὰ καὶ δίκαια καὶ τάναντία./ καὶ τοῦτον ἂν τὸν ἄνδρα θαρσοῖν ἐγὼ/ καλῶς μὲν ἄρχειν, εὖ δ' ἂν ἄρχεσθαι θέλῃν,/ δορός τ' ἂν ἐν χειμῶνι προστεταγμένον/ μένειν δίκαιον κάγαθὸν παραστάτην./ ἀναρχίας δὲ μεῖζον οὐκ ἔστιν κακόν./ αὕτη πόλεις ὄλλουσιν, ἢ δ' ἀναστάτους/ οἴκους τίθησιν, ἢ δε συμμάχου δορός/ τροπὰς καταρρήγνυσιν: τῶν δ' ὀρθομένων/ σώζει τὰ πολλὰ σώμαθ' ἢ πειθαρχία./ οὕτως ἀμυντέ' ἐστὶ τοῖς κοσμουμένοις,/ κοῦτοι γυναικὸς οὐδαμῶς ἡσσητέα./ κρεῖσσον γάρ, εἴπερ δεῖ, πρὸς ἀνδρὸς ἐκπεσεῖν,/ κοῦκ ἂν γυναικῶν ἦσσοιεν καλοῖμεθ' ἂν.

⁷¹ Como se viu na introdução deste trabalho, a imagem positiva do orador deriva de três qualidades que deve apresentar: *phrónesis*, *areté* e *eúnoia*.

escolhe o meio-termo (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 1107a, 1-5. Grifo meu)⁷².

Por outro lado, tratando sobre a apresentação da ideia de *phrónesis*, pode-se recolher duas passagens importantes. Na primeira delas, Aristóteles argumenta que “[...] a prudência (*phrónesis*) é a virtude da inteligência mediante a qual se pode deliberar adequadamente sobre os bens e os males [...] em relação à felicidade” (ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1366a)⁷³. Já no fragmento da *Ética a Nicômaco*, onde o termo é traduzido como “sabedoria prática”.

[...] julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática [*phronímou*] o poder de deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como por exemplo sobre as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a vida boa em geral. [...] Segue-se daí que, num sentido geral, também o homem que é capaz de deliberar [*ho bouleutikós*] possui sabedoria prática (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, 1140b)⁷⁴.

Aqueles que são dotados de sabedoria prática, continua Aristóteles, assim como Péricles, são capazes de perceber o que é bom tanto para si mesmos quanto para os outros – e estes são os bons administradores tanto de casas, *toús oikonomikούς* como de Estados, *toús politikούς* (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*,

⁷² Todas as traduções deste escrito provêm da tradução da edição inglesa de W. D. Ross por Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. No original: ἔστιν ἄρα ἡ ἀρετὴ ἕξις προαιρετικὴ, ἐν μεσότητι οὔσα τῇ πρὸς ἡμᾶς, ὠρισμένη λόγῳ καὶ ᾧ ἂν ὁ φρόνιμος ὀρίσειεν. μεσότης δὲ δύο κακιῶν, τῆς μὲν καθ’ ὑπερβολὴν τῆς δὲ κατ’ ἑλλείψιν: καὶ ἔτι τῷ τὰς μὲν ἐλλείπειν τὰς δ’ ὑπερβάλλειν τοῦ δέοντος ἐν τε τοῖς πάθεσι καὶ ἐν ταῖς πράξεσι, τὴν δ’ ἀρετὴν τὸ μέσον καὶ εὕρισκιν καὶ αἰρεῖσθαι.

⁷³ No original: φρόνησις δ’ ἐστὶν ἀρετὴ διανοίας καθ’ ἣν εὖ βουλευέσθαι δύνανται περὶ ἀγαθῶν καὶ κακῶν τῶν εἰρημένων εἰς εὐδαιμονίαν.

⁷⁴ No original: δοκεῖ δὲ φρονίμου εἶναι τὸ δύνασθαι καλῶς βουλευέσθαι περὶ τὰ αὐτῷ ἀγαθὰ καὶ συμφέροντα, οὐ κατὰ μέρος, οἷον ποῖα πρὸς ὑγίειαν, πρὸς ἰσχύν, ἀλλὰ ποῖα πρὸς τὸ εὖ ζῆν ὅλως. [...] ὥστε καὶ ὅλως ἂν εἴη φρόνιμος ὁ βουλευτικός.

1140b)⁷⁵. Este é, precisamente, o argumento de Creonte. Além disso, para que sua autoridade seja “legítima” – e aqui não se está pensando na categoria weberiana! – perante os governados da cidade, é imprescindível manter o controle sobre os seus. É dever do homem do século V a.C. resguardar a sua casa, o lugar onde habita, *oikeíoisin*. De acordo com MacDowell (1989, p. 10-11), há pelo menos três definições de *oîkos* relevantes no contexto do século V a.C.

Em primeiro lugar, mostra que o sentido primário de *oîkos* é simplesmente a casa, comum em Homero e nos poetas trágicos, significando o local onde se habita – o que parece ser a tradução literal do vocábulo usado por Sófocles nesta fala de Creonte. Em segundo lugar, demonstra que o conceito pode significar não apenas o local físico onde se habita, mas todo o conjunto de propriedades de um homem, passível de ser mensurado pelo valor total de suas riquezas. Em terceiro, apresenta a ideia de que o *oîkos* pode ser entendido como a família de um homem, como se pode ver em Tucídides (I, 137), por exemplo, quando o historiador narra os males praticados por Temístocles ao *oîkos* de Xerxes. Mas como uma última tentativa de compreensão das dimensões do conceito, o autor revela que a ideia pode ser entendida também como o seio da família aristocrática em si. A partir deste entendimento de Creonte, segundo o qual a autoridade do homem deve ser obedecida mesmo que sua decisão não seja a mais acertada – seja no *oîkos* ou em um posto de comando de Estado – é perceptível uma dimensão educativa desse princípio, pois aquele que aprendeu a obedecer saberá comandar: e este será também o melhor soldado.

No restante de seu argumento, o soberano de Tebas demonstra preocupações que fazem jus à sua primeira menção no drama (v. 8), isto é, sua condição de *strategós*, “líder militar” – mas também político, no contexto global do drama. Ademais, procura demonstrar os efeitos nefastos das circunstâncias nas quais as ordens dos superiores não são acatadas e as leis não são devidamente cumpridas.

⁷⁵ No original: [...] εἶναι δὲ τοιούτους ἡγούμεθα τοὺς οἰκονομικοὺς καὶ τοὺς πολιτικούς.

Através de uma analogia entre a condução da cidade e da casa e a condução dos exércitos no campo de batalha, é capaz de criar uma imagem bastante patética para ilustrar a necessidade da manutenção de sua autoridade: aqui, a preocupação de Creonte já não é mais em relação à justiça, mas sim em relação ao poder, o seu. Além disso, como é bem pontuado por Liapis (2013, p. 84), nessa passagem Creonte se coloca não apenas como alguém que pode falar pela *pólis*, mas também como um agente cujas decisões não podem ser contestadas: e aqui talvez se possa delinear a sua construção caracterológica mais associada à imagem de um tirano no sentido pejorativo do termo, pintada por Antígona – i.e., como alguém que exerce o poder sem limites⁷⁶, o que se consolidará plenamente quando do jogo de perguntas e respostas que estabelece com o filho após a *rhêsis* de Hêmon. Parta-se agora à ela, que segue dividida em três partes para que melhor se apresente seus argumentos e a construção de sua imagem de si:

Hêmon:
Pai, os deuses deram a razão ao homem
Como o maior bem dentre quantos existem.
Ora, não direi, nem saberei dizê-lo,
Que, falando assim, falaste certo, ou não.
É que outros também poderão estar certos (SÓFOCLES, Antígona, v. 683-7)⁷⁷.

No próêmio de sua fala, o jovem príncipe tebano procura estabelecer parâmetros a partir dos quais tenta direcionar o senso de razoabilidade de Creonte. Pode-se ler uma tentativa de Hêmon de apelar para a dimensão intelectual do debate

⁷⁶ Devemos este entendimento a Aristóteles: “[...] A monarquia é, como o nome indica, a forma de governo em que um só é senhor de todos; e, dentre as monarquias, a que exerce o poder sujeita a uma certa ordem é reino, e a que o exerce sem limites é a tirania” (*Retórica*, 1366a, grifo meu).

⁷⁷ No original: *πάτερ, θεοὶ φύουσιν ἄνθρωποις φρένας,/ πάντων ὅς' ἐστὶ κτημάτων ὑπέρτατον./ ἐγὼ δ' ὅπως σὺ μὴ λέγεις ὀρθῶς τάδε,/ οὐτ' ἂν δυνάμην μήτ' ἐπισταίμην λέγειν./ γένοιτο μεντὰν χᾶτέρῳ καλῶς ἔχον.*

com o pai a partir do termo *phrénas*, traduzido por Jebb e Almeida como “razão”; Maria Helena como “raciocínio”; e Vieira como “pensamento” – a tradução que se imagina fazer mais jus à disposição do termo no contexto da fala. Ademais, talvez se possa interpretar o fragmento “[...] ora, não direi, nem saberei dizê-lo,/ que, falando assim, falaste certo, ou não [...]” como a consolidação de seu *êthos* como um orador inexperiente – o que é plenamente justificado pela sua pouca idade: um entendimento que será manifesto tanto pelo coro como por Creonte, bem como no quarto estásimo.

Além disso, Hêmon se abstém verbalmente, neste proêmio, de tecer juízos peremptórios. O verso que encerra este fragmento é um indício, como bem observado por Maria Helena⁷⁸, de que o jovem fala com cautela, com moderação. De acordo com Knox (1964, p. 70), Hêmon não apenas inicia sua fala com o tom mais conciliatório possível – porque “[...] *he knows his father* [...]” –, mas também não procura, absolutamente, demonstrar que, de alguma maneira ainda que remota, o pai possa estar errado: apenas sugere que, de acordo com a tradução de Maria Helena, “[...] também pode ocorrer por outra via um pensamento aproveitável”. Talvez seja possível identificar aqui um traço de descompasso de Creonte em relação ao contexto da pólis democrática – seja nos termos já discutidos do pluralismo que caracteriza o século do *lógos*; ou pela já mencionada ideia de Vernant e Vidal-Naquet segundo a qual, para o agente trágico, a condição de cidadão é de difícil compreensão. Uma figura não aberta ao debate, como é o caso de Creonte, é apresentada nesta fala – esse ponto será abordado adiante, mas cabe registrar que, sob o ponto de vista de Hêmon, a postura do pai parecerá totalmente inapropriada.

Hêmon
Tenho, em teu lugar, sabido o que se diz,
Tudo o que se faz, tudo o que se critica.

⁷⁸ Cf. nota 55, p. 106 da tradução.

Tu, presente, o povo simples se intimida;
Nem te agradaria ler o que murmura.
Mas eu, só, na sombra, escuto e vejo o quanto
Chora esta cidade a sorte dessa jovem,
Inocente e nobre mais que qualquer outra,
Condenada à mais ignominiosa morte
Por haver cumprido a ação mais meritória:
A de não deixar que o irmão, morto na luta,
Insepulto, fosse entregue aos cães e às aves.
“Não mereceria uma coroa de outro” –
É o que a meia voz toda gente pergunta (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 688-700)⁷⁹.

Além de reiterar o argumento de *Antígona* segundo o qual a opinião geral dos concidadãos tebanos tem o sacrifício da jovem filha de Édipo em alta conta – e, é importante salientar, só não manifesta despreço pela ordem de Creonte por medo da reação de um agente cada vez mais colérico –, Hêmon faz um uso interessante das alegadas – por ele próprio – palavras dos cidadãos do coro, o que é observado por Aristóteles. No capítulo dezessete do livro III da *Retórica*, sobre a prova e a demonstração na argumentação, o filósofo menciona precisamente este exemplo para ilustrar uma via pela qual se pode apresentar um argumento como se fosse ideia de outrem, pois, “[...] uma vez que dizer algo acerca de si próprio pode tornar-se quer odioso, quer prolixo, quer contraditório, assim como, acerca de outrem, injurioso ou grosseiro, é preciso colocar outra pessoa para dizer tais coisas.” (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1418b) Sófocles faz uso deste inteligente recurso ao pôr nas palavras de Hêmon o entendimento que o próprio jovem tem a respeito da situação, mas a partir

⁷⁹ No original: σοῦ δ' οὖν πέφυκα πάντα προσκοπεῖν ὅσα/ λέγει τις ἢ πράσσει τις ἢ ψέγειν ἔχει./ τὸ γὰρ σὸν ὄμμα δεινὸν, ἀνδρὶ δημότῃ/ λόγοις τοιούτοις, οἷς σὺ μὴ τέρψει κλύων./ ἐμοὶ δ' ἀκούειν ἔσθ' ὑπὸ σκότου τάδε./ τὴν παῖδα ταύτην οἷ', ὀδύρεται πόλις./ πασῶν γυναικῶν ὡς ἀναξιώτατῃ/ κάκιςτ' ἀπ' ἔργων εὐκλεεστάτων φθίνει./ ἤ τις τὸν αὐτῆς αὐτάδελφον ἐν φοναίς/ πεπτῶτ' ἄθραπτον μὴθ' ὑπ' ὠμηστῶν κυνῶν/ εἴασθαι μὴθ' ὑπ' οἰωνῶν τινος./ οὐχ ἤδε χρυσῆς ἀξία τιμῆς λαχεῖν./ τοιάδ' ἐρεμνὴ σίγ' ἐπέρχεται φάτις.

de uma opinião que atribui à cidade: basta que se lembre do proêmio desta *rhêsis*, quando o agente se exime de contestar o pai.

Hêmon

Nada é, para mim, mais que o teu bem, meu pai.
Que outro anseio, para um filho, pode haver
Que não seja o bem-estar do próprio pai,
Como, para um pai, do seu próprio filho?
Não te obstines, pois, nesta única atitude:
Que tu falas certo, e certo é só o que dizes.
O que pensa ser o único a ter razão,
Ter na alma e na língua o que ninguém mais tem,
Esse, posto às claras, tem no fundo o vácuo.
Para um homem, seja um sábio, não é nódoa
Sempre aprender mais, ou mudar de opinião (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 701-11)⁸⁰.

Esta passagem é de extrema importância tanto para que se compreenda o *êthos* de Hêmon quanto para que se perceba como a ação de Creonte é descrita pelo agente. Além de reiterar a preocupação com o pai, Hêmon alerta para os problemas da *mónos doikeî* do soberano. Esta passagem faz com que Plescia (1976, p. 130 et seq.) leia a disputa agônica entre os agentes com uma disputa argumentativa entre a ordem absoluta (*absolute rule*) em contraposição à ordem democrática (*democratic rule*), o que ensejaria uma verdadeira disputa sobre a “constitucionalidade” do edito: em linhas gerais, o autor argumenta que Creonte age como um tirano – em sua acepção pejorativa. Botelho (2015, p. 3) também pensa a disputa entre o pai e filho nos termos do discurso democrático *versus* o poder centralizador. De qualquer forma, o que

⁸⁰ No original: ἐμοὶ δὲ σοῦ πράσσοντος εὐτυχῶς, πάτερ,/ οὐκ ἔστιν οὐδὲν κτῆμα τιμωότερον,/ τί γὰρ πατρὸς θάλλοντος εὐκλείας τέκνοις/ ἀγαλμα μείζον, ἢ τί πρὸς παίδων πατρί;/ μὴ νυν ἐν ἧθος μοῦνον ἐν σαυτῷ φόρει,/ ὡς φῆς σύ, κούδεν ἄλλο, τοῦτ' ὀρθῶς ἔχειν./ ὅστις γὰρ αὐτὸς ἢ φρονεῖν μόνος δοκεῖ,/ ἢ γλῶσσαν, ἢν οὐκ ἄλλος, ἢ ψυχὴν ἔχειν,/ οὗτοι διαπτυχθέντες ὠφθησαν κενοί./ ἀλλ' ἄνδρα, κεῖ τις ἢ σοφός, τὸ μανθάνειν/ πόλλ', αἰσχρὸν οὐδὲν καὶ τὸ μὴ τείνειν ἄγαν.

parece evidente na fala de Hêmon é uma tentativa de dissuadir Creonte, de fazê-lo mudar de opinião e mesmo aprender⁸¹ – condições para as quais o agente absolutamente não está aberto.

Hêmon

A árvore, que verga e que entrega à corrente
A ramagem, salva-se: e, no entanto, aquela
Que resiste acaba sendo desraigada.
E também o nauta que, com punho de aço,
Mantém firme a escota e não afrouxa nunca,
Embocando a nau, navega a quilha no ar.
Muda de opinião, abrandando a tua cólera.
Moço, como sou, dir-te-ia, se me ouvisses,
Que o homem superior é o que nasceu sabendo,
Sem ter que aprender com mais ninguém mais nada.
Já que isso nem sempre acontece, é prudente
Consultar também o bom-senso dos outros (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 712-23)⁸².

Hêmon encerra seu discurso com um recurso utilizado pelo próprio soberano de Tebas na contenda com Antígona: a saber, o uso de máximas. Ao atestar sua condição de jovem, de orador inexperiente, ressalta a incapacidade de Creonte não apenas para aprender, mas também para *ouvir*. De acordo com Knox, os diálogos com o herói sofocliano são como falar com as paredes. *Akoúō*; *klúō*, “ouço”: estes dois termos em Sófocles, para Knox (1964, p. 18 et seq), carregam o sentido de se estar sujeito à autoridade, a obedecer. Creonte, por exemplo, se dirigindo à cidade no verso

⁸¹ Vide a incidência do verbo *manthánō*, “aprendo”.

⁸² No original: ὁρᾷ παρὰ ρείθροισι χειμάρροις ὅσα/ δένδρων ὑπείκει, κλῶνας ὡς ἐκσώζεται,/ τὰ δ' ἀντιτείνοντ' αὐτόπρεμν' ἀπόλλυται./ αὐτῶς δὲ ναὸς ὅστις ἐγκρατὴ πόδα/ τείνας ὑπείκει μηδὲν, ὑπτίοις κάτω/ στρέψας τὸ λοιπὸν σέλμασιν ναυτίλλεται./ ἀλλ' εἶκε καὶ θυμῷ μετάστασιν δίδου./ γνώμη γὰρ εἴ τις κάπ' ἐμοῦ νεωτέρου/ πρόσεστι, φήμ' ἐγὼγε πρεσβεύειν πολὺ/ φύναι τὸν ἄνδρα πάντ' ἐπιστήμης πλέων:/ εἰ δ' οὖν, φιλεῖ γὰρ τοῦτο μὴ ταύτῃ ῥέπειν,/ καὶ τῶν λεγόντων εὖ καλὸν τὸ μανθάνειν.

666, o utiliza com o sentido de ceder. Nem sempre estas palavras possuem este senso de submissão, mas em *Antígona*, de acordo com o autor, sim: “[...] o herói não ouvirá, mas ele ouve o suficiente para saber que está sob ataque. E sua reação é violenta e rápida”. Todos os protagonistas sofoclianos tratam o conselho amigável como uma ameaça hostil. Como busca sintetizar o autor, o herói vê aqueles que não lhe são partidários como inimigos, e esta é, precisamente, a forma através da qual Creonte receberá o conselho de Hêmon.

Por outro lado, sob o ponto de vista propriamente argumentativo, na *stichomythía* entre Creonte e Hêmon talvez seja possível ler um uso da interrogação pelo jovem de uma forma que se possa associar à sugestão de Aristóteles na *Retórica*: no penúltimo capítulo do livro III, um dos usos descritos pelo filósofo consiste em se valer das perguntas com a finalidade tanto de demonstrar que o orador adversário produz contradições em sua argumentação como em induzir o opositor a respostas absurdas (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1419a). Rosivach (1979, p. 17) bem observa que nos versos 734-38, Creonte identifica o bem da cidade como o seu próprio bem. Ao fazê-lo, como pontua Etman (2001, p. 152), o soberano transcende e contradiz sua própria instância “constitucional” (v. 736), extrapolando os limites da boa condução da cidade, isto é, um governo cujo objetivo é o bem da própria *pólis*, e não do governante.

Considerações finais

Carter (2005, p. 161-2) argumenta que Creonte cumpre um papel específico de “*co-operator*” no drama. Contudo, leio sua aparição como tão relevante quanto a de Antígona. Um dos elementos que podem contribuir para este entendimento é precisamente o papel crucial do governante de Tebas para todo o desenvolvimento do enredo: o edito proibitório, a condenação da heroína que dá título ao drama e a tentativa de desenlace são circunstâncias que atestam o protagonismo da personagem na trama.

Pode-se perceber, ao longo do terceiro debate, que o agente progressivamente se revela mais autoritário à medida que se vê contrariado pelo filho. Se é possível observar a construção de um *êthos* de líder militar e político abnegado em relação à cidade no debate com Antígona no segundo episódio⁸³, não se pode fazer o mesmo em relação à disputa agônica com o filho. Ao vincular o bem-estar da cidade ao seu próprio, julga-se possível a leitura a partir da qual Creonte não mais consegue distinguir seu poder como governante de sua ingerência total sobre a *pólis*. Imagino ser possível caracterizar o agente nesse terceiro debate, portanto, como um governante autoritário, monocrático e inflexível, como se pode observar no diálogo abaixo a partir de sua própria fala:

Cre – Mas ela [Antígona] não padece de ser vil?

Hêm. – Não, na opinião unânime da *pólis*.

Cre. – E a *pólis* dita meu comportamento?

Hêm. – Parece um novato no palanque.

Cre. – Devo ceder meu cetro a outro ser?

Hêm. – Não há cidade que pertença a um único.

Cre. – A *pólis* não pertence ao mandatário?

Hêm. – Reinarias sozinho no deserto⁸⁴ (SÓFOCLES, Antígona, v. 732-9).

Por outro lado, se se pensar no derradeiro fim de Hêmon⁸⁵, com sua tentativa de ferir o pai após descobrir a trágica morte de sua noiva – seguido de seu suicídio⁸⁶ –,

⁸³ Cf. PEREIRA, 2021, p. 82-100.

⁸⁴ Tradução de Trajano Vieira. Grifo meu. No original: οὐχ ἦδε γὰρ τοιᾶδ' ἐπείληπται νόσω;/ οὐ φησι Θήβης τῆσδ' ὁμόπολις λεώς;/ πόλις γὰρ ἡμῖν ἀμὲρ χρή τάσσειν ἐρεῖ;/ ὁρᾷς τόδ' ὡς εἰρηκας ὡς ἄγαν νέος;/ ἄλλω γὰρ ἢ 'μοὶ χρή με τῆσδ' ἄρχειν χθονός;/ πόλις γὰρ οὐκ ἔσθ' ἥτις ἀνδρός ἔσθ' ἐνός;/ οὐ τοῦ κρατοῦντος ἡ πόλις νομίζεται;/ καλῶς γ' ἐρήμης ἂν σὺ γῆς ἄρχοις μόνος.

⁸⁵ Cabe demonstrar que Aristóteles lê o comportamento de Hêmon na *Poética* como o pior dos casos trágicos, isto é, aquele “[...] do sabedor que se apresenta a agir e não age; é repugnante e não trágico, porque sem catástrofe [...]” (ARISTÓTELES, *Poética*, 1453b).

pode-se argumentar que esta ação não necessariamente revela a deturpação de seu *êthos* constituído no episódio do debate com Creonte, mas sim como mais um elemento que constituía a complexidade das ações do agente: seu caráter multifacetado.

Embora a situação do seu suicídio seja muito diversa da do herói homônimo em *Ájax* (442? a.C.), imagine-se este exemplo de drama sofociano contemporâneo à *Antígona* a fim de comparação. A grande preocupação de Tecmessa após o suicídio, morte inglória e indigna para um herói do quilate de *Ájax*, é garantir que sejam cumpridos os rituais fúnebres dignos de um rei guerreiro. A loucura, *átē*, de *Ájax* é plantada em seu pensamento por uma divindade, o que, assim argumentam Tecmessa e Teucro, deve invalidar os eventos que tornam o herói destituído de suas prerrogativas épicas, como a honra, *tímē*, e a glória, *kléos*. É notável que tal manifestação também ocorra a *Hêmon*, que age sob o efeito de uma divindade, e das mais poderosas: Eros. Naquela que é denominada por alguns estudiosos a *Ode ao Amor*, o coro descreve as implicações que a ação divina propicia à mente tanto de humanos como de deidades:

Coro:

Eros invencível no combate,
Eros que as riquezas destróis,
que estás de vigília às faces tenras da donzela,
vagueias sobre o mar e nos campos!
Não te evita nenhum dos deuses
nem dos humanos de curta vida:
quem te possui enlouquece.
Tu desvias dos justos o ânimo,

⁸⁶ O suicídio em cena é um evento dramático raramente utilizado pelos três grandes tragediógrafos atenienses do século V a.C.: *Ájax*, em drama homônimo; Eurídice, *Hêmon* e *Antígona*; *Hércules* – em uma espécie de eutanásia – e *Dejanira*, em *As Traquínias*; bem como a morte/desaparecimento de *Édipo* em *Édipo em Colono*, são todas ações que ocorrem paralelamente ao canto do coro ou representado pelas demais personagens: a morte se faz presente apenas *fora* do palco.

fá-los injustos para o seu mal,
tu, que excitaste esta contenda
nos parentes;
vence, porém, da formosa noiva
a luz brilhante do seu olhar,
das grandes leis para no poder; ri-se,
invencível,
Afrodite (SÓFOCLES, *Antígona*, v. 781-800)⁸⁷.

A partir da leitura de Segal (1999, p. 131) sobre o *Ájax*, pode-se mesmo pensar em um Hêmon cujo *êthos* se percebe como radicalmente distinto do de Ájax: apenas à guisa de exemplo, este último apresenta inabilidade ou capacidade precária para o uso adequado da linguagem. No dizer de Trajano Vieira (1997, p. 179), Sófocles, como Homero, cria uma imagem arcaica de Ájax, isto é – reitero – o oposto do que se buscou apresentar como características constituintes da imagem de si projetada por Hêmon. A comparação, portanto, se restringe à ação da divindade sobre o comportamento humano: o filho de Creonte se preocupa pouco com as prerrogativas do código heroico, seguido à risca pelo rei de Salamina. Mas os efeitos da potência divina sobre as ações humanas continuam similares: os efeitos de *éros* sobre a “natureza humana” transcendem a responsabilidade dos agentes, como se pode ver também em relação ao Héracles d’As *Traquínias* quando Dejanira procura destituir o herói da culpa pela infidelidade.

⁸⁷ No original: “Ερως ἀνίκατε μάχαν, Ἔρω, ὃς ἐν κτήμασι πίπτεις,/ ὃς ἐν μαλακαῖς παρειαῖς νεάνιδος ἐννυχεύεις,/ φοιτᾷς δ’ ὑπερπόντιος ἐν τ’ ἀγρονόμοις αὐλαῖς:/ καὶ σ’ οὐτ’ ἀθανάτων φύξιμος οὐδεὶς/ οὐθ’ ἀμερίων σέ γ’ ἀνθρώπων. ὁ δ’ ἔχων μέμνηεν./ σὺ καὶ δικαίων ἀδίκους φρένας παρασπᾷς ἐπὶ λῶβῳ,/ σὺ καὶ τόδε νεῖκος ἀνδρῶν ξύναιμον ἔχεις ταράξας:/ νικᾷ δ’ ἐναργῆς βλεφάρων ἥμερος εὐλέκτρον νύμφας, τῶν μεγάλων πάρεδρος ἐν ἀρχαῖς/ θεσμῶν. ἄμαχος γὰρ ἐμπαίζει θεὸς, Ἀφροδίτα.

Referências Bibliográficas

Documentação

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução e notas: Eudoro de Souza. In: Os Pensadores, vol. IV. Rio de Janeiro: Abril, 1973.

_____. *Tópicos*. In: Os Pensadores, vol. IV. Rio de Janeiro: Abril, 1973.

_____. *Ética a Nicômaco*. In: Os Pensadores, vol. IV. Rio de Janeiro: Abril, 1973.

_____. *Retórica*. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

SÓFOCLES. *Sophocles. Vol 1: Oedipus the king. Oedipus at Colonus. Antigone*. With an English translation by F. Storr. The Loeb classical library, 20. Francis Storr. London; Nova Iorque. William Heinemann Ltd.; The Macmillan Company, 1912. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0185>>. Acesso em: 25/06/2020.

_____. *Antígona*. Tradução: Guilherme de Almeida. In: Três tragédias gregas: Antígona, Prometeu Prisioneiro, Ájax. São Paulo: Perspectiva. 1997.

_____. *Antígone*. Tradução e introdução: Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva. 2009.

_____. *Antígona*. Introdução, tradução e notas: Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian. 6ª Edição. 2003.

_____. *As Traquínias*. Tradução: Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva. 2011.

_____. *Filoctetes*. Tradução, posfácio e notas: Trajano Vieira. 2ª edição. São Paulo: Editora 34. 2014.

TUCÍDIDES. *The Peloponnesian War*. Londres; Nova Iorque: E. P. Dutton. 1910. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0200>>. Acesso em 25/06/2020.

_____. *Historiae in two volumes*. Oxford: Oxford University Press. 1942. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.01.0199>>. Acesso em 25/06/2020.

_____. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução: Mario da Gama Kury. 4ª edição. Brasília: UnB. 2001.

Bibliografia

ADEODATO, João Maurício. Uma crítica retórica à *Retórica* de Aristóteles. In: _____ (Org.). *A retórica de Aristóteles e o direito: bases clássicas para um grupo de pesquisa em retórica jurídica*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 21-42.

APFEL, Lauren J. *The advent of pluralism: diversity and conflict in the Age of Sophocles*. Oxford: Oxford University Press. 2011.

BOTELHO, Bruno. A Pólis dividida: a representação da tirania e da democracia na tragédia Antígona, de Sófocles. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, p. 1-10, 2015.

CARTER, D. M. The Co-operative Temper: A Third Dramatic Role in Sophoclean Tragedy. *Mnemosyne*, v. 58, n. 2, p. 161-182, 2005.

DAGIOS, Mateus. *Neoptólemo entre a cicatriz e a chaga: o problema da peithó e a representação dos sofistas na tragédia Filoctetes de Sófocles*. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DE MIRANDA, Rodrigo. *Faces trágicas: a construção da imagem de si de Antígona, Ismênia, Creonte e Hêmon nos três debates do drama Antígona (442-0 a.C.), de Sófocles* (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

ETMAN, Ahmed. A Light from Thucydides on the Problem of Sophocles' "Antigone" and its Tragic Meaning. In: *L'Antiquité Classique*, T. 70, p. 147-153, 2001.

GARNER, Richard. *Law and Society in Classical Athens*. Nova Iorque: St. Martin Press, 1987.

GASTALDI, Viviana. Tragedia, oratoria y oralidad: fórmulas retóricas em um processo judicial (Esquilo, Euménides). *Synthesis*, vol 10, p. 77-90, 2003.

_____. *El logos trágico y la funcionalidad de la retórica*. Calíope, Rio de Janeiro, v. 12, p. 72-83, 2004.

GOLDHILL, Simon. *Reading greek tragedy*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1986.

GROTH, J. H. Wilamowitz-Möllendorf on Nietzsche's Birth of Tragedy. *Journal of the History of Ideas*, v. 11, n. 2, p. 179-190, 1950.

HALL, Edith. Lawcourt dramas: the power of performance in Greek forensic oratory. *BICS* 40, p. 39-58, 1995.

HAYSHI, Renato. Os *topoi* do entimema aristotélico: alicerces da argumentação jurídica. In: ADEODATO, João Maurício (Org.). *A retórica de Aristóteles e o direito: bases clássicas para um grupo de pesquisa em retórica jurídica*. Curitiba: Editora CRV, 2014, p. 89-100.

HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito, vol: I*. Petrópolis: Vozes. 2ª Edição. 1992.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JOHNSTONE, Steve. *The Consequences of Litigation in Ancient Athens*. Austin: University of Texas Press, 2000.

KNOX, Bernard. *The heroic temper: studies in Sophoclean tragedy*. Berkeley: University of California Press, 1964.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. 4ª edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2015.

LIAPIS, Vayos. Creon the labdacid: political confrontation and de doomed oikos in Sophocles' Antigone. In: CAIRNS, Douglas (ed.). *Tragedy and Archaic Greek Thought*. The Classical Press of Wales. 2013, p. 81-118.

MACDOWELL, Douglas. The oikos in Athenian law. *The Classical Quarterly*, v. 39, n. 1, p. 10-21, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Introdução à tragédia de Sófocles*. Apresentação à edição brasileira, tradução do alemão e notas: Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Introdução. In: SÓFOCLES. *Antígona*. Introdução, tradução e notas: Maria Helena da Rocha Pereira. 6ª edição. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 9-34.

REINHARDT, Karl. *Sófocles*. Brasília: Editora UnB, 2007.

ROSENFELD, Kathrin. *Antigone: Sophocles' Art, Hölderlin's Insight*. Aurora: The Davies Group, Publishers, 2010.

_____. Introdução. In: SÓFOCLES, *Antígona*. Tradução: Lawrence Pereira. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

ROSIVACH, Vincent. The Two Worlds of the "Antigone". *Illinois Classical Studies*, v. 4, p. 16-26, 1979.

SEGAL, Charles. *Sophocles Tragic World: Divinity, Nature, Society*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. *Tragedy and Civilization: an interpretation of Sophocles*. Norman: University of Oklahoma Press, 1999.

VAN DEN BERGE, Lukas. Sophocles' Antigone and the promise of ethical life: tragic ambiguity and the pathologies of reason. *Law and Humanities*, v. 11, n. 2, p. 205-227, 2017.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2011.

VIEIRA, Trajano. A morte de Ájax. In: *Três tragédias gregas: Antígona, Prometeu Prisioneiro, Ájax*. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 177-183.

_____. A voz contrária de Antígone. In: SÓFOCLES. *Antígone*. Tradução e introdução: Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 11-21.

A Plebe Romana: Análise de sua Origem e Organização Política

The Roman Plebs: Analysis of its Origins and Political Organization

Sidney de Souza Barros¹

¹ Professor Mestre em História Política pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ); Especialista em História Antiga e Medieval pelo CEHAM/UERJ; Pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ); Orientando da Prof.^a Dr.^a Maria Regina Cândido. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3051651008817296> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0916-4859>.

DOI: 10.12957/nearco.2021.57064

Resumo

Conhecemos a história das origens da plebe romana pelo viés preconceituoso e depreciativo das elites romanas, certamente pautado nos escritos dos membros da aristocracia senatorial e imperial. Pensamento que perdurara na historiografia até praticamente meados do século XIX, quando se começa a indagar as origens e as relações de participação e ascensão política dessa plebe nada ociosa. Visamos através das próximas linhas, apresentar uma breve análise das origens da plebe romana e das relações de poder estabelecidas nas graduais transformações dos períodos da monarquia e da república romanas como partes de um mesmo processo histórico inclusivo e participativo da plebe romana.

Palavras-chaves: Plebe Romana, História Romana, Plebeus em Roma.

Abstract

We know the history of the Roman commoners origins through the prejudiced and derogatory bias of the Roman elites, certainly based on the writings made by members of the senatorial and imperial aristocracy. A thought that had persisted in historiography until practically the end of the 19th century and the beginning of the 20th, when it began to inquire into the origins and the relations of participation and political rise of this idle commoner. Through the following lines, we aim to present a brief analysis of the origins of the Roman commoners and their power relations established in the gradual transformations during the periods of the Roman monarchy and republic as parts of the same inclusive and participatory historical process of the Roman commoners.

Keywords: Roman commoners, Roman History, Commoners in Rome.

Ao depararmos com as condições que envolvem as origens da plebe romana, observamos a existência da acirrada discussão historiográfica quando esta temática está condicionada pela obscuridade⁸⁸ e pela escassez da documentação⁸⁹ do período monárquico romano. Forjando-se entre o conjunto de historiadores e estudiosos clássicos, em textos ancorados na tradição oral, textos escritos e monumentos que não sobreviveram aos desgastes do tempo e as intempéries dos conflitos humanos os quais utilizaremos a historiografia contemporânea que os descreve como parciais, pelo caráter da condição social de quem os escreveu, certamente no que tange à escrita pertencente à aristocracia, e por que não dizer nessas linhas iniciais, aos patrícios⁹⁰. Mediante a esses obstáculos, o trabalho do pesquisador que se propõe a debruçar-se sobre a temática das origens da ordem social plebeia, precisa ter a consciência das dificuldades em não tomar como atributo a parcialidade, examinar a documentação com olhar salutar, preciso e imparcial, estabelecendo a meticulosidade investigativa na análise dos contextos social, político, econômico, cultural e religioso.

⁸⁸ José Arias (1949, p. 35), amplia seu discurso na direção do obscurantismo e acrescenta a escassez da documentação, como a causa da infinidade de hipóteses que circundam a temática das origens da plebe romana. Acrescenta que “é muito provável que nas origens de Roma somente existissem, pelo menos de *iure*, patrícios, *id ests*, uma classe de famílias detentoras de todos os direitos e, em consequência, a única que poderia pretender o governo e a direção dos negócios públicos. Outro grupo social, uma confusa ‘massa’ de habitantes, dos quais, à medida que cresce Roma começa a sentir-se mais frequentes as suas manifestações, essa é a **plebe...** (ARIAS, 1949, p. 35).

⁸⁹ Manuel Ferraz salienta a questão das dificuldades com que se deparavam os escritores ao definir o início da história romana e cita Barthold Georg Niebuhr que é considerado o primeiro historiador a analisar a controvertida matéria da escassez documental dos primórdios da história de Roma, de maneira crítica e sagaz sob aspecto científico. Mas a incerteza ainda pairou no espírito do mestre alemão, ao afirmar que “a história dos quatro primeiros séculos de Roma é reconhecidamente incerta e forjada”. Para ele “os patrícios são os únicos fundadores da comunidade e os primeiros a gozarem dos direitos políticos dentro dela; os primeiros cidadãos, perante os quais ficaram os estranhos à cidade” e dentro deles “havia os plebeus, subjugados por direito e levados para Roma. [...] (FERRAZ, 1989, p.29).

⁹⁰ Os romanos, como outros povos antigos, acreditavam que a desigualdade social era um fato da natureza. Por consequência, dividiam os cidadãos por lei em dois grupos chamados “ordens”, um com status social muito mais alto – a ordem senatorial (dos patrícios) – do que outro – a ordem plebeia. Essa divisão perdurou por toda a história romana. Os patrícios eram os aristocratas originais de Roma, tendo herdado o status por nascerem em uma minúscula porcentagem de famílias – cerca de 130 no total – classificadas de patrícias; nenhuma outra poderia atingir esse status (MARTIN, 2014, p. 74).

Dentre as inúmeras conjecturas sobre as origens da plebe romana, podemos destacar as palavras de Theodor Mommsen (1962, p. 123), distinguindo os chamados plebeus como um grupo formado pelos que haviam sido libertos do patronato, ou seja, saído das clientelas. Outros autores divergem desta opinião, como é o caso de Charles Maynz (1876, p. 41), o qual alega que os plebeus se constituíam em cidadãos livres trazidos dos territórios conquistados por Roma, argumenta:

Eles eram recebidos como membros do Estado, mas não tinham parte no exercício da soberania nacional. E tanto assim que os mantinham separados da *populus romanus*, que não podia ainda utilizar o costume dos itálicos, de *conubium* com as famílias dos *gentiles*, isto é, não havia casamento válido entre plebeus e patrícios. Tradução livre.⁹¹[...]

Acrescenta-se ao debate o argumento das diferenças econômicas dentro do próprio segmento social plebeu⁹², proposta que certamente direciona a ampliação das atenções caracterizadas pelo apontamento das dissensões posteriores entre o grupo social mais abastado de Roma e a plebe, constituída de indivíduos em ascensão econômica e a maioria desprovida de recursos. Temos nos escritores romanos dos séculos V a.C. e VI a.C. relatos claros e substanciais, que contribuíram para a exposição da abordagem que identifica uma série de violentos conflitos sociais dentro da própria Roma: entre o grupo hereditário de famílias “patrícias”, que monopolizavam todo o poder político e religioso na cidade e o restante de cidadãos, que se denominavam

⁹¹ Les plébéiens étaient les habitants libres du territoire conquis, auxquels on avait laissé de terres. Ils étaient reçus comme membres de l’Etat, mais ils n’avaient aucune part à l’exercice de la souveraineté nationale. Etant ainsi en dehors du *populus romanus*, ils n’avaient pas même, d’après l’usage italique, le *conubium* avec les familles de *gentiles*, c’est-à-dire qu’il ne pouvait y avoir de mariage civilement valable entre plébéiens et patriciens (MAYNZ, 1876, p. 41).

⁹² Erra quem nesta época dos primórdios da república romana assimilar a expressão de patriciado à de riqueza e a de plebe à de pobreza. Não. Os plebeus ricos eram muitos: prova-o a existência de doze centúrias de cavaleiros plebeus na primeira classe dos cidadãos, prova-o o ingresso de plebeus no Senado para o preenchimento das vagas que aí mantinha o rei Tarquínio. Todavia, se entre os plebeus havia ricos, entre os patrícios não podia haver pobres. Aos clamores dos pobres espoliados da terra e pela força reduzidos à condição de escravos ou clientes, juntou-se, pois, a força positiva dos ricos, engrandecidos pela política avara do Senado, e a união destes elementos fez declarar a primeira batalha contra os que pareciam, e eram de facto, privilégios dos patrícios. (MARTINS, 1987, p.77)

como plebeus. Segundo Thomas R. Martin estabeleciam-se como parcialmente excluídos da vida pública e administrativa de Roma.

Os plebeus constituíam o restante da população. Por conseguinte, eram em número bem maior do que os patrícios. É evidente que muitos plebeus eram pobres, assim como a maioria da população em todas as civilizações antigas. Alguns plebeus, no entanto, eram proprietários ricos e tinham funções importantes na vida pública. Portanto, seria um erro considerar os plebeus apenas como os “pobres e desrespeitados de Roma” (MARTIN, 2014, p. 76).

O autor deixa transparecer que, em suposta realidade, os plebeus mais ricos achavam que deviam ter tanta influência na sociedade e na política administrativa romana, quanto os patrícios. Os plebeus mais debilitados economicamente, ou mais pobres, em contrapartida, se ocupavam por preocupações relacionadas às necessidades da sobrevivência diária em um mundo sem nenhuma consciência de seguridade social. Constituíam-se o segmento social plebeu como um grupo bem diversificado de cidadãos⁹³, cujos interesses não necessariamente coincidiam, dependendo da riqueza relativa e posição na sociedade.

Inferimos sobre a possibilidade dos plebeus simplesmente estarem inseridos na sociedade romana como cidadãos, não de maneira ampla, fadados à escravidão, como permitia o direito de guerra e/ou por dívida que se praticava nesse período da história romana. Informação que nos leva à conjectural resposta sobre o aumento expressivo do número de plebeus, tanto por causa da medida de transformá-los em cidadãos, quanto o viés da extensão do território romano em expansão, características que ocorriam mutuamente, dominação territorial e inserção de povos. Nota-se que a

⁹³ As cosmovisões populares, por seu lado, constroem-se não como passado como imitação (mimesis) ou como submissão aos padrões eruditos. Se os ricos viviam um passado sem presente, os pobres viviam o presente sem um passado. Essa consciência do gozo do momento permeava a vida cotidiana do homem do povo. Forçados a trabalhar para viver, escravos e pobres, homens e mulheres sentiam, de forma muito clara, a significação da percepção e da fruição. Essa massa estava presente nos teatros, nos anfiteatros, nos bares e nos templos. Assistiam a tragédias, a recitais musicais e poéticos, a diversos gêneros de comédias... As lutas de gladiadores e entre homens e feras. Participavam ativamente, também de cultos de Baco, Ísis e Vênus... Compunham, ainda, suas próprias canções, trovas, músicas e danças (FUNARI, 2003, p. 26, 27).

inserção dos plebeus na sociedade romana lhes possibilitava a participação no exército romano, estabelecendo-se como participantes nas vitórias e nas conquistas do processo expansionista romano. Ressaltando que a inserção não ampliava os condicionamentos à participação na vida política da cidade, lugar de composição da nobreza aristocrática patrícia, questão que certamente será uma das querelas entre as “ordens sociais” em análise, o que informa o romanista Silvio Meira (1972, p. 79), “toda a história de Roma, desde a realeza, se desenvolve em torno da luta entre o fraco e o forte”, entende-se entre os plebeus e os patrícios.

Discussão ampla para ater-se na proposta de relevância sobre o viés das origens e características da plebe romana, cuja documentação – histórica, jurídica e literária – de forma unívoca se traduz como paradoxal, tanto na exposição e indicação dos fatos, como na veracidade das referenciais datas. Não se firma no âmbito da confiabilidade o que se configura como divergências nos discursos dos mais atilados literatos e pesquisadores que se contradizem, cada qual estabelecendo defesa a sua concepção de maneira catequética e dogmática. Temos nas obras de Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso, as primeiras análises (200 a. C) sobre o período em debate, ou seja, séculos após os eventos em pauta. Salientamos que estes escritos se configuraram como ‘verdade absoluta’ dos fatos até o século XVIII, quando historiadores iniciaram a releitura crítica do conteúdo dos anais. Segundo Arnaldo Momigliano (1963, p. 106) e Klauss Bringmann (2007, p.37ss), o caráter aguerrido da metodologia levou à seriedade no aprofundamento dos questionamentos pertinentes ao valor da historiografia relacionada à tradição analítica, considerados em relevância os fatos básicos, “autênticos”, ignorada a “superestrutura narrativa”. Somam-se a isso os avanços arqueológicos, que corroboram parcialmente as narrativas preservadas.

Seria extremamente ausência de cordialidade e amadurecimento intelectual, desconsiderar, ou tornar irrelevantes os indubitáveis valores que se fazem intrínsecos nos textos clássicos, pois eles refletem o que os romanos daquele período acreditavam

que seria a sua história: destacamos uma Roma sem constituição escrita, onde o Direito Público confundia-se com o Privado, e alicerçada no costume dos antepassados, o *mos maiorum*⁹⁴.

É claro que no terceiro século a.C. ninguém tinha uma ideia clara de como era a sociedade romana na primeira metade do século V. [...] Era muito mais fácil supor que a plebe e o patriciado de 500 a.C. eram muito parecidos com a plebe e o patriciado de 200 a.C. [...] Para esses analistas, as lutas entre os patrícios e os plebeus no século V a.C. pareciam naturalmente os mesmos conflitos da época de Caio Graco e Sulla (MOMIGLIANO, 2005, p. 169).

Com a perspicácia analítica introjetada na gama de textos incumbidos desta discussão, impulsionada a investigar as origens e as querelas que circundam a história da plebe de Roma, externa-se pelo âmbito da veracidade dos debates colocada em questionamento, podemos certamente inferir não no viés das discordâncias, mas condicionados a desmistificar o aparato documental de maneira a interpelar pelas circunstâncias sociais, políticas e econômicas que se posicionam diante das práticas de inserção dos plebeus e a hegemonia participativa e administrativa dos patrícios.

Arnaldo Momigliano contribui para o posicionamento sobre as diretrizes que se debruçaram os autores clássicos, ao fundamentar seus escritos na relevância das semelhanças entre períodos distintos e expressivamente distantes da história de Roma. Pautados nos relatos da tradição oral, estabelece contatos com escritos que não sobreviveram às agruras do tempo, e monumentos que relativamente puderam contribuir para que autores como Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso construíssem o

⁹⁴ Nesta expressão, o que traduzimos literalmente como “maiores” refere-se aos “mais velhos”, aos ancestrais romanos, simbolizando a reivindicação pela identidade romana através do reestabelecimento (e da manutenção) das condutas tradicionais romanas, que ficaram “esquecidas” nesses ancestrais. Tendo em vista que cada elemento tem características e/ou relações próximas com outros elementos, torna-se inviável fazer uma definição deles de forma totalmente isolada. Assim, para facilitar a compreensão do conjunto como um todo sem sacrificar a definição individual de cada elemento, realizamos a análise sob a seguinte perspectiva: a base do *mos maiorum* (no contexto do século I a. C.) é o tripé *virtus, pietas e fides*, pois constitui a essência da identidade romana; os demais valores são subordinados a essa base por serem ou consequência da execução desses valores basilares, ou parte que os compõe.

pensamento sobre as origens e as querelas plebeias identificadas por semelhanças do período em que viveram.

Aderimos à possibilidade de se pensar a plebe de Roma no período da monarquia, como um grupo disforme quando relacionado às características participativas na administração pública, e principalmente, nas reivindicações de equiparidade dos direitos dentro da sociedade romana, ou seja, a plebe⁹⁵ nos anos finais do período monárquico, e adentrando aos anos iniciais da formação da República romana, o qual buscava organizar-se.

Dos conflitos causados pelas diferenças entre patrícios e plebeus, surge o prisma de organização da plebe, fazendo brotar a necessidade da criação de líderes capazes e encorajados de, em qualquer eventualidade ou precisão, levantarem a voz protetora e audaz em defesa dos desprotegidos, dos humilhados e ofendidos daquele período e contexto histórico.

Observamos as possibilidades que se definiram como as motivações dos conflitos entre plebeus e patrícios. As opiniões divergem entre os autores. Para alguns prevalece a referência aos fatores de teor econômico do recrudescimento entre as ordens, baseada na distribuição equânime das terras e na exploração através da usura exercida pelos patrícios aos plebeus. Outros autores enveredam-se pela vertente das distinções etnográficas⁹⁶, dividindo patrícios como de origem etrusca ou sabina,

⁹⁵ O termo latino plebs significa «massas» ou «multidão» e, como assinalamos, não é líquido que originalmente tivesse um sentido negativo ou pejorativo, como acabou por vir a ter. Gaudemet sugere que a plebe não seria constituída por «pobres invejosos da fortuna dos patrícios», mas sim um grupo socialmente heterogêneo, no seio do qual se encontrariam artesãos, comerciantes, clientes afastados dos seus patrocinadores e escravos libertos atraídos pela vida urbana (sobretudo a chamada plebs urbana, portanto). É possível. Ainda assim, as fontes sugerem que aqueles que levaram a cabo a secessão de 494 a. C. teriam sido indivíduos socialmente desfavorecidos, pelo que, como nota Cornell, é bem provável que tenha sido o movimento plebeu a criar a plebs como grupo e não o inverso (CORNELL, 1995, p. 257).

⁹⁶ Teorias fundadas em diferenças étnicas, hoje em descrédito por sua multiplicidade, pela falta de fundamento probatório e por suas contradições internas. Referências: De Martino, pp. 73, 76-79; Cornell, 1995, pp. 243-4.

direcionada à superioridade da última dinastia de reis e plebeus como descendentes dos povos dominados ou semi-escravizados. Acrescentam-se a essa discussão exaustiva as condições religiosas⁹⁷, a destacar a proibição dos casamentos entre as ordens – os plebeus não possuíam o *ius conubii*, o direito entre patrícios, de contrair “justas núpcias” -, um período em que se dava relevância ao tipo de matrimônio religioso: o *confarreatio*⁹⁸.

Regressamos e insistimos no estabelecimento de questões etnográficas ou no viés econômico deficitário da plebe por não possuir as terras, desprovida de grandes recursos, impediam-se, assim, as uniões matrimoniais com a ordem patrícia. A questão do *ius conubii* constitui-se como o primeiro registro legal entre as duas ordens, cuja inserção na Lei das XII tábuas é descrita.

Não dispensamos o aspecto militar como possível motivador também das querelas entre patrícios e plebeus. Quando os últimos participavam do exército em épocas de conflitos e guerras ofereciam seu sangue e suas vidas nas batalhas e, ao regressar, segundo Silvio Meira: “... muitas vezes eram estropeados, não eram aquinhoados na repartição das terras. Pelo contrário, encontravam suas pequenas propriedades abandonadas, o que os forçavam a recorrer a empréstimos usurários⁹⁹ aos patrícios” (MEIRA, 1996, p. 13).

Diante das disparidades nas variadas opiniões à constituição das duas ordens que compunham o mundo romano antigo, conscientiza-se que os romanistas, portanto, possuem o dever de vislumbrar nas entrelinhas da historiografia

⁹⁷ Os plebeus eram *gens* sem religião, não tinham *ius sacrorum*, sem o direito de consultar os auspícios, *ius auspiorum*.

⁹⁸ Segundo Theodor Mommsen, o *confarreatio*, configura-se um rito arcaico de casamento, aparentemente restrito a patrícios, era exigido dos flâmines e do *rex sacrorum* mesmo séculos depois; por sua evidente antiguidade, ele foi entendido por Mommsen como a forma original de casamento em Roma (MOMMSEN, 1894a, pp. 72).

⁹⁹ A História de Roma está repleta de exemplos em que velhos soldados lamentam a sua sorte. E de devedores encarcerados e maltratados. Tito Lívio descreve, com tintas de tragédia, os episódios dessa natureza, entre eles o que deu origem a *Lex Poetelia Papiria*, no ano 326 a.C. (MEIRA, 1996, p.13).

sobrevivente as causas e origens da divisão da sociedade romana entre patrícios e plebeus. O primeiro a esforçar-se nesse sentido, destacamos Barthold Niebuhr, converge com o mesmo pensamento de Giuseppe Grosso e Vincenzo Arangio-Ruiz, na argumentação de compreender a plebe como uma organização separada da Roma patrícia. Propõe-se que as origens da plebe romana se constituem como comunidade de agricultores livres¹⁰⁰ com certo tipo de organização primária, religião e direito, independentes dos patrícios.

Theodor Mommsen (1894, p.114) argumenta que os plebeus se originam dos imigrantes, artesãos e comerciantes, que estabeleciam relação de clientela com o rex ou para com os patrícios. A deficiência dessa relação de certa ‘reciprocidade’, certamente tornou conflituosa, na medida em que, alterou os laços de clientela, visto que a escassez de direitos políticos dos plebeus, o que resulta na formação da tradição analítica da clientela, ao apoiar os patrícios na resistência às reivindicações plebeias¹⁰¹.

A refutação das argumentações supracitadas, de Arnaldo Momigliano¹⁰², infere no discurso sobre as condições divisórias na consistência militar. O autor argumenta

¹⁰⁰ “...com sede no Aventino e no Esquilino, constituída por habitantes das regiões vizinhas a Roma e, com o passar do tempo, por imigrantes. Sérvio Túlio, monarca plebeu, teria organizado a plebe em trinta tribos, às quais posteriormente foram adicionados os patrícios e seus clientes” (NIEBUHR, 1827, pp.252 – 253).

¹⁰¹ Todas as causas citadas no decorrer do texto concorreram para a enorme cisão entre patrícios e plebeus. O domínio patrimonial, o controle da propriedade, a concentração financeira, o desprezo religioso, o julgamento de superioridade em relação ao outro, fenômeno bem humano e que se repete historicamente. A nobreza do poder e a nobreza da pecúnia, diríamos nós. Ricos e pobres em contenda até correr sangue. A História haveria de oferecer um exemplo memorável: os pobres que fazem ricos e se julgam nobres; os ricos que se tornam pobres e caem na escala social. Um fato histórico de todos os tempos.

¹⁰² É questão de particular curiosidade por que o conflito das ordens jamais resultou em luta armada entre o patriciado e a plebs: não há registro de uma batalha sequer. Momigliano defende que a plebe então não fazia parte do *populus* (isto é: da infantaria, que seria composta por clientes), exceto em situações de emergência; e oferece como prova o fato de a organização da plebe após a secessio ter sido flagrantemente não militar, apesar da evidente facilidade de transpor e adaptar o modelo da organização político-militar patrícia, e de a própria insurgência da plebe ter sido não violenta, muito embora a cavalaria no exército arcaico correspondesse a somente um décimo da infantaria. Nota ele: “The plebeians refused to obey the patricians, but they did not do battle with them. Unless human nature has changed since the fifth century B.C., the only possible explanation of this fact is that the

que os patrícios se configuravam pertencentes à cavalaria do exército romano e, a plebe, à infantaria. O mesmo defende que os plebeus não teriam rendimentos para arcar com o armamento e as indumentárias necessárias para a guerra, mas que uma evolução gradual e econômica da plebe fez com que as relações entre as ordens sociais se alterassem, o que contribuiu para o ingresso da plebe na infantaria e, consequente espaço satisfatório conquistado que possibilitou a ascensão no contato com aliados de magistraturas importantes, como os senadores de origem plebeia e clientes descontentes com o patriciado.

Mediante aos discursos e aos debates que circundam as características da plebe e sua disputa com os patrícios por inserção nos direitos da sociedade romana, destacamos o processo de inquietação pelo qual a plebe, demasiadamente revoltada com tais arbitrariedades, externa o seu desgosto através de várias ameaças de secessão e de greves militares. Processo que se prolongou, segundo Wolfgang Kunkel (1972, p. 13), durante um século.

A plebe, durante o período republicano, alcança inúmeras vitórias relacionadas às reivindicações aos direitos participativos e relativamente igualitários na sociedade romana direcionadas aos patrícios. Tais ameaças respaldavam-se na *secessio plebis* e ausência ao *corpus* militar, na proposta plebeia em se tornar uma ‘República dentro da República’. Certamente, o receio de que as ameaças se concretizassem, fez com que os patrícios repensassem as condições de inclusão e mais direitos à plebe, pois, do contrário, o descontentamento da plebe poderia trazer sérias consequências para Roma. Destacamos o comentário de Oliveira Martins (1987, p. 79) sobre a ação dos plebeus:

plebs were able to cause serious embarrassment to the patricians by their disobedience, but were not adequately equipped to confront them in battle.” (Momigliano, 2005, pp. 174ss.) Para Kurt Raaflaub, o fato de o conflito das ordens não ter gerado uma guerra civil que provavelmente enfraqueceria Roma a um grau letal se deve ao contexto de constantes pressões externas em que a cidade se formou. O povo romano em muito valorava o serviço à comunidade, a disciplina e a solidariedade contra ameaças externas, a despeito de eventuais discórdias internas (Raaflaub, 2006, loc. 2421).

lam fundar outra cidade – e que seria de Roma, a Roma apenas patrícia, se lhe faltasse com a plebe o exército? Como resistiria o Senado às guerras inevitáveis que traria o estabelecimento da cidade dos plebeus às portas de Roma? Como resistiria, sozinha, aos sabinos, aos etruscos inimigos? Forçoso era transigir, anuindo ao que os soldados reclamavam: tribunos seus, tribunos da plebe, cuja missão fosse proteger os devedores pobres contra as prepotências dos patrícios. [...] (MARTINS, 1987, p. 79)

Ao pensar nas possibilidades desta segregação, denominada *secessio plebis*, e na recusa dos plebeus à participação no exército, em um período de guerras constantes que ameaçavam a República, os patrícios retrocederam, por consenso, em algumas posições jurídicas impostas de outrora, o que modificou a legislação e ampliou na construção de um código de lei (Lei das XII Tábuas¹⁰³ – 450 a.C.), que continha leis antigas, alterações e leis novas que permitiram aos plebeus certa acessibilidade política à República e o condicionamento de co-participação administrativa com relevância na conquista de magistraturas plebeias, as quais certamente, alteraram de maneira crescente a vida de inúmeras pessoas que antes estavam marginalizadas na sociedade romana. A partir dessas mudanças, a plebe teria a instrumentalidade legislativa para que alçasse na tentativa de galgar degraus de inclusão à conquista da sensação efêmera de paz na inserção social.

Árdua discussão historiográfica se estabelece de maneira a ampliar as possibilidades sobre quais foram realmente as motivações que levaram a confecção deste código de lei, que; por um lado, beneficiava os plebeus em solucionar querelas de outrora; por outro lado, regulamentaria de forma intencionalmente amenizadora e, por que não dizer, apaziguadora da segregação entre os plebeus e os patrícios. A

¹⁰³ Depois das concessões obtidas pela plebe através da *secessio*, outra e posterior conquista da plebe no início da República foi a elaboração da *Lei das XII Tábuas*, às quais Tito Lívio hiperbolicamente se refere como a fonte de todo o Direito público e privado. E ela seria a única obra legislativa de seu escopo em Roma até as *Institutas justinianas*. Essa lei foi um marco na ascensão dos plebeus por lhes conferir um grau de segurança jurídica até então impensável em Roma; mas, ao mesmo tempo, ela revela com obviedade a opressão da plebe que assolaria a sociedade romana pelos séculos a seguir. A contradição inerente ao tratamento da Lei das XII Tábuas como conquista na plebe se traduz com clareza no tratamento dado pela tradição analítica do episódio de sua criação.

historiografia não se apresenta como ingênua em considerar a aceitabilidade desta nova proposta legislativa e jurídica, sem que de algum posicionamento revelasse o sentido de possível viés hegemônico de participação dos patrícios a *posteriori*. Expõe Eder:

O principal objetivo era reintegrar a *plebe* em uma ordem de comunidade e estado definida exclusivamente pelos próprios patrícios. Pois não eram os plebeus que queriam construir um ‘estado’ dentro do ‘estado’, mas os patrícios que o excluía, insistindo em formar o ‘estado’ de acordo com seus próprios ideais. Garantir a homogeneidade dos patrícios e o *status quo* econômico eram apenas objetivos secundários. No entanto, esses objetivos secundários foram perseguidos de forma eficaz” (Tradução nossa)¹⁰⁴.

O autor supracitado oferece possíveis e diversas perspectivas sobre as propostas da Lei das XII tábuas. Posicionamentos esses que inferem nos interesses da aristocracia patrícia mediante à oposição estabelecida pelos conflitos sociais e às ameaças da *secessio plebis*. Argumentação que abre precedentes para conjecturar o processo de constituição desse código de leis, não como demanda da plebe prejudicada pelas arbitrariedades dos patrícios, mas tendenciosamente com a finalidade inicial da ordem social dos patrícios em estabilizar o *status quo*, melhorar sua predominância, e certamente reforçar os códigos de conduta social, cuja uniformidade, restringia a formação desordenada de regras costumeiras por julgamentos imprevisíveis e fortalecia direitos patrimoniais, essenciais à prosperidade dos patrícios.

Torna-se evidentemente clarificado aplanar o discurso de que as conquistas da *secessio plebis*, direcionadas à despossada e marginalizada plebe romana, nos anos iniciais da República, desestabilizaram paulatinamente a aristocracia romana. Ousamos

¹⁰⁴ “The main goal was to reintegrate the *plebs* into an order of community and state that was exclusively defined by the patricians themselves. For it was not the *plebs* that wanted to build up a state within the state, but the patricians who excluded it by insisting on forming the state according to their own ideals. To secure the homogeneity of the patricians and the economic status quo were only secondary goals. Nevertheless, those secondary goals were pursued effectively” (EDER, 2005, p.239).

argumentar que o patriciado viu-se diante de um dilema unívoco, que concedeu abertura política a *plebe*, o que originou o surgimento de uma elite plebeia em ascensão – *os nobilitas* – que posteriormente agiria com parcialidade e em benefício próprio. Tal ação possibilitou a ascensão dos plebeus às magistraturas romanas e à inauguração dos cargos de *Tribuno* da plebe e *Edis* da plebe, magistraturas que durante certo tempo colocariam fim às injustiças e às parcialidades dos patrícios.

A secessão foi, portanto, utilizada, como arma inteligente para forçar soluções. A plebe não era apenas urbana, mas também campesina, rústica. Estava visceralmente entranhada na comunidade embora com características próprias, hábitos próprios, interesses próprios. Sem poder embora, sem comando, sem magistraturas poderosas, no início da vida romana, ela era, todavia, um sustentáculo de todo o edifício social. Constituía, como admitem muitos autores um 'estado dentro do 'Estado'. Uma vida paralela se desenvolvia entre as duas ordens. Daí porque a secessão constituía arma terrível utilizada, em várias oportunidades. Na primeira a plebe se teria dirigido para o Monte sagrado ou Aventino. Ameaçava constituir uma nova cidade, vizinha e adversária futura de Roma. Os patrícios teriam que submeter-se à pressão coletiva. E foi o que aconteceu. ...A secessão nasceu da intranquilidade, do desejo de justiça, do desequilíbrio social. A secessão é que foi a matriz de tudo o que se fez depois, através dos séculos (MEIRA, 1996, pp. 15-16).

Silvio Meira enfatiza a importância da *secessio plebis* na construção da sociedade romana republicana. O autor credita nas divergências entre plebeus e patrícios as possibilidades que fizeram Roma progredir na ambiência jurídica e legislativa, aumentar seus domínios e estender os acessos políticos e administrativos da ordem social dos plebeus, marginalizados de outrora, que a partir de 494 a.C., conquistaram defensores a nível de magistraturas republicanas e outorgadas em peso de lei, com poderes de limitar as injustiças atribuídas pelos patrícios.

Através da *secessio plebis*, das condições e das motivações que levaram os plebeus ao Monte Sagrado ou Aventino, surge o prisma de esperança para os setores subalternos de Roma, talvez a quimera de se pensar o começo de uma amistosa relação, mesmo tendo o conhecimento através dos textos clássicos, de que as

divergências de interesses entre as duas ordens sociais perdurarão até séculos mais tarde, como será mostrado no decorrer deste trabalho historiográfico.

Pautados no discurso da documentação analisada, podemos inferir, de maneira analítica e fundamentados na argumentação que dela emerge, que, as magistraturas conquistadas pelos plebeus se configuraram à porta de entrada para a ascensão política e econômica de parte da plebe (*nobilitas*) e a inclusão no princípio de relativa participação nas questões da República por parte dos plebeus, que, mediante à conquista dos cargos de *Tribunus Plebis* e *Edis Plebis*, condicionaram o acesso com viés de justiça e o princípio da equidade pela inclusão dos desafortunados.

Na brevidade deste artigo empenhamo-nos em conhecer a plebe que durante algum tempo foi martirizada e depreciada pela historiografia tradicional, pautada nos autores clássicos que constituíam a aristocracia, ou seja, textos sobre os pobres, escritos pelo olhar das elites. Temos relatos claros e substanciais, que contribuíram para uma exposição da plebe e seus conflitos com os patrícios. Os plebeus, em grande parte, excluídos da participação da vida pública e administrativa de Roma, e os patrícios, detentores do poder político e religioso da cidade, onde “toda a história de Roma, desde a realeza, se desenvolve em torno da luta entre o fraco e o forte, entende-se entre os plebeus e os patrícios” (MEIRA, 1972, p. 79).

Longe de ocasionar a intencionalidade em findar a possibilidade de qualquer estudo sobre a relação da historiografia com as origens da plebe romana, este artigo tem a primazia de possibilitar que outros estudiosos tenham contato com suas linhas escritas, de forma a aprofundar e ampliar as argumentações aqui apresentadas. Criam-se perspectivas futuras para que outros temas e objetos possam ser escolhidos para aprofundar outras relevantes análises, já que se tratando da temática da plebe romana, deixa-se margem a outros esforços e empreendimentos interpretativos.

Referências Bibliográficas

ARIAS, José. *Manual de Derecho Romano*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Guillermo Kraft, 1949.

BRINGMANN, Klaus. *A History of the Roman Republic*. 1a edição. Cambridge: Polity Press, 2007. 358p.

CORNELL, T. J., *The beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. London, Routledge, 1995.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Critical Essays*. Translated by S. Usher. Cambridge: Harvard University Press, 1974. t. I. 670 p.

EDER, Walter. *The Political Significance of the Codification of Law in Archaic Societies: An Unconventional Hypothesis*. In: RAAFLAUB, Kurt A. (Org.). *Social Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*. 2a. edição. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 239 – 267.

FERRAZ, Manoel M. de Figueiredo. *Do tribulado da plebe*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2003.

KUNKEL, Wolfgang. *Historia del derecho romano*. Barcelona: Ediciones Ariel, S.A., 1966 y 1972.

LIVIO, Tito. *Historiarum ab Urbe Condita*. Olyssipponae, Typ. Nationali, 1862.

MARTIN, Thomas R. *Roma Antiga, de Rômulo a Justiniano*. Tradução de Iuri Abreu. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARTINS, OLIVEIRA. *História da república romana*. 7. ed. São Paulo: Guanabara Dois, 1987.

MAYNS, Charles. *Cours de Droit Romain*. v.1. 4.ed. Bruxelles: Bruylant-Christophe & C^o(ie) libraires-editeurs, 1876.

MEIRA, Silvio. *A Lei das XII Tábuas: fonte do direito público e privado*. Rio de Janeiro, Forense, 1972.

MEIRA, Silvio. *Curso de direito romano história e fontes*. São Paulo: LTr, 1996.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *An Interim Report on the Origins of Rome*. In: *The Journal of Roman Studies*, Vol. 53 (1963). p. 95 – 121.

_____. *The Rise of the plebs in the Archaic Age of Rome*. In: RAAFLAUB, Kurt A. (Org.). *Social Struggles in Archaic Rome: New Perspectives on the Conflict of the Orders*. 2a edição. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 168 – 184.

MOMMSEN, Theodor. *The History of Rome, Vol. 1*. 1a edição. London: Richard Bentley & Son, 1894a.

MOMMSEN, Theodor. *História de Roma (excertos)*. Trad. Antonio Olinto. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

NIEBUHR, Barthold. *The Roman History, Vol. 1*. 1a edição. London: C. and J. Rivington, 1827.

RAAFLAUB, Kurt A. *Between Myth and History: Rome's Rise from Village to Empire (the Eighth Century to 264)*. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN- MARX, Robert (Org.). *A Companion to the Roman Republic*. Edição Kindle. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

Resenhas

“A África e o Mediterrâneo: Aproximações Contemporâneas”.
Por Cláudio Umpierre Carlan, Raquel dos Santos Funari e Filipe
Noé Silva (orgs.). [S.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020, 156
páginas - ISBN: 978620079086-6

Paulo Pires Duprat¹

¹ Doutorando em História pela Unicamp, sob orientação de Pedro Paulo Abreu Funari desde 2016. Servidor público federal na ativa desde 2005, atuando como bibliotecário na FAU/UFRJ. ppduprat@yahoo.com.br / ppduprat@fau.ufrj.br

DOI: 10.12957/nearco.2021.54941

A obra que motivou essa resenha está inserida numa perspectiva que busca enfatizar a relevância da África para a interação étnica, cultural, social e econômica do Mediterrâneo antigo. Carrega contribuições de diversos autores de diferentes países (Brasil, Portugal e Espanha); alguns são afrodescendentes, homens e mulheres, boa parte deles distantes dos centros hegemônicos, evidenciando que essas condições periféricas ou semiperiféricas podem contribuir para um olhar mais crítico sobre a História e o seu ensino, o que se traduz no engajamento social e pedagógico dos artigos que se sucedem. Sobressai nessas linhas a preocupação com as minorias e a importância da Arqueologia para o estudo da História Antiga. Todos buscam dialogar com o leitor e propor modos mais diversos e justos de interpretar a sociedade para melhor registrar sua história. Tais reflexões nos permitem destacar o verdadeiro papel do estudioso: buscar a diversidade das narrativas e compreender a construção de visões e apropriações do passado.

No artigo “Os etíopes, os gregos e os egípcios e a conectividade sociocultural no mundo antigo, de Maria Regina Cândido (NEA / PPGH / UERJ – PPGHC/UFRJ) e Alair

Figueiredo Duarte (NEA / UERJ – CEHAM / UERJ), os autores enfatizam a diversidade e o aspecto marítimo e comercial das relações entre africanos e gregos na Antiguidade. Exploram o fenômeno da hospitalidade grega (Areté) como um símbolo de virtude e forma de propagar *status* social. Trazem evidências literárias e arqueológicas que indicam que desde a Idade do Bronze os gregos tinham relações com etíopes e os distinguiam pela cor da pele e os relacionam com o ritual do “banquete”, um modo festivo e hierárquico com o qual estabeleciam suas alianças, destacando a refinada visão geopolítica dos gregos. Apresentam afrescos do Palácio de Cnossos que aludem à Tauromaquia, sugerindo que a atividade atlética fazia parte da sacralidade do ritual de hospitalidade entre cretenses e etíopes, destacando a conectividade marítima entre os povos na Antiguidade. Enfatizam a atuação do mercenarismo nas relações entre gregos, egípcios e núbios, apresentando um viés alternativo sobre a relação entre gregos, romanos e africanos enquanto precursores da civilização e da política da História Ocidental, com reflexões importantes acerca do papel da África como berço da humanidade, apresentando uma empolgante bibliografia.

Em “A África Proconsular e as reformas políticas”, contribuição de Cláudio Umpierre Carlan (ICHL / PPGHI / UNIFAL-MG), para falar da África romana, Carlan situa seu recorte temporal no Principado, após a remodelação que Augusto iniciou e Cláudio concluiu, quando transformaram a maior parte da África do Norte em uma província inserida no novo contexto econômico e estratégico estabelecido desde a supremacia romana perante os cartagineses no entorno do Mediterrâneo. Estabelece a proeminência dos símbolos construídos através dos fenômenos culturais que foram apropriados da Antiguidade para a construção do discurso ideológico das nações dos séculos XIX e XX, enfatizando o caráter simbólico da moedas, arquitetura, escultura e literatura, dentre outros, enquanto precursores do culto imperial, um tipo de propaganda que foi primordial para a manutenção das elites na área, que fora tomada aos cartagineses, sugerindo que a Numismática pode comprovar que, na Antiguidade, a moeda detinha um poder de unificação territorial maior do que o idioma e a religião.

Já o artigo “Identidade e alteridade na África Proconsular no Baixo Império: romanos, berberes, judeus e cristãos (séculos III a VII da Era Comum)”, de Sérgio Alberto Feldman (UFES) perfaz uma reflexão sobre o advento do cristianismo e a alteridade judaica na África Proconsular romana. Enfatiza a origem fenícia/cartaginesa da região, dado fundamental para entender a influência cultural oriental e semítica da região, introduzindo a ideia de “cadinho de cultura e religiões” para explicar o caráter multifacetado das interações culturais entre os povos. Estabelece que na disputa da área pelas potências, Roma prevaleceu não só como poder político como também na produção das fontes literárias e que essa “história dos vencedores” deve ser interpretada com reservas pois se trata de uma versão nada imparcial. Evidencia a relação entre diversos povos semitas na área, indicando sua origem linguística em comum. A seguir, transcorre a conturbada relação entre o império romano e os judeus, entre idas e vindas no que tange à tolerância religiosa e a eclosão de sucessivas revoltas entremeadas com períodos de paz relativa, na qual não poderiam faltar a destruição do segundo templo em 70 d.C. como o estopim da deterioração das relações entre colonizadores e colonizados, suscitando nas diásporas. Em seguida, descreve as trajetórias dos pensadores cristãos eclesiásticos, sobretudo Santo Agostinho, enfatizando o papel da retórica na obra destes intelectuais, sob a perspectiva da escalada do antissemitismo num império que estava deixando de ser tolerante com a religião dos colonizados. Contudo, fica claro que a tenacidade dos judeus permitiu que o Judaísmo sobrevivesse no Norte da África após a queda do Império do Ocidente e permanecesse ativo mesmo sob fase do domínio do Islã e no decorrer do período medieval.

No artigo “Onde está o Egito antigo? Desafios do ensino de História”, a professora Raquel dos Santos Funari demonstra que a resposta a essa pergunta pode ser desconstruída, ambígua e um tanto constrangedora. Partindo de sua extensa prática pedagógica, faz uma crítica do ensino em História, em geral, e do ensino da História Antiga, em particular, como incapazes de transmitir aos alunos uma base

consistente na área, por enviesar a percepção que os alunos formam entre os fenômenos da escravidão antiga e moderna, impregnando essas noções com as modernas concepções de raça e cor da pele que inexistiam na Antiguidade. Defende a necessidade de formar nos alunos uma visão mais crítica sobre o passado, torna claro os usos do passado histórico no presente, sugerindo técnicas pedagógicas avançadas para contornar o problema e conscientizar os alunos que, afinal, serão os futuros professores. A professora identifica a raiz do problema nas desigualdades sociais e na função coesiva que permanece intrínseca à escrita da História, cuja função seria dar sentido à uma sociedade repleta de contradições sociais, cujos exemplos vão desde Tiradentes ao advento dos bandeirantes enquanto precursores da identidade nacional. Outro aspecto do problema repousa sobre os preconceitos e outros valores subjetivos inerentes à sociedade brasileira, que vão desde a desvalorização do trabalho manual até uma percepção “aristocrática” que relega à marginalidade os indivíduos de tez mais escura. Todas estas questões culminaram no sentido de dotar de cor a identidade das classes subalternas no Brasil, o que contamina a percepção dos alunos quanto ao fenômeno da escravidão do Egito antigo. Como lidar com isso em sala de aula? Torna-se necessário recorrer à métodos didáticos estratégicos, tais como: envolver os alunos em atividades lúdicas e participativas de maneira a despertar seu interesse; trabalhar com mapas; apresentar grupos linguísticos de forma a demonstrar continuidades e rupturas; apresentar a África como o “berço da humanidade” que colonizou o continente europeu desde priscas eras, origem das mais antigas civilizações do Oriente Médio, tais como Mesopotâmicos, babilônicos, fenícios, hebreus e árabes, todos africanos. O estudo do Egito Antigo pode servir para repensar o passado e o presente, estimulando o gosto dos alunos pela diversidade humana e o respeito às minorias.

O artigo “*Oleum afrum et hispanum*”, de José Remesal Rodriguez, catedrático da Universidade de Barcelona e patrono da CEIPAC, recorre a um estudo comparativo que recorre à tese da interdependência provincial para explicar a relação que Roma mantinha com suas colônias. Enfatiza a necessidade que o imperador tinha em manter

os dois pilares que sustentavam seu poder: a plebe de Roma e o exército. Era, portanto, primordial garantir o abastecimento de ambos, o que direcionou as decisões imperiais durante o Principado. Tudo isso dependia da capacidade que as colônias tinham de suprir a metrópole com os produtos alimentares necessários e que esse papel trocou de mãos de acordo com as conjunturas econômicas e interesses dos membros do Senado no decorrer dos séculos. No início do Principado, a Hispânia esteve no centro dos acontecimentos econômicos devido à elevada produção de *staple foods* da Bética, mas tudo isso iria mudar. Augusto, a partir de 22 a.C., se encarregou da tarefa monumental de instituir e viabilizar a *Annona* e começou a desempenhar o papel do imperador que “dita as normas do jogo” mas, tempos depois, Vespasiano reorganizou o sistema; e a política de Severo deixou claro que os interesses políticos mudam de acordo com a origem e simpatias dos imperadores e senadores. Enfim, se num dado momento a situação foi favorável à Bética, em período posterior, essa primazia migrou para as províncias africanas. O autor cita extensa documentação literária e arqueológica que comprova este fenômeno. De acordo com pesquisas realizadas no Monte Testaccio, depósito ligado de forma inextricável à *annona* romana, pode-se perceber que o azeite tripolitano foi ganhando importância e suplantando o azeite bético a partir de III d.C. Deste modo, o autor defende que estudos comparativos acerca da trajetória das províncias permitem observar a evolução administrativa e econômica do Império Romano e que a Anforologia é uma ferramenta indispensável para se alcançar este objetivo.

A contribuição de Elaine Ribeiro (UNIFAL-MG), “A História Antiga nos materiais de ensino do Partido Africano na Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)”, identifica os diferentes usos da Antiguidade no mundo contemporâneo e sua ligação com a construção da identidade nacional. Sob este contexto, a autora perfaz um estudo da documentação didática que foi elaborada no bojo da luta contra o colonialismo português, entre 1963 a 1974. Para alcançar seus objetivos, elabora em pormenores um panorama histórico do fenômeno, ressaltando o papel da liderança de

Amílcar Cabral no movimento, buscando conscientizar o leitor sobre a influência do imperialismo na economia do continente, bem como da importância e do caráter diverso da História da África.

Em “O Egito Faraônico e a África negra: o caso da XXV Dinastia (715-664 a.C)”, artigo de José das Candeias Sales (**Universidade Aberta, Centro de História da Universidade de Lisboa**), alega que a visão eurocêntrica está contaminando os estudos sobre Egiptologia e parte do princípio de que é necessário enfatizar de forma categórica o caráter africano nos estudos sobre a área, ressaltando que o Egito foi influenciado tanto pelos povos do Oriente Próximo quanto os da África negra. Apresenta novos modos de pensar, inspirado nas propostas da Escola de Dakar, que rejeita de forma veemente o papel dos negros enquanto personagens passivos de sua história. Defende que a relação entre o Egito e a África negra devem nortear as investigações e, para alcançar seus objetivos, oferece um rico estudo de caso sobre as relações entre o Egito e a Núbia, com ênfase na documentação oriunda da cultura material e de elementos da vida cotidiana, tais como hábitos religiosos, mumificação, cerâmica, cestaria, indumentária, entre outros, para identificar paralelismos culturais e insuspeitas alternâncias de poder no decorrer da Era Faraônica.

Já o Filipe Noé da Silva (doutorando de Unicamp e professor das Faculdades Integradas Maria Imaculada, SP), contribui com o artigo “Diversidade étnica e cultural na África romana: uma introdução através da epigrafia”, inicia a contribuição enfatizando que o campo tem estado em revolução desde sua fundação, no século XIX, com um ápice revelado nas últimas décadas, alterando o modo como essas interpretações são percebidas e passadas aos alunos universitários ao redor do globo. Boa parte deste fenômeno se deve à interseção entre fontes literárias e arqueológicas, o que tem aumentado a opção pelas fontes advindas da cultura material, com ênfase para os artefatos inscritos. Ao citar renomados especialistas brasileiros da Arqueologia e História romana tais como Pedro Paulo Funari e Renata Garraffoni, ganha

credibilidade ao propor uma reavaliação crítica da trajetória histórica dos subalternos sob a ótica das teorias pós-coloniais para que possamos alcançar temáticas específicas tais como aquelas relacionadas ao gênero ou “raça”. Discorre acerca de alguns aspectos epistemológicos sobre a Arqueologia, tais como o advento do pós-processualismo e sua ênfase no caráter subjetivo das interpretações, apoiando-se em Hodder e Trigger para refutar as teorias que defendem a aculturação (como a romanização) ao invés da síntese cultural e que essas reutilizações foram praticadas para dar sentido ao moderno colonialismo. Para comprovar suas hipóteses, propõe um estudo de caso sobre a África Romana, com ênfase na interface das culturas, situado em Léptis Magna, na África Proconsular, enfatizando o evergetismo de um personagem específico, “Anôba Rufo”, através de duas inscrições bilíngues datadas do tempo de Augusto. Suas traduções a partir do latim podem se transformar em instrumentos didáticos sobre o tema. Salta aos olhos a síntese cultural através da tradução das inscrições, preservadas em neopúnico e em latim, e as nuances de sua tradução, que muito podem revelar sobre as condições políticas e culturais das províncias, bem como deste personagem notável enquanto cuidador da cidade, dotado da responsabilidade moral e política que estava reservada àqueles que estavam no poder e ganhando muito dinheiro com isso. Era, portanto, necessário dar uma contrapartida à sociedade, materializada sob a forma de edifícios públicos. Enfim, como o professor Remesal certa vez afirmou, “transformar um artefato arqueológico em documento histórico não é tarefa fácil.” Não obstante a dificuldade, Filipe Silva alcançou seu objetivo.

À guisa de conclusão, gostaria de ressaltar que a maior originalidade da obra repousa na estratégia de se abordar a África na História Antiga para conscientizar os leitores sobre a marginalização de povos, regiões e culturas através dos tempos. De modo que este trabalho contribui para o campo e representa uma síntese do esforço de muitos em prol de um entendimento mais inclusivo da História. Boa leitura.